

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

PINHEIRO, Paulo Sérgio de Moraes Sarmiento.  
Paulo Sérgio de Moraes Sarmiento Pinheiro  
(depoimento, 2015 / 2016). Rio de Janeiro,  
CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (5h  
9min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ) e FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Paulo Sérgio de Moraes Sarmiento Pinheiro  
(depoimento, 2015 / 2016)**

Rio de Janeiro

2020

## *Ficha Técnica*

**Tipo de entrevista:** Temática

**Entrevistador(es):** Américo Oscar Freire; Dulce Chaves Pandolfi; Mônica Kornis;

**Técnico de gravação:** Ninna Carneiro;

**Local:** Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

**Data:** 14/07/2015 a 26/08/2016

**Duração:** 5h 9min

Arquivo digital - áudio: 3; Arquivo digital - vídeo: 4; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Arqueologia da reconciliação: formulação, aplicação e recepção de políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar”, desenvolvido pelo CPDOC em convênio com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e parceria com a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, entre maio de 2014 e setembro de 2015. O projeto visa, a partir das entrevistas cedidas, a criação de um banco de entrevistas com responsáveis por políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar.

**Temas:** André Franco Montoro; Anistia política; Arquivos pessoais; Atividade profissional; Autoritarismo; Celso Furtado; Claude Lévi-Strauss ; Dilma Rousseff ; Direito; Direitos humanos; Diretas já (1984); Ensino; Ensino superior; Estado de direito; Exílio; Família; Fernando Henrique Cardoso; França; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; Golpe de 1964; Governo Ernesto Geisel (1974-1979); História; Impeachment; Itamar Franco; José Sarney; Justiça; Leonel Brizola; Literatura; Luiz Inácio Lula da Silva; Márcio Moreira Alves; Memória nacional; Militância política; Movimento estudantil; Movimento operário; Partido Comunista Brasileiro - PCB; Partido dos Trabalhadores - PT; Pesquisa científica e tecnológica; Política; Política externa; Pós - graduação; Regime militar; Religião; Severo Gomes; Sociedade civil; Sociologia; Tancredo de Almeida Neves; Tortura; Universidade de São Paulo; Universidade Estadual de Campinas; Violência;

## Sumário

*1º Entrevista: 14.07.2015*

Origem; o ensino primário; comentário sobre o avô ser da Marinha e seu desejo de ver o entrevistado em um colégio naval; as aulas de inglês e francês na juventude; o desejo da família para que o entrevistado se tornasse diplomata e o vestibular para direito; os estudos no colégio Santo Inácio; a reprovação no concurso para o Itamaraty e a ida para a França, em 1967; comentários sobre o impacto do golpe de 1964 na vida do entrevistado e de sua família; a participação na política estudantil, sobretudo no Movimento Solidarista Cristão; o início da preocupação com Direitos Humanos e da frequência ao Centro Dom Vital; os arranjos para a ida do entrevistado a França; a presença do catolicismo na vida do entrevistado e o seu primeiro casamento, em 1967; a graduação em Direito na PUC-Rio e o estágio em um escritório de advocacia antes da ida à França; a educação na família; o prazer pela leitura; a participação no movimento estudantil durante a faculdade e a formatura em Direito; comentários sobre a experiência na França; os estudos em Sociologia na Sciences Po e a relação com os outros estudantes brasileiros e os professores; a relação com Celso Furtado; a defesa da tese de doutorado na Universidade Pantheon-Sorbonne, em 1971, sob orientação de Sérgio Urtiga; o contato com os exilados brasileiros em Paris, incluindo alguns artistas; a relação com Márcio Moreira Alves e a contestação ao Regime Militar; a relação com antigos comunistas brasileiros e a edição de suas memórias; as influências intelectuais do entrevistado; as atividades extracurriculares quando estudante na França, sobretudo a participação em grupos de debate; a relação com Fernando Henrique Cardoso e Severo Gomes; o retorno da França em 1971; A relação com a história; o retorno ao Brasil e o convite para trabalhar na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); as amizades e relações na volta ao Brasil; a descoberta, junto de Michael Hall, do arquivo de Edgard Leuenroth e sua posterior compra; a importância de Zeferino Vaz na compra do arquivo; comentários sobre a importância de um seminário nacional sobre história e ciências sociais, sediado na Unicamp, em 1975; as relações de acadêmicos e pesquisadores com a ditadura militar, sobretudo no governo Geisel; as tratativas com a ditadura para a obtenção de verba para projetos culturais; comentários sobre a autonomia da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) mesmo durante a Ditadura Militar, o que permite a compra e organização do maior arquivo anarcossindicalista das Américas; o início do trabalho a partir do arquivo Leuenroth; a participação como assessor especial no governo de Franco Montoro; o trabalho sobre a repressão ao movimento operário e a participação na Comissão de Justiça e Paz; os contatos durante a passagem do entrevistado pela Unicamp; as motivações para a ida à Universidade de São Paulo (USP); a fundação da Comissão Teotônio Vilela, em 1983; o trabalho de microfilmagem do arquivo de Artur Bernardes; a importância de Severo Gomes na complementação do Arquivo Leuenroth; o trabalho do entrevistado de edição nas editoras Paz & Terra e Brasiliense; a participação na campanha das Diretas Já; comentários sobre o comício na Praça da Sé, em 25 de janeiro de 1984; a importância de Franco Montoro na campanha das Diretas Já; as expectativas acerca das Diretas Já; as relações e o contato com Tancredo Neves, via Comissão Teotônio Vilela, para se discutir um programa de direitos humanos; comentário sobre as articulações para a escolha de Tancredo Neves como candidato à presidência da República; comentários sobre a visita de Claude Lévi-Strauss ao Brasil; a relação de Franco Montoro com Leonel Brizola e

o Partido dos Trabalhadores (PT); comentários sobre os encontros e o bom trânsito entre as principais lideranças políticas da época.

2º *Entrevista*: 26.08.2016

Comentário sobre a relação com Severo Gomes e sua importância para a obtenção de financiamento para projetos de pesquisa em plena ditadura militar; o engajamento do entrevistado nos estudos sobre o movimento operário e o Partido Comunista; a fundação da Comissão Teotônio Vilela, em 1983; breve comentário sobre a trabalho como assessor especial de Franco Montoro; os bastidores do início da campanha das Diretas Já; as vantagens do cargo de assessor especial; a fundação do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) e as pesquisas sobre violência; a apresentação do programa Mutirão contra a Violência, elaborado pela Comissão Teotônio Vilela, ao então candidato à presidência Tancredo Neves; a assinatura do Brasil na convenção contra a tortura, no governo de José Sarney; a participação do Brasil na Conferência Mundial de Viena, durante o governo Itamar Franco, e a contínua construção de uma política de estado em Direitos Humanos; a participação no governo paralelo de Luís Inácio da Silva (Lula) e a elaboração de um programa de direitos humanos; comentários sobre a escrita da tese de mestrado e sua relação com antigos membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB); a implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e a criação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos; a relação com Fernando Henrique Cardoso e a importância da viagem a Paris nas relações do entrevistado; a importância dos familiares dos mortos desaparecidos na luta por justiça e memória; o processo de criação da Comissão Especial de Anistia; a atuação do entrevistado na Secretaria de Estado dos Direitos Humanos; o trabalho nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso e a elaboração do Programa Nacional dos Direitos Humanos, junto a José Gregório; a ligação do NEV com políticas públicas; a aproximação do entrevistado com o governo federal, durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso; a relação do núcleo de direitos humanos com o Congresso Federal e a reação ao PNDH-3; comentários sobre o lançamento da Comissão da Verdade; comentários sobre o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016; o impacto dos órgãos multilaterais na política dos direitos humanos no Brasil; o problema das políticas de direitos humanos serem dependentes do presidente da República; a participação da sociedade civil nas políticas de direitos humanos; comentários sobre a nomeação para a Comissão Internacional de Inquérito para a Síria; a atuação como relator especial do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU); a elaboração de relatórios sobre violações de direitos humanos em diversos países como parte do trabalho do entrevistado; o diálogo com governos e grupos armados; comentários sobre a escolha do entrevistado para a Comissão da Verdade; a relação entre os membros da Comissão da Verdade; as dificuldades iniciais e os problemas da nomeação de assessores e da coordenação rotativa da Comissão da Verdade; a dinâmica de trabalho; a importância de Dilma Rousseff para a Comissão da Verdade; a relação com os militares; a dificuldade de acesso aos arquivos militares; comentários sobre o uso dos arquivos microfilmados do Exército; a divisão temática de trabalho dentro da Comissão da Verdade e o trabalho do entrevistado sobre o Itamaraty; a importância de Pedro Dallari na organização da Comissão da Verdade; os desdobramentos e recomendações da Comissão da Verdade; a inclusão do estudo de direitos humanos nos currículos escolares e a revisão dos currículos das academias militares como exemplos de recomendações; comentários sobre a não necessidade de uma outra comissão; análise e

comentários sobre a oposição ao impeachment de Dilma Rousseff; a construção de um Estado Democrático de Direito ao longo dos anos e suas dificuldades, sobretudo na superação do autoritarismo; o conservadorismo por trás do processo de impeachment; comentários sobre a política externa brasileira; comentários sobre a Lei da Anistia; a necessidade de responsabilização dos crimes cometidos durante a Ditadura Militar; comentários sobre as categorias de reconciliação, memória, justiça e verdade.

*1º entrevista: 14/07/2015*

Dulce Pandolfi – Primeiro começo agradecendo a Paulo Sérgio Pinheiro por ter nos concedido a honra e o privilégio de ceder essa entrevista. Enfim, hoje são 14 de julho de 2015. Entrevista com Paulo Sérgio Pinheiro para o projeto “Arqueologia da reconciliação”, no âmbito do CPDOC, da Fundação Getulio Vargas. Entrevistadores Mônica Kornis, Américo Freire e Dulce Pandolfi. Paulo Sérgio, a gente vai começar pelo início. Então, a gente queria saber um pouco sobre a sua trajetória de vida, como foi sua infância, onde você estudou, quando você nasceu. Coisas simples. Você aí faz um...

Paulo Sérgio Pinheiro – Bom, eu nasci em 1944. Quer dizer, [antes das suas vidas serem fundadas]<sup>1</sup>. No Estado Novo. A lembrança política mais antiga que eu tenho é minha avó, que era a favor do Getulio e meu pai, que era a favor da UDN, então nas janelas do apartamento tinha fotografias diferentes. Tinha cédulas. Naquela época, tinha mesinha de cédulas, etc.

D.P. – Cédulas de eleição, não é?

P.P. – É, de eleição, aquilo era uma iniciação política. Tinha uma mesinha e tudo isso.

D.P. – Você nasceu no Rio de Janeiro?

P.P. – É, no Rio. Nasci no Rio. Eu sou carioca. Eu estou só exilado em São Paulo depois de 1971. Nasci na Tijuca. Meu pai tinha uma loja de ferragens na Muda. Muda dos Bondes, na rua Conde de Bonfim. Os bondes mudavam, ali perto do Colégio dos Irmãos Maristas. Eu tenho uma certa lembrança de eu ter ido lá na loja do meu pai, que era, assim, uma... Parecia uma caverna fantástica. Loja de ferragens, coisas penduradas e tal. Bom, aí eu estudei no primário em um colégio que se chamava Santo Agostinho. Eram uns padres espanhóis muito atrasados. Alguns mais inteligentes, mas a maioria era padres, clero, de uma zona rural. Eu fiquei lá até o ginásio, depois eu fui para o Santo Inácio.

D.P. – Por que sua família era religiosa, católica?

---

<sup>1</sup> O mais próximo do que foi possível ouvir.

P.P. – Eram católicos. O colégio era na frente de casa. Acho que isso também deve ter... Na esquina da José Linhares.

D.P. – Ou seja, mas era uma marca da família essa coisa do catolicismo, da religião? Como os brasileiros, de modo geral.

P.P. – Não. Eram católicos. Minha avó acho que ia à missa. Eles eram católicos. Meu pai era maçom e era muito interessante essa presença maçônica dentro de casa.

Américo Freire – Mas ele falava sobre isso?

P.P. – Pouquíssimo. Ele chegou a todos os graus. Até o grau mestre. Mas era muito discreto. Muito, muito discreto.

Américo Freire – Não quis levar os filhos para a maçonaria?

P.P. – Não. Ele era muito hábil. Ele não ia brigar com duas mulheres, a minha avó e a minha mãe. [risos] Ele foi um negociador. Acho que eu aprendi muito negociação, saber escolher o momento e o adversário. Quer dizer, o meu avô era da Marinha. Não do combate, mas ele criou o serviço de odontologia da Marinha em 1935. E aí, naturalmente, queriam me enfiar em uma escola naval, da qual eu fui salvo porque tinha pé chato. Mas a minha avó fez todo o possível para... Eu ia ao [inaudível] e colocava umas palmilhas de couro e metal, uma coisa medieval. Eu usei isso, sei lá, anos. Desde pequeno. Não corrigiu. E aí, eu escapei. “Aí, como ele não vai para a escola naval, então ele vai ser diplomata”. [risos] Aí desde os sete anos eu tinha a professora de inglês e de francês. De inglês acho que eu tive até os 15, 16 anos, chamada [inaudível]. Era uma figura. E ela almoçava em casa. Ia em casa e almoçava conosco. As francesas eram sempre umas figuras curiosíssimas, que eu também imaginava. Tinha uma sobrinha da Santa Bernardette de Soubirous. Ela, pelo menos, assim dizia, que era sobrinha. Depois tinha uma russa, que eu achei que era uma princesa russa exilada. [risos]

D.P. – A russa dava aula de francês?

P.P. – Francês. E havia uma terceira... Todas eram mulheres estrangeiras.

D.P. – Iam na sua casa dar aula particular?

P.P. – Na minha casa. Uma coisa um pouco antiga. Geralmente, antes ou depois do almoço. A minha avó e a minha mãe, elas falavam francês, porque a minha avó estudou no Colégio Sion e as aulas eram em francês. E a minha avó também falava francês. Aí eu tinha que ser diplomata e eu fiz tudo que... Fiz o cursinho Alfa, fiz cursos particulares e tal, ao mesmo tempo que eu entrei na faculdade de direito da...

Mônica Kornis – No Santo Inácio você ficou quanto tempo?

P.P. – Só três anos, na verdade.

A.F. – Fez o colegial?

P.P. – É, o colegial. Era o clássico científico. E depois eu fiz vestibular para a faculdade de direito. O Joaquim Falcão também, mas ele tirou terceiro lugar, eu tirei primeiro. Até hoje ele se lembra disso.

M.K. – Você era bom aluno no Santo Inácio, não é?

P.P. – Eu era bom aluno. E tinha prêmios, tinha medalhas. No clássico não tinha aquela coisa ridícula de títulos de nobreza, que aqueles palhaços, pretendentes do trono brasileiro, iam à cerimônia e tudo isso. [Inaudível]

D.P. – Por que antes tinha tido?

P.P. – No ginásio. Até o final dos anos 1950.

D.P. – Título de nobreza.

P.P. – É, era [inaudível], barão. No clássico, no meu tempo, era só excelência. Era a maior nota de tudo no ano e tal, enfim, do seu nível. Tive professores muito... Padres, especialmente, extremamente inteligentes. Um era cunhado do Jorginho. O padre Fernando [inaudível]. Eles deixaram de ser padres. Todos deixaram de ser padres, mas eram padres excelentes. Não, não fui infeliz. Eu não tenho nenhuma lembrança de infelicidade. Me lembro que ao sábado nós íamos rezar o terço aos pés de Nossa Senhora da Vitória, cercada de luz fosforescente azul. E não podia usar jeans e só podia usar camisa de manga comprida. Isso entre 1958 e 1960. Recente, não é? Não é antes da Segunda Guerra. Mas acontece que eu fiz o primeiro... Houve



a ditadura. Em 1964 o meu concurso. Ah, e além do mais, depois eu passei a ter mais professores de francês, que preparavam para o Itamaraty. Era uma profusão de aula particular. Não sei como eu aguentava. E aí eu fiz o concurso e fui reprovado em francês. A minha professora suíça quase me agrediu fisicamente, porque eu falava francês correntemente.

D.P. – Esse concurso para diplomata?

P.P. – Para o Itamaraty. E aí eu fui reprovado. Em parte, eu acho... Não que eu queira valorizar muito isso, mas ficar como diplomata na ditadura não era uma coisa que me atraísse muito. Aí eu me candidatei a uma bolsa do governo francês. E aí fui para a França. Minha ex-mulher, Ana Maria [Niemeyer],<sup>2</sup> também teve uma bolsa de geografia e nós fomos juntos em 1967. A coisa curiosa é que o meu diretor de... Você tinha que ter um diretor, um advisor durante todo o ano. O meu diretor de tese foi o padre Jean [inaudível], que veio a ser superior dos jesuítas. Ele tinha um livro famoso, que era [inaudível], *O pensamento de Karl Marx*. Claro que eu fui recomendado pelo doutor Alceu, enfim, Cândido Mendes, que frequentava lá o Iuperj e aí ele assinou... A minha tese era sobre o fim da Primeira República no Brasil, mas tinha alguma coisa de Partido Comunista. Ele assinou tudo isso. Durante quatro anos. O provincial dos jesuítas que aprovava os meus relatórios.

D.P. – Mas antes de entrar nesse período da França, que a gente até quer saber umas coisas. Voltando ao Brasil, como é que foi o impacto do golpe de 1964 na sua vida, na sua família?

P.P. – Olha, na minha família... Bom, eu já não estava tão... Apesar de morar na casa da minha avó, eu não estava tão ligado mais. Mas eu não me lembro de... Ninguém foi, da minha família, ninguém foi...

A.F. – Atingido.

P.P. – Não. Atingido não, porque não era... Longe de...

D.P. – Ninguém apanhou, você está dizendo?

P.P. – Ninguém foi à Marcha de Deus contra... De Deus a favor da... Feito os... Era quase o fascismo francês. Ninguém foi. Então, isso eu acho que é um sinal. Eu me lembro que na

---

<sup>2</sup> O mais próximo do que foi possível ouvir.

véspera do dia... No dia 31, que ainda não estava decidido, estavam esperando que o [inaudível] resolvesse aderir ou não. Eu me lembro que nós ficamos na Congregação Mariana, decorado pelo Jorge... Tinha um prédio, tinha um andar da Congregação Mariana e nós ficamos lá até de madrugada.

D.P. – Mas eles [inaudível] os estudantes?

P.P. – Estudantes. É, da minha turma.

D.P. – Do seu colégio, lá do Santo Inácio.

P.P. – Não era ninguém. Naquela época não era ninguém...

D.P. – Isso a turma do Santo Inácio?

P.P. – É, a turma do Santo Inácio.

A.F. – Mas você fazia política estudantil?

P.P. – Ah, fazia. Outro dia, quem me lembrou isso foi o José Serra. Eu não sei por que fui falar com ele ano passado. Ele disse: “Eu me lembro de você. Você me convidou para fazer um debate com o [inaudível] Afonso e você era do Movimento Solidarista Cristão”. Eu mesmo tinha me esquecido. É o padre Ávila, que, na verdade, eu acho que...

A.F. – [Inaudível], por aí.

P.P. – É. Solidarismo Cristão. Quer dizer, o [inaudível] era uma ala um pouco mais progressista entre os dominicanos. O Fernando [inaudível], que era um homem extremamente interessante, pensava nessa terceira via de comunismo, [inaudível], essa história. E publicou dois livros a respeito. Eu participei disso, da política estudantil, mas eu era ampliação da Ação Popular. Pedro Malan, que era da AP. Até hoje a minha posição não é uma posição muito definida. Quer dizer, eu não fiquei nessa área democracia cristã e tal. Mas a pessoa decisiva para eu passar a me preocupar com direitos humanos, prisões, o povo brasileiro, foi o padre Ávila. Ele era um sociólogo extraordinário. E o doutor Alceu também. O doutor Alceu, eu acho que também foi...

D.P. – Mas por que você tem uma relação pessoal com o doutor Alceu?

P.P. – Tinha uma relação pessoal. Eu não sei, acho que através do próprio padre Ávila e também por causa da família da Ana Maria. Não me lembro mais as vias por isso, mas eu passei a frequentar o Centro Dom Vital. Não participar, mas ir a encontros com o doutor Alceu. Porque o doutor Alceu, na verdade, foi quem primeiro falou do terrorismo de Estado, não sei se lembram, no Jornal do Brasil. Logo no início, ele começou a denunciar tortura no governo Castelo Branco. Então, isso me aproximou e me ajudou muito. A ida para Paris, eu vou contar, é ótima, porque eu vou falar do doutor Alceu, que era uma espécie de confessor no Centro Dom Vital. Ele tinha uma salinha, o [inaudível], que era o [inaudível], do lado. Antes eram juntos. Então, as pessoas iam falar com o doutor Alceu, outras iam falar com... Aí o doutor Alceu me disse assim: “Ah, eu tenho um amigo, que é o bispo Dom Henrique Gollan Trindade, arcebispo em Botucatu, que tem um sobrinho em Paris, que vem a ser o [inaudível] Trindade. Então, eu vou escrever para o Dom Henrique, você também escreve, para você ter...” Aí o Dom Henrique me respondeu, muito simpaticamente, me pôs em contato com o [inaudível] Trindade, que me precedeu na [inaudível]. Houve muitos poucos brasileiros no [inaudível] antes de nós. Houve um eu acho, mas não me lembro o nome. Quer dizer, o percurso foi totalmente via catolicismo. Também uma época o Cândido Mendes organizou um seminário de ciência política e veio o Jean Marie Domenach, que era do grupo [inaudível]. Quando eu estava em Paris, eu participava um pouco de um seminário que tinha [inaudível]. Toda essa minha iniciação, ela foi católica. Eu comunguei até o dia do meu primeiro casamento. Tinha seis padres oficiando, então... Na Igreja da Gloria. Meus amigos avacalharam tudo, porque jogavam couve-flor e tudo do altar. Minha mãe horrorizada. Ainda puseram dois anjinhos afrodescendentes. [risos] Aí, realmente. Eu tomei tudo como um grande...

D.P. – Isso foi quando, Paulo Sérgio? Quando você casou?

P.P. – Mil novecentos e sessenta e sete. Mas tudo, tudo. Tinha coro, orquestra, o diabo. E aquela avacalhão geral. E distribuíram ainda o manifesto assinado pelo padre Laerte Dias de Moura, que era o reitor da PUC, dizendo em propriedade total. E ele foi um dos oficiantes. Então, foi aquele constrangimento horrível.

D.P. – Como é o nome da sua primeira mulher?

P.P. – Ana Maria Niemeyer. Era uma geógrafa. Hoje ela é antropóloga aposentada.

A.F. – E o padre Vaz também teve influência?

P.P. – Não, o padre Vaz indiretamente. Eu lia... Mas esse é da AP.

A.F. – Pois é, mas isso você não se envolveu? Betinho, AP, nada disso?

P.P. – Não, não. Só muito mais tarde. A AP era uma outra família. Eu votava era a... Como chamava? Ampliação. Eu era considerado meio traidor dos meus colegas e simpático ao Vicente [inaudível], o Malan, a Naruna Andrade e várias outras pessoas.

D.P. – Vicente [inaudível] era da PUC?

P.P. – Era. O Vicente faz sociologia. A Celina.

A.F. – E JUC?

A.P. – Não me lembro. Ah, não, não. Nada disso. Quer dizer, a minha [inaudível] não foi tão formalizada e nem congregado mariano eu era... Muita gente era. Mas eu comunguei até o dia do meu casamento e organizei vários eventos na PUC.

D.P. – E é um marco? Depois do casamento você não comungou mais?

P.P. – Não, comunguei várias vezes, mas, assim... Porque eu não posso, na verdade, comungar, porque eu estou naquela faixa que o Papa está tentando resgatar, que são os divorciados. Porque eu vivo em pecado com a minha atual, Ana Luisa. Mas eu comungo às vezes. E não confessa mais. Essas missas celebratórias... Eu nunca comunguei tanto quanto na ditadura. Porque tinha sempre missas e tudo isso. Era uma maneira de adesão. Dom Paulo. Aí eu tive a segunda fase católica.

D.P. – Na PUC você fazia exatamente que curso?

P.P. – Fiz direito, mas era em passant, porque era para eu ser diplomata, então eu fiz o estágio em um escritório de advocacia, que o meu pai depois veio a ser juiz [inaudível] trabalhista patronal e conseguiu um estágio em uma advocacia trabalhista. Mas eu nunca fiz nada de direito, não. Eu me formei e fui logo para a França. Não é o passado me condena. Tudo isso eu devo a essa vertente católica, que não era fascista, não era integrista como o pessoal do

[inaudível], que eram quase fascistas, mas era um cara da maior inteligência. Quer dizer, além dos livros que eles falavam era um orador fascinante. Eu não tive aula com ele, porque eu não fiz sociologia, mas ficamos muito amigos. Tinha um outro, jesuíta, padre Machado, que era uma figura adorável, que era, assim, o nosso capelão em seminários e tal. Mas nós não éramos da direita. Na engenharia era uma coisa mais à direita. Eu me lembro da Ana Maria. Eu passando na frente da casa do Castelo Branco. Ele morava em Ipanema, perto da casa dela. Quer dizer, achamos aquilo tudo... O problema é o seguinte: na minha casa, a minha educação e do meu irmão era sob regras de etiqueta. Por exemplo, não é de bom tom você ser racista. Então ninguém falava de racismo. Também não é de bom tom você ser fascista. Então, aquilo que é elegante... Não fica bem você ficar apoiando esse golpe desses milicos. Mas mais por boas maneiras. Não fica bem, não se fala [inaudível].

D.P. – Isso da parte dos seus pais? Da família, em geral.

P.P. – Especialmente da minha mãe e da minha avó, que eram mais pedantes. Mas o meu pai, como eu disse a você, ele era absolutamente tranquilo e as minhas tias-avós todas adoravam ele, justamente porque ele era um grande diplomata. [Inaudível], mas ele não entrava nessa batalha pela minha... E ele era profundamente educado, ele se vestia de terno. E eu passei a usar esse lenço aqui um pouco a ele. De lenço no bolso e...

A.F. – De terno?

P.P. – Trabalhou em uma loja de comércio, mas ele saía de terno. Saía do Leblon para ir para a Tijuca de terno, gravata, lenço, tudo. Então, eu acho que eu não aderi um pouco por essa militância católica mais progressista. Padre Vaz, [inaudível] de esquerda, mas esse momento... E todas encíclicas, papais, que nós líamos, decorávamos. Aquele fascínio pelo João XXIII extraordinário. Foi essa época, a revista. Você fez sociologia na PUC?

D.P. – Fiz.

P.P. – Então, tinha a revista Síntese, aquela revista da Escola de Sociologia. Publicou todas as encíclicas papais. É esse momento. É militância João XXIII.

D.P. – Nessa altura, você lia muito. Você sempre foi uma pessoa que gostou de ler? O que você lia? O que te marcou de livros de literatura, de...

P.P. – A minha avó ia receber salário, fazer alguma coisa no banco, e ela me deixava na livraria Francisco Alves. E tinha o gerente, que era o seu Batalha. E eu ficava lá. Ele punha para minha avó comprar para mim uma porção de obras históricas, sabe? Correspondência da... Porque eu tenho até hoje *A condessa de Barrau e o imperador*, documentos da vinda do rei Dom João VI, coisas desse tipo. E eu lia dramaticamente. Quer dizer, lia as coisas. Toda *A condessa de [inaudível]*, que minha mãe tinha lido, todo Monteiro Lobato, os clássicos para crianças e tal. Eu lia dramaticamente. Também eram as revistas em quadrinhos. Agora, eu não me lembro de... Eu não consigo me lembrar de um livro que me marcou.

A.F. – Mas marxismo você já estava lendo na faculdade?

P.P. – Não, não muito. Só depois de Paris. Paris aí que é outra coisa. Ler tudo aquilo... Livros bem cansativos. [Inaudível], por exemplo. Você tinha que ler. Tinha coisas mais interessantes. As classes trabalhadoras da [Inglaterra]<sup>3</sup>, do Engels. Tinha umas coisas chatíssimas. E do Lênin também.

D.P. – Mas, enfim, vamos para a etapa agora. França.

P.P. – Deixa eu contar. Essa etapa foi... Quer dizer, eu... O livro que me marcou eu não me lembro.

D.P. – Pois é. Você é era uma pessoa que lia bastante.

P.P. – Lia dramaticamente.

A.F. – Tinha algum trabalho social que vocês faziam no Santo Inácio ou na PUC? Por que era comum, não é?

P.P. – Era comum ir às favelas, alguma coisa. Não sei se eu fiz. Eu acho que não. Depois eu comecei a dizer que isso é que tem que ser feito. Um serviço civil dessa história.

D.P. – Você falou que o Serra lembrou a você que você estava no movimento estudantil. Isso na PUC?

---

<sup>3</sup> O entrevistado refere-se ao livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de Friedrich Engels.

P.P. – Na PUC.

D.P. – Você chegou a ser do diretório?

P.P. – O Serra é delirante, porque se lembrar de um encontro que eu não me lembrava... Porque eu tenho placas do passado que caíram e eu não me lembro. Eu não me lembrava disso, de eu ter ido falar com ele. Quando ele falou, eu me lembrei. Ele era o presidente da UNE. Isso ele falou comigo há dois anos.

D.P. – Mas você não ocupou um cargo na PUC do diretório acadêmico?

P.P. – Ah, sim, sim. Do Cael. O Direito, Carlos Alberto Direito, que depois virou ministro do Supremo Tribunal Federal. Eu fui vice-presidente do Cael. Eu participava ativamente do DCE. O Mário [inaudível] Machado, que acho que foi presidente do DCE, hoje está aqui. Dá aula aqui. O Joaquim também participava. Um pouco menos, mas participava. Então, nós tínhamos todo o... O José Antônio [Nonato de Barros]<sup>4</sup>... Eram todos esses católicos não integristas, linha João XXIII, doutor Alceu. E, naturalmente, no momento que o doutor Alceu deblatera contra a ditadura, nós todos passamos a nos indignar no mesmo tom. Eu me lembro que o único dos atos subversivos que nós fizemos foi a visita do Robert Kennedy, que nós preparamos uma faixa monumental, que devia cair na hora que ele falasse. O problema é que nós pusemos areia do mar, a areia solidificou e a faixa não desceu. O próprio Celso...

D.P. – Isso foi aonde?

P.P. – Na PUC. O Fábio Celso Macedo Soares Guimarães, que foi da Finep, foi preso, foi detido um dia e o Nonato era o orador. Nós obtivemos uma chave de uma sala que pusemos... Foi o único ato claramente de subversão que eu fiz, nós fizemos. Isso ainda [inaudível].

D.P. – Vocês picharam a faixa?

P.P. – Não, uma faixa monumental.

D.P. – “Fora Bob Field”, não é? [Inaudível].

---

<sup>4</sup> O mais próximo do que foi possível ouvir.

P.P. – “Abaixo a ditadura”. E tudo isso. “Viva a democracia”, uma coisa assim. Mas deu errado por causa da areia. Nós devíamos ter colocado um outro sistema, mas não tínhamos muita prática. [risos] Era imensa. Era do tamanho da largura dessa sala.

D.P. – Na hora não funcionou. [riso]

P.P. – Não, não funcionou. Eu tenho uma fotografia, que eu não acho. No dia eu queria ter alguma fotografia que eu tirei da faixa caindo. Depois tinha vários agentes caindo em cima, protegendo o Robert Kennedy.

D.P. – Vocês fizeram formatura? Porque nessa época as formaturas também...

P.P. – Fizemos formatura. Tudo direitinho. O nosso paraninfo era um professor de direito civil, que substituiu um outro que foi a ser presidente do Tribunal de Justiça aqui do Rio, Zé Carlos Moreira Alves, que na época não era tão reacionário como ele foi. Pelo menos, a matéria dele nos ensinava. No STF. Foi profundamente reacionário. Foi o nosso paraninfo. E quem foi o nosso patrono? Carlos Lacerda. Por quê? Porque o Carlos Lacerda chamava o Marcelo [inaudível] Napoleão de [inaudível]. Chamou no discurso que ele fez. Napoleão de [inaudível]. Ele não ia ser cassado, não tinha sido cassado. E a turma de direito era mais conservadora. O Sebastião Lacerda, que não era, propriamente, conservador, enfim, fascista, ele foi nosso colega. Mas era uma turma lacerdistas. Meu pai também. Isso eu me esqueci. Meu pai assinava uma revista infecta chamava Maquis, que era do Amaral Neto, essa figura nefanda, não é? Meu pai era udenista. Eu me lembro de ir à Praça Antero de Quental assistir o Caminhão da Liberdade e o Afonso Arinos. Depois eu vim a encontrar, ele me dizia: “Pois é, aí me convocam para ir a esse caminhão em cima da hora. Eu levo horas para pôr a gravata. Como é que você quer que eu chegue na hora desse caminhão?” [risos] E Afonso Arinos, Raul Brunini, que era o vereador. Isso eu ia. Meu pai me levava. Eu não sei que idade eu tinha, mas eu sei que o meu pai ia. Caminhão da Liberdade. Assinávamos o *Tribuna da imprensa*, líamos. *Tribuna da imprensa* era a verdade. O Hélio Fernandes e tudo isso. Eu esqueci desse detalhe. Mas tudo isso feito com grande elegância. Ninguém era... Enfim, seguindo diretrizes do Amaral Neto. Mas o meu pai era... Acho que era a única coisa que ele fazia de independente para irritar a minha avó, mas a minha avó também não se abalava. Era como se não acontecesse. Também os dois sabiam...



D.P. – Mas e a França? Então você vai para a França...

P.P. – Bom, aí eu não fui ser diplomata e, claro, para onde ir? A França... Não que a minha avó ou a minha mãe tivessem escolhido, mas, naquele tempo, se ia para a França. Não era moda ir para os Estados Unidos. Isso começou... Quer dizer, o Mário [Broca]<sup>5</sup> Machado, há vários que foram. O Bolívar Lamounier, um que é monarquista e é da academia, mas é um grande historiador.

D.P. – Zé Murilo.

P.P. – Zé Murilo de Carvalho. Uma vez eu critiquei um artigo dele na Folha, e eu pus um título que eu adorei. “Da coroa pinga sangue”. Da coroa do império, não é? Porque ele fez... Estava apoiando a monarquia. Mas eu tenho a maior admiração por ele, apesar disso. A França é uma coisa natural. Ir para a França era a coisa mais óbvia. Aí, na França eu acho que eu tomei passos adiante. Primeiro porque... Os exilados. Eu cursei a Universidade de São Paulo em Paris, porque todos... A Maria do Carmo Campello de Souza, o [inaudível], o Zé Álvaro Moisés e vários outros. A Maria Isaura Pereira de Queiroz, que não estava lá exilada. Mas eu tinha um escritório no mesmo edifício que ela tinha e tomávamos café todo dia juntos. A Maria Vitória... Perdão, a Maria Vitória também, a Maria Vitória Benevides estava em Paris também. O Palmeira e a Sigaud, que eram casados aqui no Rio. Os Costa Ribeiro... Eu não sei se era o Paulo, ou o Sérgio. Havia o Costa Ribeiro. Enfim, esses foram meus amigos de infância também. O Luis Alberto Costa Ribeiro, a Ivone [inaudível], que é minha amicíssima até hoje. Nos conhecíamos desde os sete anos de idade. E aí toda a Universidade de São Paulo de esquerda passava por Paris. E os artistas também. Todo mundo passava por Paris. E eu virei paulista, eu acho, em Paris. Porque meus amigos eram todos paulistas. O André Villa Lobos, que depois foi para... Meu amicíssimo e que, na verdade... Depois eu falo como é que eu fui parar na Unicamp. E aí tinha seminários, exilados, virei um marxista lá. Por exemplo, eu me lembro de um seminário que o Marco Aurélio Garcia... Eu conheci o Marco Aurélio em Paris. E todo mundo ali essa literatura bastante pesada e tínhamos que ler tudo isso. E *O capital*. Além de tudo, *O capital*. Eu não participei do seminário do *O capital*.

---

<sup>5</sup> O mais próximo do que foi possível ouvir.

D.P. – Eram atividades extraclasse, ou fazia parte do currículo?

P.P. – Não, isso... Além do mais, foi maio de 1968 que eu participei intensamente, que eu era do comitê [inaudível] da Sciences Po, do [inaudível] era uma coisa mais elegante, mas os professores abafadíssimos. Em 1968 foi... Eu escrevi um artigo sobre maio de 1968 em uma coletânea de cooperação Brasil-França. Sessenta e oito foi outra coisa absolutamente decisiva. Fui a todas as passeatas, fui ver Rosemberg, que é da Fundação Chagas. Morreu há pouco tempo. Trabalhou muito sobre direitos da criança e tal. Bom, e eu cursava a Sciences Po, para onde eu fui recomendado. Fantástico. O primeiro teste foi interpretar uma coluna do *Le Monde*, que eu lia regularmente o *Le Monde*. Tinha a melhor biblioteca de ciências sociais da França. Certamente, uma das melhores da Europa. Eu tinha um tratamento simpático, bem exótico, brasileiro, aos [inaudível], que se chamavam. Eram os bedéis que tinham um brochezinho aqui. Me protegeu, facilitando o tempo que eu guardava o livro. Tinha uma biblioteca absolutamente maravilhosa. E eu queria perder a marca de ter feito direito. Então, quando abriu [inaudível], por causa de 1968, eu fui fazer sociologia. E aí tinha uma brasileirada. Estava todo mundo lá. O Emir Sader, depois foi dar aula; o Michel Levy, o Guilherme Lustrosa da Cunha, que era meu amicíssimo, o André Villa Lobos, o Dalmo do Valle Nogueira... Todos os paulistas. Estava todo mundo em [inaudível]. A brasucada toda foi para [inaudível]. E tinha uns professores maravilhosos. O Foucault, o Jean Claude Passeron e o Poulantzas. Aí o Poulantzas foi o nosso guru. Eu fiz tese de mestrado sobre a Terceira Internacional e o Brasil. Porque era o período da revisão da interpretação do fascismo pela Terceira Internacional. O livro que o Poulantzas estava escrevendo, que era *Fascismo e ditadura*, e todo mundo fazia tese sobre os partidos comunistas. Então eu fiz também. Não defendi a tese, porque eu resolvi transformar em um doutorado na Sciences Po, da qual a banca foi formidável. Foi o Celso Furtado, que raramente aceitava brasileiros e me deu muita segurança, porque ele achou que a tese era boa. Celso era difícil. Ficamos amicíssimos até ele morrer.

A.F. – Convivia com ele lá?

P.P. – Não, eu não convivia com ele. Convivia indiretamente, porque nunca comi tanta feijoada como em Paris. A primeira feijoada que eu conheci o Celso Furtado foi na casa do Michel [inaudível], que era o orientador da Ana Maria e amicíssimo do Milton Santos, o geógrafo negro, uma figura... Prêmio Nobel não teve, mas era ele. E aí o Celso Furtado estava lá. O

Celso é sempre muito formal, muito cerimonioso e tal. Mas depois eu fiquei muito amigo da segunda mulher dele, a Rosa Aguiar Furtado. Ela traduz vários livros da... Ela mora aqui agora. E todo ano, quer dizer, desde esse período, desde os anos 1970 até ele morrer, nós encontrávamos todos os anos em Paris, ou aqui. E aí o outro foi uma figura maravilhosa, que é o [inaudível] menos conhecido. [Inaudível], que era um sociólogo de educação que estudou positivismo. E tinha o meu diretor de tese, que era especialista em Argentina. Como eu estava dizendo antes a vocês, que eu fui à PUC ontem pela primeira em 50 anos. Ano passado eu fui a um júri de tese na mesma sala que eu defendi a tese na universidade Pantheon-Sorbonne, porque a Science Po não dava os títulos e eu defendi a tese na mesma sala. A sala, ela foi reformada. Em 1971, eu defendi a tese em 1971. Você tem esses reencontros emocionantes

A.F. – Quem foi seu diretor de tese?

P.P. – Sérgio Urtiga. Ele depois foi secretário geral da Fundação Nacional de Ciência Política. Ele estudava... Eu acho que ele estudava América Latina, então por isso que ele foi. E foi muito tolerante. Ele não tinha muito conhecimento do Brasil, mas era muito tolerante comigo. Ajudou a tese a ter um bom formato. Menos do que a questão do conteúdo. E aí eu, pela primeira vez, fiz pesquisa em documentos históricos e tudo isso. Tinha boas coleções em Paris. Tinha coleções fantásticas de comunistas que saíram da Rússia, se estabeleceram na França e criaram institutos de documentação. E depois tinha todo o material do Komintern, que foi publicado em francês. Eu li tudo isso em Paris. Eu acho que a segunda etapa, que é muito curiosa, porque eu podia ter ido para a direita. Na verdade, o que demarcou o que eu faço... Quer dizer, não que eu seja... Hoje eu acho que eu sou bastante radical em alguns assuntos. O Leôncio Martins Rodrigues, que era bastante centrista, sociólogo, ele dizia: “Veja a que ponto nós chegamos no nosso departamento. A nossa esquerda é o Paulo Sérgio Pinheiro”. [risos] Era um gozador. Quer dizer, esse pessoal foi indo tanto para a direita que... Eu não gostaria de estar falando tudo isso que eu estou falando porque é um pouco [inaudível]. Eu jamais falo... Talvez eu não tivesse vindo se soubesse que tinha que falar. Basicamente, esses quatro anos em Paris foram decisivos para o meu futuro. Quer dizer, a educação que eu tive, essa educação muito formal, do que é educado, o que é elegante, o que é deselegante você fazer, depois estendida por Alceu e o padre Ávila e outras pessoas que me influenciaram, isso foi um passo adiante. As encíclicas, o papa João XXIII, o complemento decisivo foi esse. Se eu não tivesse ido para a França, eu não estaria aqui falando, eu acho.

D.P. – Inclusive, na França, nesse momento, em Paris tem um grupo grande de pessoas que está dando cobertura aos exilados brasileiros. Eu até fiz uma entrevista super bonita do Violeta [inaudível], na casa dela, aquela coisa toda. Você viveu esse momento também?

P.P. – Vivi por vias curiosas. Por exemplo, primeiro, todos os exilados que chegavam. Depois Aluísio Luís Ferreira estava muito metido nisso, apesar de dar aula em [inaudível]. Ambos os dois tínhamos um amigo queridíssimo, que era o [inaudível], que depois fez uma bela carreira no Alto Comissariado de Refugiados. E tinha outros amigos paulistas, que estavam mais conectados. Eu participei desses seminários de exilados todos. Tinha muita gente jovem que chegava lá e nem tinha terminado a graduação e tal. E depois também por vias do Marcito, porque eu era...

D.P. – Márcio Brandão?

P.P. – Eu era amicíssimo. A minha musa era a Maria Helena Alves, que era a irmã do Marcito. Eu conhecia a Maria Helena desde os sete anos de idade. Ontem eu estava contando isso para o Joaquim. Eu era apaixonado pela Maria Helena e depois já estava separado então, e eu me lembro da dona Branca, que era uma militante católica, [inaudível] principais pontifícias e tudo. A dona Branca me dizia assim: “Paulo, não sejas escravo de Maria Helena.” [risos] Eu estava ali a serviço da Maria Helena. Na casa do Marcito. Então, eu fui à casa da Niomar Moniz Sodré. Eu lembrei ontem que eu vi uma exposição maravilhosa nesse museu que tem o ondulado em cima.

D.P. – MAR.

P.P. – Tem uma exposição de fotografias maravilhosa. E tinha foto da Niomar. Aí eu encontrei Mário Pedrosa, enfim.

D.P. – Fala um pouco sobre isso. Você mencionou essa questão dos artistas, esse grupo que também... Quem circulava?

P.P. – Não, circulava todo mundo. Eu não vou me lembrar de tudo, mas o meu elo era também um paulista, era o David José. O David José fez o Pedrinho no *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, que foi um programa muito famoso. E ele depois estava fazendo teatro. Um que eu me lembro, era

o Paulo José e a Dina Sfat. Todo mundo passava, porque depois eu fui assistir o Zé Celso em [inaudível]. Como era a peça? Olha, eu não vou me lembrar.

M.K. – Da oficina?

P.P. – É, da oficina.

D.P. – É *Gracias, señor?*

P.P. – Não, não. Uma das primeiras. É rei...

D.P. – *Rei da Vela.*

P.P. – Era *Rei da vela*? Eu fui ao [inaudível]. Então, eu participava e conhecia... Eu não me lembro dos artistas, mas tudo que [inaudível]... Por exemplo, eu fui ao concerto... Depois eu vim a conhecer, naquela época... Acho que só o Gilberto Gil que fez um concerto na [inaudível], ainda não era Museu [inaudível]. Então, eu passei, graças à conexão paulista, eu passei a conviver com exilados, que eu não teria nenhuma oportunidade... Cláudio Vouga e Albertino.

M.K. – Você mencionou o Mário Pedrosa. Você teve contato?

P.P. – O Mário. Pois é. O Mário Pedrosa eu fui entrevistar... O Mário estava instalado lá. Eu acho que nos encontramos duas vezes. E, justamente, por causa do meu livro, enfim, do período da cisão trotskista e tudo isso. Foi muito simpático.

D.P. – Ah, porque sua tese tem a ver com isso.

P.P. – A tese era... Saiu o livro. Depois foi a minha tese de docência. Se chama *Estratégias da ilusão: o Brasil e a revolução mundial*. Mas depois eu continuei a trabalhar isso nos Estados Unidos e tal.

A.F. – Você Pesquisou sobre o Brasil lá também?

P.P. – Também. Basicamente o Komintern. Eu pesquisei mais Brasil porque eu não podia ter acesso a isso no arquivo National Archives, em Washington. Eu passei 10 anos pesquisando.

D.P. – Certo. Mas ainda voltando à coisa dos artistas. Mário Pedrosa...

P.P. – Tudo passava por lá. Mário Pedrosa, eu não convivi com Mário Pedrosa. Mas Niomar e muito por causa do Marcito e da Marie, que estavam lá. Eles saíram de Portugal e foram para Paris. Da mesma maneira que também no Rio...

D.P. – E Maria Helena?

P.P. – Maria Helena estava nos Estados Unidos, mas ia lá. Eu parava de fazer tudo. [risos] Sabe, aula, tudo? Bom, eu me esqueci de uma outra coisa. Aqui no Rio, na ditadura também, eu me esqueci que eu me engajei, graças ao Marcito, com... Eu comecei a conhecer o Calado, o Carlos Heitor Cony, o Zé Honório Rodrigues, que ficou meu amicíssimo. Depois, Calado conheci mais ainda, porque a mulher dele era irmã de uma tia da Ana Maria. Essas conexões brasileiras. Tudo tem conexão. A elite tem tudo conexão. Aí eu fiz campanha do Marcito. Foi a única vez que eu joguei material debaixo de porta.

D.P. – Para deputado federal?

P.P. – Era o Hermano Alves, Márcio e Hélio Pellegrino. Eu fazia campanha. Ia tudo dele.

A.F. – MDB.

P.P. – É, o MDB. Eu acho que isso também foi a minha guinada mais para a esquerda. Nesse período de Negrão de Lima candidato. Quando eu casei, eu me lembro que o Marcito me deu o livro dele. Eles me deram um vaso de cristal da mulher do... A primeira mulher, mulher formidável, Marie, que era filha de uma marquesa, uma pessoa maravilhosa. Até hoje [inaudível]. Estava lá. Estava na missa do Marcito aqui, eu encontrei com ela. E aí eu participei... A minha iniciação nessa intelectualidade...

D.P. – O livro *Torturas e torturados*.

P.P. – É, o Marcito me deu de presente nesse casamento no [inaudível] da Glória, etc.

D.P. – Inusitado um presente de casamento. Ele deu para você de presente de casamento no [inaudível] da Glória. [risos]

P.P. – Um presente leve. As pessoas olhavam aquilo. Eu pus lá entre os cristais.

D.P. – A missa do Marcito com aquela... Eu estava lá também, porque minha família...

P.P. – Foi muito emocionante.

D.P. – Muito emocionante. Eles colocaram o discurso do Marcito. Eu nunca tinha visto isso. Um som na Igreja da Glória. O discurso dele que provocou o AI-5.

P.P. – Que era um discurso muito mais complexo do que o simplismo que o pessoal... Mas é da maior coragem. Eu também tenho a gravação. Todo mundo. Tem no Youtube. É maravilhosa. Então, eu devo dizer também que, além do padre Ávila, talvez ir contra a ditadura foi muito o Marcito. Eu conheci Marcito porque a irmã dele... E depois o primo dele, que era o Eduardo Roxo, embaixador hoje aposentado, nós fizemos a primeira comunhão juntos em 1952 e a mãe desse Eduardo Roxo foi colega da minha mãe no Colégio Sion. Quer dizer, eu sempre vivi com rede. Salto com rede. Nunca saltei sem rede. Tanto no sentido metafórico, porque isso que a classe permite. Não era uma classe média... Assim, média/alta. Nunca tivemos muito dinheiro. Não era elegante falar em dinheiro. Nem faltava, porque ninguém falava. Ninguém falava nada. Então todas essas fases foram com rede. E eu sempre vejo, cabotidamente, essa minha evolução, sempre podia ter tido outra escolha. Podia não ter ido para o Santo Inácio, podia ter continuado no Santo Agostinho. Podia não ter ido para a PUC, podia ter passado no Itamaraty, hoje estaria profundamente cansado. Depois eu passei a ter... Quer dizer, a minha mãe ficou frustradíssima de eu não ser diplomata. Afinal, virei um diplomata por vias transversas e com muito mais liberdade de ação e intervenção do que se eu fosse um diplomata brasileiro. Ser diplomata da ONU é muito mais divertido e eu não presto contas a nenhum governo, especialmente brasileiro.

D.P. – Paulo Sérgio, você falou nesses depoimentos, da importância que o livro *Tristes trópicos* teve para você conhecer a América Latina. Isso é vero?

P.P. – Não, quando você perguntou livros que marcaram, basicamente, quer dizer, não o livro inteiro que eu li, claro, mas a introdução do *Tristes trópicos* é absolutamente genial. E também um outro livro de um colega do Lévi-Strauss que chama [inaudível]. Nunca foi traduzido. Foi quem influenciou toda uma geração de marxistas. Ele se chama Pierre [inaudível]. Era um

professor da escola normal, que veio. Eu tenho que dizer uma outra etapa. Isso já é pós... Mas eu vou dar só um saltinho. É pós Paris. Aí eu passei a conviver com os velhos comunistas brasileiros e editei várias das memórias. Uma figura maravilhosa, que era o Elias Chaves Neto. Era um homem da maior elegância e ele era comunista e primo de Caio.

D.P. – Do Caio Prado?

P.P. – Caio Prado Júnior. Ele foi diretor, foi secretário geral da *Revista Brasiliense*, que nós usamos intensamente. Uma coleção maravilhosa. Eu usei muito para a minha tese. E ele tem um livrinho sobre o 24, porque ele era muito jovem e participou da revolução de 1924. E o Elias, no apartamentinho dele aqui, decorado pelo Jorge, maravilhoso e tal... Mas uma coisa bem pequena, bem moderna. “Você sabe, Paulo? Veja que coisa curiosa. Eu, quando fui preso em 1924, eu fiquei preso na sala de duchas do meu avô. Você sabe qual era a sala de duchas do meu avô? Era o Palácio dos Campos Elíseos, porque meu avô se chamava Elias Chaves.” E.C., não é? No porão onde tinha ducha e coisa de ginástica... Era muito moderna para 1924. Ele ficou preso na casa do avô. Depois foi Heitor Ferreira Lima, que foi o único brasileiro que foi para a escola leninista, em 1923. Ficamos amicíssimos. Com um alfaiate. Ele era elegantíssimo. Depois teve uma carreira na Fiesp, foi assessor econômico. E depois Otávio Brandão, que é uma figura lírica. Essas entrevistas com eles estão no Edgar [inaudível]. Que depois é outra coisa que... Aí esses três, eu editei as memórias do Otavio Brandão, que estavam esquisitíssimas. Tem uma grande entrevista com ele. Também fiquei muito amigo, um pouco por causa disso, de uma figura maravilhosa, que tem 100 anos, que é Evaristo Moraes Filho. Esse também foi, eu acho, que meu mentor em muita coisa. Quer dizer, muito coisa. Nunca fui aluno dele aqui, mas ele foi uma figura exemplar.

M.K. – [Inaudível] foi Alfa Ômega, não é?

P.P. – É, Alfa Ômega, naquela época...

M.K. – De quem era o Alfa Ômega?

P.P. – Era de uma figura sinistra, que eu não me lembro o nome.

D.P. – Porque editou isso tudo. Tudo isso foi editado.



P.P. – Editou tudo. Eu fazia os prefácios e eles compravam tudo isso. Os livros ainda existem. Se esgotaram, mas sebo tem. Eu editei também... Quer dizer, editei, o programa do Sindicato Único do Brasil, que estava esquecido.

M.K. – Aziz Simão. Mas aí não era Alfa Ômega.

P.P. – É, esse Aziz Simão foi meu santo protetor. Eu não devia dizer isso, porque é segredo, mas ele já morreu. Durante 25 anos a Fapesp apoiou tudo que eu me meti. E parece que o meu protetor era o Aziz Simão. Eu tive esse privilégio de conhecer anjos. O Aziz Simão era um sociólogo sério, amigo dos anarquistas e, foi graças a eles, que nós conseguimos o arquivo lá maravilhoso. Então, essa foi minha etapa de... Quer dizer, eu nunca fui do Partido Comunista, mas por causa da minha tese em Paris eu me aproximei muito deles. Ficaram meus amigos de eles irem à minha casa e... Foi tudo muito gratificante.

D.P. – E aí você fica em Paris até...

P.P. – Eu fico em Paris até 1971.

A.F. – Queria falar mais um pouco das influências intelectuais. Você falou do Poulantzas. Está havendo um debate aí no âmbito do marxismo. Como é que você... Você já está lendo Thompson nessa época?

P.P. – Não, não. Isso é depois. Isso é outra fase.

A.F. – Não é nessa época?

P.P. – Não é essa época. A época é marxismo, de crítica ao marxismo.

A.F. – E a influência é o que?

P.P. – Althusser, Poulantzas, tem um economista chamado [inaudível] também e, por outro lado, Bourdieu, [inaudível], que fiz cursos com ele. Mas um dia, no Facebook, alguém escreveu: “Mas eu queria entender um pouco a sua posição”. Eu não consigo explicar, porque é uma coisa muito compósita. É feito personagem de romance, que não é uma pessoa só. Então, nessa época, claro... Eu vi [inaudível], depois os outros livros do Foucault, que tinha que fazer seminário e tudo. Mas, basicamente, nós vivíamos em volta do Althusser. Eu frequentei cursos

no chamado Institut de Sociologie. Havia um cara chamado [inaudível], que foi... Meus colegas lá eram gente do Rio. Não sei se estão vivos. O Sílvio Gomes de Almeida e a Moscovici.

M.K. – Faleceu. A Ana Moscovitci.

P.P. – Faleceu? Era uma a mulher do futuro, a Ana. Amiga da minha ex-mulher. E eu fiz com eles o primeiro seminário de sociologia, chamado [inaudível] da pesquisa sociológica. Com gente ótima. Basicamente era Poulantzas. Até eu chegar no Brasil eram Althusser e Poulantzas meus mestres. Eu me lembro que eu fiz uma... Deve ter sido muito esquisito. O Mário Machado me convidou para fazer um seminário lá em Belo Horizonte sobre Poulantzas. E eles estavam em outra. Já estavam totalmente na ciência política americana, muito [inaudível] e tal. Mas eu acho que as camadas geológicas são, basicamente, o pensamento progressista católico, depois essa fase da crítica da Terceira Internacional e a crítica dos partidos comunistas. A crítica de partido comunista francês, basicamente. Até aí.

D.P. – Ou seja, esse debate...

A.F. – [Inaudível]?

P.P. – Não, é um pouquinho depois. Não, não. Ainda não estávamos nisso. É maio de 1968 e crítica dos partidos comunistas [inaudível]. E também, de uma certa maneira, estava nos grupos de debate que eu participava com o Marco Aurélio.

D.P. – Pois é, você começou a falar desses grupos e acabou que não falou. Fora da escola, você deu os seminários.

P.P. – Em [inaudível] era só marxismo. Não tem problema. A Sciences Po eu tive uma coisa mais formal. Eu acho que foi bom. Agora, além disso, tinha tudo extracurricular, que eram não só as manifestações. Por exemplo, um lugar chamado [inaudível], que era um grande auditório. Então eu me lembro de uma manifestação que estava [inaudível], que é uma artista maravilhosa. [Inaudível]. E Dom Hélder. Hoje as pessoas não fazem ideia do que é celebridade global. Antes de haver People, não é? People era o Dom Hélder, porque não precisava nem dizer o que ele ia fazer. Ele desembarcava em Paris e podia chegar a Claudia [inaudível] e o pessoal estava lá. E o francês do Dom Hélder era terrível, mas as pessoas maravilhadas. [Inaudível] Dom Hélder, cheio. Também outro com [inaudível]. O [inaudível] apoiou bastante

a... Publicou artigos na *Moderna* e tudo isso. Esse era o dia-a-dia. Havia o dia-a-dia de manifestações contra o Brasil, que eu também participei. Não organizando, mas ligado às pessoas que estavam mais envolvidas, como o Aloísio. O Aloísio era do Partido Comunista em Paris, no exterior. Tinha um boletim importante, um boletim de informações. Enfim, eu participei também desses, de outros que eu não estou me lembrando agora, que se exilaram. Um grande sociólogo, foi a primeira tese de doutorado que eu assisti, o José Albertino Rodrigues, que tem um livro importante sobre sindicato. Uma escolha maravilhosa. Depois fundou o Dieese aqui. Ele estava exilado também.

D.P. – E o Fernando Henrique Cardoso?

P.P. – Fernando, então. O Fernando Henrique eu conheço graças à Ana Maria Moscovici e o Sílvio, porque eles me chamaram um dia para jantar com o Fernando Henrique na [inaudível], que era onde tinha o [inaudível] de ciências sociais, que o [inaudível]... Na mesma coisa do [inaudível], que foi reformada graças ao embaixador Paulo Carneiro. Está lá, está ótima atualmente. Está muito bem reformada. Vale a pena ir. Número 10. Tem os dias de visita esquisitos. Eu conheci o Fernando aí. E depois, quando eu cheguei em São Paulo, passei a frequentar o Sebrap muito. Nunca trabalhei no Sebrap, mas eu era ampliação do Sebrap. Ia a todos os seminários e tal. E o Severo era muito amigo do Fernando Henrique.

D.P. – Severo Gomes.

P.P. – Eu fiquei amigo do Fernando Henrique. Houve uma pequena traição, porque eu fui do governo paralelo do Lula. Mas depois, quando o Fernando é eleito, em 1995, eu passei a... Nem estava no governo e piada do Zé Gregório. O Zé Gregório dizia: “Você veja esse governo Fernando Henrique. Quem é que cuida de direitos humanos? Tem cinco pessoas”. Era o Fernando Henrique, o Jobim, que apoiava enormemente, o Zé Gregório, o Sérgio Amaral, que era o ministro de comunicações e o Paulo Sérgio, que nem do governo era. O resto se lixava para direitos humanos. Bom, só para terminar. Depois o Fernando Henrique me nomeia secretário de estado de direitos humanos e tem uma piada, alguém dizendo para ele: “Você vai nomear esse louco do Paulo Sérgio Pinheiro, que é totalmente confiável?” Então os políticos confiabilidade zero. E aí o Fernando teria dito: “Ah, ele vai trazer alguma turbulência, mas eu controlo ele”. [risos] Eu passei a conviver muito com o Fernando também graças... Aonde o Severo fazia, metia o Fernando Henrique e vice versa. Enfim, eu tenho a...

D.P. – Mas a sua relação com o Severo era por conta de que?

P.P. – Ah, outra história. Também da rede. Severo Gomes, eu chego em São Paulo e...

D.P. – Isso no retorno da França?

P.P. – É. Chego aqui...

M.K. – Você chega em 1971?

P.P. – Setenta e um. [Inaudível] não conhecia ninguém,

D.P. – Mas você vem para São Paulo... Como é que você desembarca em São Paulo?

P.P. – [Inaudível] dizer isso. Eu vim porque...

D.P. – Só um minutinho, Paulo Sérgio. Tem que virar a fita.

[FINAL DO ÁUDIO pho\_2261\_paulo\_sergio\_pinheiro\_2015-07-14\_01]

A.F. – Paulo, deixa eu te perguntar. Você tem algum contato com a história lá na França? Com essas figuras da história? Você tem uma pegada da ciência política, mas você tem um...

P.P. – Eu lia, já lia tudo do Bloch, lia o Lefebvre.

A.F. – Mas na história, naquele momento?

P.P. – Ah, da história. Bom, lia todos... Quer dizer, não foi logo imediatamente. Foi um pouco depois. Não, história nada. Nunca frequentei na França. Nada, nada. Eu só virei um pouco historiador quando eu voltei.

D.P. – Um pouco não. Bastante. [risos]

A.F. – É, pois é. Você tem uma pegada, a despeito da tua formação em ciência política, [inaudível].

M.K. – Era outra ciência política.

P.P. – É. Era... Eu lia os [inaudível]...

A.F. – O que? Braudel? [Inaudível]

P.P. – Braudel, claro. Tudo isso. Tudo isso lia, mas eu nunca...

A.F. – Nunca se relacionou...

P.P. – Não, não. Nunca vi ninguém, nunca tive... Não participei de nenhum seminário na école da historia. Tem uma quinta, acho que é quinta sessão. É decisivo. Isso foi só depois...

D.P. – Mas vamos lá. Você estava falando do Severo. A sua volta e o Severo.

P.P. – Espera aí, deixa eu ver. Deixa eu colocar primeiro como eu vim para São Paulo. Porque eu nunca trabalhei em nenhuma universidade no Brasil antes, no Rio. Eu era aluno. Fui aluno da PUC, mas nunca, depois...

D.P. – Só uma coisinha. Lá na França você era bolsista, é isso? Você sobreviveu com bolsa?

P.P.- Era bolsista. Bolsista e um dinheirinho do Itamaraty. O Itamaraty tinha uma bolsa, que ajudava. Nós vivíamos, os dois, com as bolsas, que eram \$150, mas nós tínhamos uma vida normal. Não íamos toda semana a grandes restaurantes, mas era uma vida confortável.

D.P. – Você passou esse tempo todo, cinco anos, sem vir ao Brasil?

P.P. – Sem voltar ao Brasil.

D.P. – Não tinha vontade? Tinha um pouco de medo da ditadura? Porque seus pais eram vivos.

P.P. – Não. Reclamavam o tempo todo. E meus pais também não foram. A família da Ana ajudava um pouco. Nós compramos um carro. A gente já tinha comprado um carro, depois compramos outro carro. Mas, basicamente, nós vivíamos com a bolsa e essa bolsa do Itamaraty, que eu não me lembro... Uma coisa que era dada... Enfim, era uma coisa normal. Bom, aí acabei, fiz o doutoramento, explorei algumas possibilidades de continuar lá, mas não consegui. E aí, eu não sei como, eu conhecia o José Guilherme Merquior. Talvez o cursinho Alfa, que ele deu aula... Eu me esqueci como eu me tornei não amigo, mas, enfim, conhecido razoável do Merchior. Ah, eu fui ver na embaixada se tinha exemplares da *Nova Política do Brasil*, a coleção de discurso de Getulio, que eu fiz uma análise de conteúdo. Foi meu primeiro trabalho.

E tinha, o Merchior me cedeu vários volumes. Estavam lá abandonadíssimos. A figura formidável que criou o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, o Fausto Castilho, que era uma espécie de [inaudível], um empreendedor extraordinário. Morreu há pouco tempo. Ele era amigo do Merchior. E o Merchior sugeriu meu nome, porque ele estava contratando gente na Europa e tudo. E, ao mesmo tempo, o meu colega André Villa Lobos, que também tinha... O pessoal que foi para a França pela Unicamp, pela futura Unicamp, fazia antes um cursinho de economia, uma coisa desse tipo, que eu não me lembro os detalhes. E o André foi recrutado pelo Fausto. Ele me indicou ao Fausto. E eu recebi, então, o convite para ir para a Unicamp. Não, ainda havia um episódio interessante, porque o André foi falar com o Fausto e o Fausto: “Não, não, o Merchior já me indicou o nome”. Aí o André perguntou: “E quem é?” Aí ele falou o meu nome inteiro, que eu nem uso. Paulo Sérgio de Moraes Sarmiento Pinheiro. “É o mesmo, Fausto, é o mesmo”. E aí cheguei três dias depois, eu acho. Estava em Campinas. Tive uma crise de asma, que eu não tinha...

M.K. – E a Unicamp recém-criada.

P.P. – É, ainda era uma fazenda. Agora, outra curiosidade. A fazenda era a antiga fazenda do barão Smith Vasconcelos, parente da Ana Maria. Então, nós estávamos na fazenda de uma herdeira... Não era mais, já tinha sido vendida, mas a herdeira da fazenda eu conheci demais. A Ana Amélia, não vou me lembrar o nome dela. Então, cheguei lá e era uma fazenda com barracões. Você se lembra, não é? E vários que foram... A Verena Martinez, o Peter [inaudível], que trabalhou aqui por muito tempo. Trabalha ainda, em São Paulo. E aí o André era casado com uma... Hoje ela é psicanalista, Ana Maria Amaral, que, por sua vez, era muito amiga de uma filha do Décio Almeida Prado, a Sílvia Almeida Prado. A Sílvia era muito amiga da Mariana Rodrigues Alves, que era sobrinha do Severo. E aí, a Mariana, com a qual eu convivi muito, me apresentou o Severo um dia. Fomos a... Com outro amicíssimo do Severo, que era o Fernando Millan, colecionador, [inaudível], tinha uma galeria Millan, que morreu. Agora eu fui em [inaudível], a galeria do Millan estava lá. É uma boa galeria em São Paulo. E aí eu fiquei amicíssimo dos dois. Foram meus amigos até morrerem. Eu falava toda semana com o Severo por telefone. Graças a Mariana. Graças a conexões que não eram minhas propriamente. E aí eu me enturmei muito em São Paulo.

D.P. – Severo era amicíssimo do Ulisses. Você também convivia com o Ulisses Guimarães ou não?

P.P. – Ontem o Joaquim perguntou isso. Não. Ele, às vezes, ia à fazenda, mas os meus amigos via Severo mesmo... Era o Zé Aparecido, que, bom, é inimigo de milhões de pessoas, mas era meu amigo e o outro, que era meu primo por parte de minha bisavó, que era o Castelinho, o jornalista.

D.P. – [Inaudível]?

P.P. – É. Eles vinham a São Paulo e vinham à fazenda do Severo e se bebia enormemente. E aí eles ficaram meus amicíssimos. Essa foi minha turma nova. Uma das turmas. Fora da universidade. Eu não tinha muita turma dentro da Unicamp. Alguns amigos. A minha turma foi essa e um pouco a burguesia em volta. Enfim, os amigos do Severo. Porque o Severo era muito polivalente. Acabou na oposição. Depois eu tenho que falar do projeto do arquivo [inaudível]. Tudo isso foi financiado pelo Severo. Mas isso já é outra história. Aí eu caio na Unicamp, no departamento de ciência política. Tinha uma figura maravilhosa. Esse também, esse me influenciou demais. Eu adorava ele. O Michel Debrund, que é um cara que foi do Iseb, sofisticadíssimo. Eu editei postumamente a tese dele sobre Gramsci, que [inaudível] de estrutura e subestrutura é genial. Mas outro livro que eu também editei dele é *A conciliação e outras estratégias*. Ele dominava a história brasileira e tinha toda uma tese sobre a conciliação. Esse me influenciou demais.

M.K. – E professor da Unicamp, não é?

P.P. – É, professor da Unicamp. Meu colega. Uma figura maravilhosa.

A.F. – Filósofo?

P.P. – Filósofo. Ele veio primeiro como cooperação da Unesco e aí foi para... Tem um livro dele na coleção do Iseb, que eu não me lembro agora, mas ele era... Aí, na Unicamp eu passo a ler, o que você falou, Thompson. E. P. Thompson, o Hobsbawn, que eu convidei, convidamos em 1975 para ele vir ao Brasil. Fizemos um seminário, uma conferência nacional sobre história e ciências sociais, mas era para discutir autoritarismo.

M.K. – Mas é importante você falar sobre esse seminário.

P.P. – É. Esse em 1975... Porque aí teve um outro amigo decisivo meu, que aí foi a minha época de fazer história. Foi o Michael Hall, que é um historiador de verdade. Tem uma tese que nunca publicou sobre migração italiana. Uns artigos maravilhosos, mas ele é um perfeccionista e não publica. Não tem quase nenhum livro... Não tem nenhum livro editado. É um absurdo e a gente faz conspirações para... E aí, bom, eu já tinha pesquisado em Amsterdã, no Instituto Internacional de História Social, que tinha o grande arquivo anarquista, porque havia um historiador chamado Max Nettlau, que se correspondia com os anarquistas e os anarcossindicalistas brasileiros. E lá eu fiquei sabendo que havia um grande arquivo do Edgard Leuenroth em São Paulo. Michael e eu descobrimos as conexões, os filhos deles estavam vivos e nós passamos a perseguir esse arquivo. Era uma coisa meio escondida, porque no Brás... Isso em 1971, 1972.

D.P. – Governo Geisel. Médici. Eu quis dizer Médici.

P.P. – Médici. E aí nós fomos um dia. Essa era uma caverna de uma pirâmide egípcia. Aquele salão, altas janelas forradas de jornal, estava lá o arquivo do anarcossindicalismo no Brasil e na América Latina.

A.F. – E as condições?

P.P. – Estavam bem conservados. Não era uma classificação de documentação, mas eram muito bem conservados. Aí começou a expedição para comprar o arquivo, porque o filho do [inaudível], que tem um livro... Eu falei mal do livro, mas hoje eu reconheço que é um livro bom, chamado *Anarcossindicalismo no Brasil*. Ele tem duas biografias curiosas. Do Lacerda e do Sobral. São úteis, são úteis. Mas eu tinha grande empatia pelo pai, então...

M.K. – E na época você foi veemente na crítica ao livro.

P.P. – É, na crítica ao livro. Hoje eu não escrevia a mesma coisa. Era uma ofensa. Devia ter me processado. Mas aí os anjos protetores, basicamente, Aziz Simão, que era o fiador. “Não, esses caras são confiáveis”. O Michael, apesar de ser americano. Nós fomos lá, começamos a conversar, mas tinha o [inaudível], que queria levar para o Texas, que teria sido ótimo, pelo menos teria conservado. Aí o Aziz Simão e o Antônio Cândido, que eu também já conhecia



Antônio Cândido não sei como. Eu fiquei bastante amigo do Antônio Cândido. E outro historiador, que você conhece, o Fernando Novaes e o Carlos Guilherme Mota. Eles apoiaram o projeto de compra. O preço foi mais ou menos um apartamento de quatro quartos em São Paulo. Deve ser o que hoje? Uns R\$3 milhões. E nós compramos com dinheiro da Fapesp. Ditadura, Zeferino Vaz. E aí nós [inaudível].

D.P. – Compra?

P.P. – Compra.

M.K. – Agora, isso era importante você falar um pouco, da figura do Zeferino Vaz.

P.P. – A questão do Zeferino Vaz, que o Fausto perdeu uma enorme oportunidade... O Zeferino Vaz era um cientista. Eu acho que ele era biólogo. Muito respeitado. Ele criou a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, ele foi de Brasília. E era o reitor, foi quem saiu da de São Paulo e foi para a Unicamp. Ele tinha bons contatos militares. E ele tinha carta branca para criar a universidade. E foi ele que comprou esse arquivo. Ele não pediu licença aos milicos. Mas ele se dava muito bem com o comandante da região. E ele era confiável. Tem uma cena ótima, que ele ofereceu um almoço para o Hobsbawn, para o [inaudível], que depois veio publicar o autoritarismo e tal, totalitarismo; o Arnold Maya, que é um grande historiador...

M.K. – Durante o seminário, não é?

P.P. – Durante o seminário. Depois o Guilherme O'Donnell, que foi uma das primeiras vezes que o Guilherme veio. Foi um grande seminário em 1975. Saiu no JB, capa da Veja. Foi uma consagração.

M.K. – E você sabe que vários estudantes, inclusive, do Rio, foram para lá, não é?

P.P. – É, pois é. Foi toda uma delegação.

M.K. – Isso agregou muita gente. Foi um marco.

P.P. – É o primeiro seminário aberto apoiado pela Fundação Ford. E aí teve o almoço e o Zeferino diz assim para o Eric, comunista de carteirinha até morrer. Falou assim: “O senhor sabe, tudo comunista”. O pessoal todo olhando para nós. “Tudo comunista. Mas são excelentes

pesquisadores e professores”. [risos] O Zeferino não estava nem aí. Ele sabia a ficha de quem... O único professor que foi preso foi Ademir Gebara, o Zeferino foi visitar na prisão. Um gesto de coragem para um reitor, porque eram todos covardes. E aí, para ligar isso, quando o Severo se torna ministro da indústria e comércio do Geisel, eu já era muito amigo do Severo. Nós fizemos um projeto, *História e imagem da industrialização em São Paulo*, que era um pouco ligado ao Aloísio Magalhães, que o Severo fundou um negócio chamado Centro Nacional de Referência Cultural. Um pouco de registro da imagem, da documentação. Era na secretaria de Tecnologia Industrial. Era um projeto grande. O Severo topou, mas foi cair na mesa do Geisel e o Geisel chama o Severo e pergunta. O Severo tinha grande admiração por Geisel. Até meses depois que ele saiu, continuaram falando. Mesmo depois da demissão dele. Alguém dizia que o Geisel secreto era o Severo. Em tempos de política nacionalista, burguesia nacional, tudo isso. Aquele que depois veio dizer aqui que apoiava tortura. Mas aí o Geisel perguntou ao Severo: “Mas Severo, não entendo porque a Secretaria de Tecnologia Industrial está estudando operários”. “Mas presidente, como é que nós podemos estudar a indústria sem tratar dos operários?” Severo falava assim. “Como? Não é possível”. Aí o Geisel, tudo bem, a grana foi liberada. Outro obstáculo: o coordenador geral, que era o Victor Leonardi, que escreveu vários livros sobre classe operaria. Era professor de Brasília. Aí o Golbery chama o Severo e entrega um dossiê e o Severo me chama a Brasília para eu olhar o dossiê. O Victor era denunciado como comunista, porque ele tinha livros em russo na mesa. Uma idiotice total. Eu dei alguma explicação ao Severo e ele falou com o Golbery. O Golbery: “Tudo bem, mas ele não vai poder ser coordenador geral”. Imagine. Aí [inaudível] Vitor foi de fato coordenador, eu virei coordenador geral. E aí o dinheiro que consolidou o arquivo Leuenroth foi o financiamento do governo Geisel. Tem duas coisas maravilhosas, que uma acabou de ser lançado digitalizado, que é *O fim dos libertários*, do Lauro Escorel e é muito engraçado, porque na primeira não aparecia Severo, não aparecia Ministério da Indústria e Comércio. Eu me lembro que o filme, a primeira vez, foi exibido na casa do Severo. O Severo achou maravilhoso, formidável. [Inaudível] anarquista... *A história do anarcossindicalismo*. E um outro filme maravilhoso, que eu não sei se já está no mesmo DVD. Do [inaudível] Cooper sobre os chapeleiros. É um filme colorido maravilhoso, maravilhoso.

M.K. – E isso tudo saiu dentro do projeto?

P.P. – Isso tudo grana da verba do Severo. E fizemos uma grande exposição no Masp. A curadora era a Ana Luisa Escorel. Uma coisa de alto bom gosto lá em [inaudível], no Masp. É uma exposição que o Finep ajudou também. Isso tudo já governo Geisel.

D.P. – E o Aziz Simão era da Fapesp, não é isso?

P.P. – Aziz Simão era o nosso padrinho na Fapesp. E também perante o Zeferino, porque o Zeferino era amigo e respeitava Antônio Cândido e o Aziz: “Se eles estão apoiando, é coisa séria”. Eu vou contar uma outra historinha, do [inaudível] de coisa séria. Eu tinha um médico, que se chamava doutor Ulhoa Cintra. Eu não me lembro o primeiro nome dele. Ele tinha sido reitor da USP no período do Ademar. Não, no período do Ademar ele era presidente da Fapesp, que é igual à Faperj aqui. E o doutor Ulhoa Cintra, que já tinha 90 anos, me conta: “Você sabe que um dia eu fui despachar com o Ademar, aí tinha lá um [inaudível] dele, um assessor, propondo coisas absurdas para a Fapesp”. Aí o Ademar interrompe e diz assim: “Oh, fulano. Eu vou dizer uma coisa a você. A Fapesp é coisa séria. Não é para você meter a mão”. [risos] Então, quer dizer, desde o Ademar até a ditadura, a Fapesp foi um território autônomo. Impressionante. Quer dizer, em plena ditadura os contribuintes paulistas vinham saber da Fapesp via um reitor de confiança dos militares, que compra e organiza o maior arquivo anarcossindicalista das Américas. Hoje é uma coisa de primeiro mundo. Eu não sei se você esteve lá. Tem 1000 m<sup>2</sup>, salas climatizadas. É um sonho.

M.K. – E é o que permite o início da pesquisa sobre movimento operário sindical no Brasil.

P.P. – Exatamente. Aí nós começamos a trabalhar. Eu já comecei publicando os dois livros. *De documentos à classe operária no Brasil*. Era o título do Thompson, mas Brasil. E depois um segundo volume. O Michael e eu publicamos isso no bojo da... Escrevi, publicamos muita coisa juntos e tal. Aí essa foi minha fase, foi a criação do arquivo Leuenroth. Foi a fase de minha associação com o Michael. Durou 10 anos. Durou, basicamente, de 1971 até eu entrar na Unicamp.

D.P. – Na USP.

P.P. – Eu fui para o governo Montoro porque o Severo me indicou para o Montoro. Severo foi eleito senador pelo MDB e eu era...

A.F. – Você estava militando politicamente?

P.P. – Eu? Não.

A.F. – [Inaudível] MDB?

P.P. – Não, MDB. Antes do Severo entrar. Mas militância muito light. Eu nunca fiz campanha política.

D.P. – Mas se filiou ao MDB? Não?

P.P. – Não, não.

D.P. – E você foi para o governo Montoro fazer o que?

P.P. – Dessa indicação do Severo. Para ser [inaudível], basicamente, para escrever. Eu dividia uma sala com o Eduardo [inaudível] Laerte, que foi meu colega em [inaudível]. Um grande advogado e hoje é fotografo também. Éramos os únicos que dividíamos o salão.

D.P. – Mas você tinha um cargo mesmo? Era assessor?

P.P. – Assessor especial. Mas aí passei a me meter em tudo e fiz uma pesquisa. O Montoro manda uma ordem para as polícias mandarem um Telex. Naquela época, todas as mortes cometidas pela PM e pela Polícia Civil e outros incidentes. E aí eu comecei a escrever coisas sobre a Polícia Militar. Eu participava também dos conselhos... O Montoro tinha mania de conselho. Tinha um conselho sobre segurança pública. Eu me metia em muito mais coisa do que devia, mas o Montoro não se importava.

D.P. – E sua relação com o Montoro veio via Severo também, ou não?

P.P. – É, via Severo. Montoro era um homem extraordinário, uma delicadeza.

D.P. – O governo dele é bem interessante.

P.P. – Ah, não, ele foi ministro do Jango, 13°. A boa democracia cristã, não direitista.

D.P. – Na época, foi um respiradouro aquele governo [inaudível].

P.P. – Primeira eleição direta. Lula apoiando Fernando Henrique para senador em 1978. Depois já estavam juntos. Montoro. Eu trabalhei todo o tempo com o Montoro e aí passei a me envolver com a segunda fase católica, Dom Paulo. Basicamente, eu entrei na Comissão Justiça e Paz, fundamos a Comissão Teotônio Vilela em 1983.

D.P. – Comissão de Justiça e Paz, aí você encontra com o José Gregório, que está lá também à frente.

P.P. – Zé Gregório, Maria Helena, Zé Carlos Dias, Bicudo, fico amigo do Hélio Bicudo, que também me influenciou muito por causa do livro dele e o depoimento sobre o Esquadrão da Morte. Um cara da maior coragem. Essa foi a minha fase. No finalzinho eu estava trabalhando sobre repressão ao movimento operário. Comunista e anarquista, anarcossindicalista. E aí eu passei mais a ir para os direitos humanos. Aí Comissão Justiça e Paz, que é uma coisa na esteira do doutor Alceu, evidentemente. Eu me senti em casa. E o Dom Paulo. E aí Dom Luciano e todo mundo. O Dom Hélder também.

A.F. - Você entra quando na comissão?

P.P. – Eu não sei. Foi logo...

A.F. – Setenta e tantos?

P.P. – Não, não. Um pouco depois. Eu acho que o Zé era o presidente. Eu não sei quando era. Deve ter sido anos 1980.

M.K. – Eu só queria voltar um pouco, só para fechar essa tua passagem pela Unicamp. A Unicamp abrigou, assim como você, pessoas que vinham da França, sobretudo na área de ciências sociais em geral, linguística e também vieram os economistas do Chile. Então, eu acho que era interessante você falar um pouco sobre que contatos existiam, se existiam, se não existiam.

P.P. – Olha, dentro das ciências sociais, que era só um departamento de ciências sociais, depois é que foi... A relação com os economistas foi a crise. Foi a crise, justamente porque eles queriam fundar um... O Fausto, que era muito piadista, chamava de cursinho Walita, queria...

D.P. – Qual Fausto?

P.P. – Fausto Castilho. Ele tem um livro de memórias. Morreu há pouco tempo. E era um curso para pequenos empresários. Imagine, em um instituto de filosofia e ciências humanas. Porque a criação do instituto é aliança com os economistas. João Manuel, [Belúzio]<sup>6</sup>, que tinham conexões também com políticas com São Paulo. Governo Abreu Sodré e tudo isso. Eles eram mais próximos do Zeferino do que o Fausto. Acho que o Fausto entra depois. Mas a crise básica foi a briga com os economistas. E nosso contato com os economistas se tornou zero depois da crise. As relações eram relações muito tensas e os economistas, quando foram diretores do instituto, não deram a mínima para [inaudível], foi péssima a relação. Melhorou quando houve... Foi positiva quando o foi o Berlink, mas depois houve vários economistas diretores. Para nós, foi um desastre.

D.P. – Mas esse desprezo, digamos, pela sociologia, pelas ciências sociais, ou tinha uma coisa política também?

P.P. – Acho que menos que ideológica, era uma coisa política, de política interna. Porque eles foram um golpe. Na verdade, o Fausto Castilho queria dar um golpe no Zeferino, derrubar o Zeferino. Mas isso deixou muitas marcas, porque todos nós viemos para a Unicamp via Fausto. Então, enquanto eu estive lá, as relações foram péssimas. E às vezes algumas crises mesmo. Também em termos de orçamento e tudo isso. Não, não havia diálogo nenhum. Pelo menos enquanto eu estive lá. Eu acho que depois as coisas se normalizaram. O Fausto foi reintegrado. Mas entre 1971 e 1981, 10 anos, nós... O nosso foi o único convênio de ciências sociais. Foi com o Severo. O instituto não conseguiu nenhum, não tinha nenhum convênio com o governo federal. Os economistas tinham muita coisa. Eram mais jeitosos do que nós.

D.P. – Você acha que esse foi um fator decisivo para você ir para a USP?

P.P. – Não, eu fui para a USP, na verdade, porque eu não queria morrer em Campinas. Não queria ficar até o final na Unicamp, porque toda a minha vida política e de direitos humanos era São Paulo, não era Campinas.

M.K. – E você morava em São Paulo.

---

<sup>6</sup> O mais próximo do que foi possível ouvir.

P.P. – Morava em São Paulo. [Inaudível], a Armata Brancaleone, que não tinha nenhum cargo. Severo, Antônio Cândido, [inaudível], o próprio Teotônio, já muito doente, Hélio Bicudo, [inaudível], Eduardo Suplicy, Marilena Chauí, Hélio Pelegrino. Fundamos quando houve aquele massacre no hospital psiquiátrico que eu não lembro mais o nome. Aí nós fundamos essa... Um pouco provocação do Gabeira, que me liga, dizia...

D.P. – Fundamos o que mesmo?

P.P. – A Comissão Teotônio Vilela, que se transformou, se formalizou e continuou. Acabou até sendo liquidada agora. Porque todos têm 90, 80 anos e mudou um pouco. Era um pouco pessoas com visibilidade atuando e aparecendo, a imprensa cobrindo. Isso já não funciona tanto.

D.P. – E era integrada à Comissão Justiça e Paz?

P.P. – Não, não, não. Era totalmente diferente. Eram só instituições totais. Crianças e prisões. Depois nos metemos em mais coisas. Esse pessoal fazia visita. O Severo, ele participava dessas visitas todas. Depois ele se [inaudível] senador. Antes dele ser senador. Pós ministro. Zé Gregório, Maria Helena também. Era toda a minha base também, todos os meus amigos. Gabeira não era amigo. Conheci o Gabeira não sei como. O Zé Carlos Dias que era meu amigo, mas depois ficou meu amicíssimo na Comissão Justiça e Paz. Ele dizia: “Eu não me esqueço que vocês me criticaram”. Ele era secretário de justiça e ele achava que a gente estava afim de derrubá-lo do governo Montoro, que tinha muita conspiração.

D.P. – Vocês criaram essa Comissão Teotônio Vilela quando?

P.P. – Oitenta e três. Já era governo Montoro.

D.P. – Vocês já haviam criado antes o Núcleo de Estudos da Violência.

P.P. – É. Esse foi meu segundo bebê. O núcleo? Não, o núcleo é depois. O núcleo é 1987, quando eu saio do governo Montoro. Nós criamos o arquivo Leuenroth, do qual o Marco Aurélio Garcia foi um dos diretores, depois de mim, eu acho. O Marco Aurélio ajudou demais. Outro esforço enorme que eu fiz foi aqui no Rio, que nós microfilmamos o arquivo Artur Bernardes, graças a dois amigos de Artur Bernardes Filho, que era o próprio [inaudível] e o

Miguel Lins, que era um advogado no Rio. Um grande amigo do Severo. E aí eu instalei, com o dinheiro da Fapesp, uma equipe de microfilmagem dentro do apartamento do Arturzinho, que era uma figura magnífica, ministro da indústria e comércio do Jânio. Ex-senador do PR, Partido Republicano, um gentleman, uma figura antiga. E aí ficamos na casa dele. Um apartamentão ali perto do Joaquim Rui Barbosa. E tem uma anedota ótima. Nós ficamos amigos e ele me ligava, de vez em quando, para acertar umas coisas. Ele ligava para a minha casa e dizia: “Quem quer falar o Paulo?” “Aqui é Artur Bernardes Filho”. Aí a minha mulher desligava. Aí ele ligava de novo e dizia assim: “Ana, é Arturzinho”. [risos] Aí a Ana, embaraçadíssima, reconhecia. “Doutor Arthur e tal”. Aí me chamava. Fizemos coisas desse tipo. Nunca ninguém tinha entrado no arquivo Artur Bernardes, que era maravilhoso. Nós perdemos, foi para o arquivo mineiro. Houve uma questão jurídica e tal. Ele queria dar para nós, mas as irmãs... Está abandonado lá em Minas. Mas hoje está no arquivo Leuenroth. Bom, e, além do mais, o arquivo do Eduardo Brandão, do Heitor Ferreira Lima, enfim, todos esses comunistas. Todos foram... O arquivo do Otávio Brandão as filhas visitam. Era uma coisa muito curiosa, porque nós [inaudível] juntos renegados do Partido Comunista. Tanto Otávio Brando como Heitor foram renegados. O Elias nunca foi renegado. Uma vez, lá em casa, tem uma foto do Elias e do Heitor, que nunca se falaram. E o outro virou um renegado. Por que eu estou falando isso? O arquivo Leuenroth foi essa configuração toda e complementada pelo Severo, inesperadamente, porque ele virou ministro do Geisel. E o Severo sempre foi... Quer dizer, é uma figura que não existe, não deixou nenhum sucessor, porque era um cara... Foi a primeira vez que alguém falou do Marcílio de Pádua, que eu nem sabia nada sobre o medievalista. Ele conhecia o pensamento medieval da Igreja, poesia enormemente. Era um cara civilizadíssimo, que foi contra o Estado Novo. Ele e o Fernando Millan tiveram maus momentos na luta do Estado Novo. Depois eles tiveram caminhos diferentes. Severo apoiou 1964, depois ele foi ministro da cultura, mas depois que ele sai do governo Geisel, ele vai para a oposição. Promove a candidatura do [inaudível] Monteiro.

A.F. – Ele estava na Paz e Terra também?

P.P. – Não, Paz e Terra é outra história. É Fernando Gasparian, que foi outro. Michael e eu fomos, mais tarde, editores de projetos futuros na Paz e Terra.

A.F. – Achava que o Severo também tinha feito parte desse pessoal.



P.P. – Não. Era amicíssimo de Gasparian, mas por outras razões. Gasparian foi colega de faculdade de Zé Gregório. E Zé Gregório só veio ser amigo de Severo em boa parte por mim, por causa da Comissão Teotônio Vilela. Depois ficaram amicíssimos e tal. O Severo era irresistível. Eu sinto muita saudade.

M.K. – E essa coisa das editoras? Paz e Terra, Brasiliense.

P.P. – A Paz e Terra, claro, publicou coisas incríveis. A Alfa Ômega ajudou, mas nunca fez parte da... Todo o Hobsbawn foi editado pela Paz e Terra e depois a Brasiliense. O Caio Prado, que foi o pai da Companhia das Letras. O Caio foi quem inventou o amarelo das diretas. Veio das Filipinas. Caio Graco, uma figura maravilhosa. Morreu idiotamente.

D.P. – Ele inventou o amarelo das diretas?

P.P. – É. Propôs ao Montoro e foi um sucesso as diretas. Depois quem inventou o tucano foi o Montoro.

D.P. – Conta essa coisa do amarelo das diretas. Como é que ele inventa esse amarelo?

P.P. – O amarelo foi a rebelião contra o Ferdinand Marcos, nas Filipinas. Não sei porque ele foi as Filipinas, voltou entusiasmado. E aí propôs. Agora eu preciso contar também a coisa das diretas, que eu estive muito metido nisso com o Eduardo e o Severo.

D.P. – Qual Eduardo?

P.P. – Eduardo [inaudível] Antunes. Ele era assessor especial do Montoro. E, na verdade, ele era o verdadeiro assessor especial. Eu era também assessor especial, mas quem era o suplente do Montoro na PUC era o Eduardo. Eles tinham uma amizade antiga. Mas aí o Montoro adorava coisas hoje modernas. Horta comunitária, contra o fumo, estradas vicinais. O Montoro adorava falar sobre isso e o Severo achou que ele precisava ser um pouco civilizado pela turma carioca, que era Castelinho, José Aparecido, Marcito, tudo isso. Aí nós marcamos uma reunião na casa do José Honório Rodrigues, que nessa época já era meu pessoal amigo. Mas a mulher dele, a Leda, estava doente, e aí a reunião foi na casa do Miguel Lins, que era amigo, bebia com todas as pessoas também. O Miguel Lins, um grande advogado. O pai dele, o avô, foi ministro do Supremo. Edmundo Lins, ou Sebastião Lins. Uma grande figura. Personagem carioca. Ele que

me ajudou a ter acesso ao arquivo Artur Bernardes. Aí nós fomos, Montoro, eu e Eduardo, à inauguração da Bienal do Livro. E o Montoro se entusiasmou com o livro, não saía da bienal. E é difícil retirar o governador. Chegamos atrasados na casa do Miguel Lins. Já estava todo mundo bêbado. E aí o Montoro senta e começa a falar de estradas vicinais. É que ele não percebeu bem aquela turma. Aí o Otto Lara Resende, do fundo diz assim: “Falou alto, Montoro”. Só bêbado. “Por que você não lidera uma campanha pelas diretas?” Aí o Montoro topou. “Eu vou liderar”. Nós frequentamos muito a Argentina, a campanha do Afonsinho e nós fomos apóstolos do Afonsinho. Na volta, o Montoro toma a decisão de fazer o comício. Já tinha havido um comício das diretas no Pacaembu. Era mais o PT que organizava. E o nome do Teotônio, que estava morrendo, foi até vaiado. É que tinha brigada sandina, era um [inaudível] total. Não era só o PT. Aí nós decidimos fazer na Praça da Sé. Onde cabiam só 40 mil pessoas, mas sabíamos que se enchia. E aí ele, no avião, – que São Paulo tinha avião –, no jatinho, ele nos diz: “Vamos convocar o comício no dia 25 de janeiro”. Nós escrevemos, Eduardo e eu, a convocatória. Um apelo, sei lá o que. Porém, chegamos, o executivo do MDB, ou era PMDB, não sei, quem presidia? Fernando Henrique Cardoso. Aí o Fernando Henrique diz: “Vocês estão loucos? Vocês ficam enfiando essas coisas no Montoro. Como é que eu vou fazer comício no dia 25 de janeiro? É feriado, ninguém vai”. Mas o Montoro não.

D.P. – Mas era feriado dia 25 de janeiro, ou férias?

P.P. – Não, dia da fundação de São Paulo. Feriado, feriado. E feriado prolongado. Era um feriadão. Paulista sai, não é? Cidade horrível, todo mundo sai. Eu fui com o Montoro, porque, enfim, eu saía sempre com o Montoro. Era o momento que eu conseguia resolver coisas com ele, assinar e tal, sem outras interferências. Sentava o Eduardo de um lado e eu de outro. Nós ali e o Montoro no meio assinando o que nós queríamos. Então tinha sempre alguém. O Serra, alguém que aparecia para criar problema. Ou o filho do Montoro e tal. E aí chegamos aos 50 anos da USP. Protestos de estudantes... Eu tinha, até pouco tempo, um terno com tinta vermelha. Jogaram tinta vermelha. Queriam arrombar as salas. Eu disse: “Montoro, é melhor deixar abrir a sala”. Aí abriu a sala, entraram todos os estudantes, faixa, o diabo a quatro, tudo. Aí, na hora que nós saímos, chovia. Chuva no dia do comício.

D.P. – Isso era 1983?

P.P. – Exatamente. Acho que foi 1983.

D.P. – Fizeram nesse dia mesmo?

P.P. – Claro. Vinte e cinco de janeiro. Foi o grande comício dos 300 mil. Tem foto provando. Não tinha 300 mil, tinha 40 mil, mas foi um comício de 300 mil. E aí o ajudante militar, que era um...

D.P. – Esse mesmo dia era também aniversário da USP?

P.P. – É, 50 anos, no mesmo dia.

D.P. – Os estudantes fazendo protesto...

P.P. – Protesto contra a USP, não contra as diretas.

D.P. – Mas esse protesto era lá na USP?

P.P. – Não, dentro do anfiteatro. Porque, burramente, o reitor não deixou os estudantes entrarem. Aí eu falei com o Montoro: “Tem que deixar entrar”. A vantagem de você ser assessor é que você tem acesso. Você fala e, geralmente, é levado em conta. Nós saímos e o assessor militar diz: “A praça começa a se encher”. Aí nós fomos para o Bandeirantes tomar um ônibus. Quando nós chegamos, a praça já estava cheia. O pai das diretas, o senhor das diretas é o Montoro. Depois dos comícios às diretas. O almoço no Jorge Cunha Lima, que foi secretário de comunicação, presidente da Fundação Anchieta, jornalista, intelectual importante. E doutor Ulisses lá. Doutor Ulisses se vira para o Eduardo e para mim, um pouco como o Fernando Henrique: “Está bom. Agora vocês fizeram esse comício, agora eu quero saber o que eu vou fazer até março. Porque eu não tenho nada preparado até março. Como é que a gente vai manter isso até março?” Depois que virou o senhor das diretas, quem foi o senhor das diretas foi o Montoro, com enorme generosidade, porque ele nunca pensou na candidatura dele. Ele, imediatamente, pensou no Tancredo. E nem pensou no Ulisses, evidentemente. Não dava pé. E aí houve muita conspiração. Zé Aparecido, Roberto Gusmão, toda hora a gente ia... E a mesma corriola. Castelinho, Marcito, todos estavam no dia do comício também. Aí começamos a inventar atos de governadores. O Ulisses de mau humor, porque ele não convivia bem com o protagonismo do Montoro, que era muito elegante. O Montoro não era um cara autoritário. Era um gentleman, figura maravilhosa. E eu acho que foi a generosidade dele que ajudou, que determinou o comício. Quer dizer, os atos básicos em si no Brasil, fundacionais, da campanha

das diretas, foi o Montoro. Com a conspiração da... Com o desaparecido em Belo Horizonte. Foram tempos maravilhosos.

A.F. – Lá não tinha aquela jogada do pano preto? A impunidade do Tancredo.

P.P. – Ali, claro que paralelo a isso... Nós não comentávamos isso na época, mas em paralelo havia ambiguidade, porque se as diretas não passarem... Todo mundo estava apostando nelas. “Vamos para as diretas”. Mas não era nada garantido.

D.P. – Você achava que as diretas iam passar? Foi uma decepção grande com a emenda [inaudível]?

P.P. – Não, não. Ninguém se decepcionou. Eu não vou falar pelos outros. Eu achava que não ia passar. Não era figuração. Aquilo foi importante. As diretas, a campanha das diretas foi importante para a solução do Tancredo, que ninguém sabia que estava já... Porque nem o Ulisses nem ele bebiam em público, mas doutor Tancredo devia beber. Eu não vou afirmar aqui na câmara, mas aquilo já estava... Ele estava totalmente... Uma vez eu almocei sozinho com o Montoro e almoçar com o Montoro era político o tempo todo. E o Montoro não se preocupava em comer. Era macarrão e suco de laranja. Houve um jantar uma vez que nós organizamos para o Borges. Depois é uma outra história.

D.P. – Qual Borges?

P.P. – O [inaudível] Luiz, que vinha ao Brasil não sei para que e o Eduardo e eu dissemos: “Olha, precisamos convidar o Borges, fazer um jantar e tal”. Fizemos. Aí eu disse para o mordomo. Tinha um mordomo no palácio. Eu disse: “Olha, não vai ter suco de laranja. Tira os vinhos”. Tinha uma adega ótima feita pelo Arrobas Martins, que tinha sido chefe de gabinete do Paulo Egídio. Tinha uma adega maravilhosa, mas o Montoro só tomava suco de laranja. Era uma coisa horrorosa. Servir suco de laranja no jantar para o Borges. Por que eu comecei a falar isso do Borges? E aí o almoço meu era um talharim, macarrão horrível e suco de laranja, que eu detesto. Aí eu digo: “Governador, o senhor ajudou a escolher o Sarney? E se o Tancredo fica doente?” “Paulo, não diz bobagem. O Tancredo tem uma saúde de ferro. Saúde de ferro”. [risos] Deu no que deu. Nós achamos aquilo horrível. Depois, o presidente Sarney... Se isso está sendo gravado, eu tenho uma boa ligação com o presidente Sarney, porque eu sempre

lembro, – eu escrevi até isso. O Brasil foi um dos primeiros a assinar a Convenção da Tortura, que foi aberta para assinatura em 1985. Sempre que encontro o Sarney, eu sempre lembro isso e ele me diz: “Não, não foi só a convenção. Eu assinei também o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos”. Os milicos se recusaram a assinar e o Sarney... Quer dizer, depois. Depois ele vai ser presidente e, enfim, o primeiro mutirão contra a violência quem escreveu foi o Gabeira. Eu vou contar uma anedota, que não tem muito tempo, acho que vai ser a última anedota, que foi ótimo. Aí depois disso, a Comissão Teotônio Vilela leva um programa de direitos humanos e contra a violência para o Tancredo. Aí nós chegamos em Brasília, chegamos lá na sala, fomos chamar a secretaria, dona Antônia disse: “Espera um pouquinho que ele está com o Ulisses e o Zé, José Serra”.

D.P. – Isso era para um programa de governo do...

P.P. – Já, já. Candidato a presidente. Ou já eleito pelo... Não, [inaudível] eleito já morreu. Não. Já consolidado como candidato. Aí foi a Comissão Teotônio Vilela, fomos o Fernando Millan, Severo, Zé Gregório, o Gabeira, o padre Agostinho, que é um monge maravilhoso, que é até um ativista de direitos humanos e das crianças. Eu acho que foram esses. Nós fomos. Tem uma foto. Eu me lembro que tem uma foto. Isso Zé Gregório contando. O Zé Gregório contaria melhor do que eu. Nós chegamos lá. O Tancredo não sabia muito bem qual era a nossa. Aí o Tancredo abre a conversa em um discurso duro. Criminalidade que avança, esse Judiciário que não cumpre sua função, a polícia prende... Não foi tão simples assim. Uma coisa desse tipo. Aí, diz o Zé Gregório, que o Tancredo, nesse momento, ele fixa o Gabeira e vê o Gabeira com uma blusa levemente rosa e vai abaixando e vê o Gabeira de calças listradas rosa, branca e negra e de sandálias. Aí o Tancredo, no momento que volta a câmera para cima, o discurso muda. “É realmente um absurdo de pedirem carteira de identidade. Isso é inconstitucional. Isso é uma agressão aos direitos humanos”. [risos] Não é maravilhoso isso? Aí depois o Sarney convida o Gabeira para fazer o nosso programa. O Zé que tem essa... Eu vou contar uma outra história do Zé. Nós estávamos... Isso no Programa Nacional de Direitos Humanos, que eu ajudei o Zé a fazer. Nós estamos em uma reunião lá em Porto Alegre e uma discussão que não terminava. O que a gente queria passar não ia passar. E eu [inaudível], de mau humor. Aí o Zé vira para mim e diz assim: “Oh, Paulo, fica tranquilo. Essa proposta é o [inaudível] de bronze. Não vai voar. Não adianta você ficar insistindo”. [risos] [Inaudível]

D.P. – Você acha que dá para falar um pouquinho desse... Quando a gente retomar a entrevista, a gente queria voltar para a questão da Lei da Anistia, que é o marco do nosso projeto, claro, não é? Em 1979. Mas só para o fecho aqui. Então é derrota do Oliveira. Como é que essas articulações para Tancredo sair candidato a presidente da República? Você participou, Montoro... Eu sei que o Montoro...

P.P. – Quer dizer, eu participei lateralmente. Eu não fui um artífice, mas participei de todos os atos.

D.P. – Você lembra do Fernando Lira fazendo [inaudível], porque eu fiz um depoimento com ele e ele conta isso.

P.P. – Claro. Fernando Lira frequentava, mas eu não tinha...

D.P. – Porque ele foi muito um defensor desde [inaudível].

P.P. – Claro. E [inaudível] amigo de todo esse pessoal.

D.P. – Não, e defensor do Tancredo, porque tinha aquela dúvida. Tancredo mesmo é o homem? Vai ser Ulisses?

P.P. – Não, o Ulisses, para a vertente paulista e mineira não dava. Quer dizer, não pelos méritos de doutor Ulisses, mas não era viável. Ainda na ditadura, o colégio eleitoral e candidaturas aprovadas pelos militares, o líder que muito bem chamou a junta de os três patetas e campanha dele, maravilhosa... Não dava. Tanto que não deu. Quem devia ter sido presidente era o doutor Ulisses. O [inaudível] é o Joaquim Falcão, mas não era o Sarney. Não existe. Não existia, porque não tomou posse. Mas o doutor Afonso Arinos achou, descobriram conversas do doutor...

D.P. – Você está convencido que, de acordo com as regras, quando Tancredo morreu...

P.P. – Não há a menor dúvida. Pelo parco direito, que eu já estudei, não tinha... Não existe. Não existe. Era hoje, – aí que horror –, seria o Cunha. Mas se você pensar em Cunha e Ulisses, Ulisses é uma outra galáxia, não é? Mas era Ulisses e não deu. Não deu porque não podia dar. Quer dizer, eu não posso falar pelos outros. Eu falo por mim. Em nenhum momento foi

considerada a possibilidade da candidatura do Ulisses. Desde momento que o Montoro decide entrar nas campanhas das diretas, é o Tancredo.

D.P. – Depois que o Sarney entra...

P.P. – Isso é outro babado. Quando o Montoro mantém o palanque das diretas, Rio, São Paulo...

A.F. – A ideia, o objetivo...

P.P. – É Tancredo. Uma das coisas que nós ajudamos a organizar também. Houve um grande anúncio de governadores, doutor Ulisses de muito mau humor, para consagrar a escolha do Tancredo.

D.P. – É, porque tem outra vertente que diz que o Tancredo só é pensado com tanta garra depois da derrota das diretas. Mas você acha que, desde o primeiro momento, mesmo se fosse eleições diretas, o candidato seria...

P.P. – Não, não, não. Isso eu posso pôr a mão no fogo. Doutor Ulisses não vai mais poder desmentir, mas nunca. Desde que o Montoro... Não por aversão ao doutor Ulisses, porque ele era respeitadíssimo, mas pelo bom político que Montoro era, nenhum momento. Era dar com os burros n'água. Então, em nenhum momento... Porque se você vai nas datas, tem um livro do Paulo Sérgio Markum, os dois volumes dele, que tem uma boa cronologia sobre isso, você vê que essa reunião dos governadores é logo depois do comício das diretas, do Rio ou de São Paulo. Não, não. A questão do doutor Ulisses é uma outra questão e houve muita correria para aparecer juristas e conversas com [inaudível] do general Leônidas para segurar isso e a solução foi o Sarney. Quanto a esse primeiro round, não. Eu nunca ouvi em nenhuma reunião [inaudível].

D.P. – Quer dizer, se tivesse eleições diretas, o candidato seria Tancredo?

P.P. – Seria. Claro, isso não... Não se pensava muito nisso. As diretas foi uma mobilização para a emenda e também para derrubar... Quer dizer, desmontar, desconstruir a ditadura. Você se lembra, já com as ajudas de Aureliano Chaves e outros que iam já debandando. Foi um privilégio, para mim, participar disso. Foi graças ao Severo. Porque, senão, eu nunca teria estado lá dentro. Vou contar uma outra anedota, que eu adoro. O meu amigo, embaixador

Pimentel... Não lembro o primeiro nome dele agora. Era meu amigo de Rio, de adolescência. Ele era o chefe cerimonial. E aí, ele nos colocava, Eduardo e eu, e respectivas mulheres... Tinha muita coisa, rei, visitando, primeiro ministro, presidente. Nos colocava com a família. Aí nós chamamos o Pimentel e dissemos: “Olha, nós não queremos mais ficar com a família. Você dá um jeito aí. “Vocês não têm procedência”.

D.P. – Ficaram com a família o que? No cerimonial?

P.P. – Do Montoro. Ficava lá nas mesas com a família, que era a galeria do... Porque as mesas mais perto eram os secretários, de fato. Nós tínhamos status de secretário. Ele disse: “Não, vocês não têm precedência. Vocês têm status de secretário”. Está bom. Eu disse: “Pimentel, tudo bem. A gente não precedência. Mas se você não nos mudar na visita do Mitterrand...” Que o Mitterrand vinha com o Lévi Strauss, [inaudível] e tudo... Aluísio traduziu, porque a interprete se embasbacou. O Aluísio [inaudível] foi o tradutor do Mitterrand, porque falava francês fluentemente. E eu disse para ele: “[Inaudível] Nós não temos precedência, agora você não vai entrar mais aqui. Porque para entrar na sala do Montoro, você tem que passar por nós. Você não vai passar mais”. Aí nós tivemos um upgrade. Ficamos na mesa do [inaudível]. [risos] Além do mais, era um momento muito... As pessoas tinham senso de humor.

D.P. – Essa viagem do [inaudível] é a mesma do Mitterrand?

P.P. – É, vieram todos e Lévi Strauss. Teve uma coisa fantástica de Lévi Strauss, que ele foi... Está no livrinho dele. É um livrinho muito pequenininho. É uma entrevista dele sobre a visita ao Brasil. Ele foi em um aviãozinho bimotor e foi em cima das aldeias dos Bororo, no caso. E aí perguntou: “Nós podemos descer?” “Nós podemos descer, mas não podemos voltar, porque não vai ter gasolina suficiente”. Então, aquela frustração imensa do Lévi Strauss, passou pelo mundo dele e não viu. E teve outros lances. Nós organizamos, houve um filme, a história oficial argentina. Passou-se com todos os embaixadores latino-americanos para protestar contra a ditadura. Fizemos uma sessão de homenagem ao [inaudível], com todos os embaixadores e cônsules. O Montoro funcionava um pouco como presidente alternativo do Brasil. A gente inventava uma porção de coisas. Eu esqueci o que eu ia dizer, mas era nesse sentido. Era um momento muito criativo, foi um momento privilegiado da transição, que ali, na verdade, começou a transição. São os antecedentes próximos da transição. E o artífice disso foi... É claro, Fernando Henrique, Severo, todos ajudaram, mas o cérebro disso era o Montoro.



A.F. – Como que ele se relacionava com o PT?

D.P. – Eu ia perguntar com o Brizola também.

P.P. – Não, com o Brizola muito bem. Porque o Brizola apoiou logo. Brizola entrou nessa.

D.P. – Rio e São Paulo estavam afinados?

P.P. – É, ficou o café com leite e o Rio.

A.F. – E o PT?

P.P. – O PT não votou no colégio. O Lula, eu fui com visita ao Lula ao Montoro. Montoro e Lula falavam tipo Fernando Henrique e Lula. O pessoal pensa que o Lula vai lá para ficar criticando. Eles entram em conversinha de política mesmo. E tinham muito respeito. Isso que eu acho que eu ia contar. Nós íamos ao São Bernardo, – a Ana, minha mulher, também ia –, com Teotônio, com Severo, o Fernando Henrique, lá para São Bernardo. Íamos para...

A.F. – Quando o Lula foi preso...

P.P. – É, o Lula foi preso e tudo isso. Não, o Montoro sempre teve... Quer dizer, politicamente, um inferno a relação com o PMDB. Ainda, não é? Mais com o PSDB depois. Mas o Montoro e o Lula tiveram sempre uma... A mesma coisa com o Fernando Henrique. Se atira umas flechinhas, mas ultimamente... Há algum tempo não se encontram, mas se encontraram sempre. E o Lula fez campanha para o Fernando Henrique. Esses políticos, na verdade, ficam... Tem um jogo de cena, xingam, falam mal, mas eles se encontram. E o Brizola se integrou.

D.P. – E nesse momento também está todo mundo no mesmo barco.

P.P. – É, no mesmo barco. E o PT participou do comício das diretas e Lula estava lá. Só olhar as fotografias. E o Lula participou da organização. Diretas não teve problema. O voto no colégio é outra história, mas o Lula, na época das diretas, conversava com o Montoro e nós conversávamos. Isso, se eu, quando ficar ainda mais velho vou lamentar, é que na fundação do PT tenha sido o racha efetivo de toda essa tendência do socialismo democrático. E estava... Que era para fundar um novo partido, mas as lideranças sindicais bateram o pé. Vários líderes que hoje nem têm muita expressão, mas naquela época... Quer dizer, Antônio Cândido, Sérgio

Buarque de Holanda, Mário Pedrosa podiam ficar muito bem no partido do Fernando Henrique. O projeto era o partido socialista, que nunca tinha dado certo no Brasil, mas ia ser um maravilhoso partido socialista, com esses todos pais fundadores e todas essas correntes. A última piada que eu vou contar. Nós fomos um dia no aniversário do Prestes. Eu também entrevistei o Prestes na minha conexão comunista e tal. Quando ele voltou. E aí o Aldo Lins era amigo de todo mundo, era advogado do Severo e nós fomos ao aniversário do Prestes. Então, tem uma foto maravilhosa.

D.P. – Esse aniversário foi aonde?

P.P. – Aqui. Do Aldo Lins, aqui no Rio.

D.P. – Na casa do Aldo Lins?

P.P. – É. E aí, tem uma cena maravilhosa, que estão o Severo, o Leandro Martins Rodrigues, o Aldo e o Prestes. Não é Leandro. Leôncio Martins Rodrigues dizendo: “Ah, isso é o socialismo dos meus sonhos”. [risos] Está todo mundo ali, não é? Era PMDB, Prestes voltando... E o Prestes conversava com o Severo. O Prestes, para o Severo, era um general da Primeira República, porque o Prestes era extremamente formal. Eu o entrevistei duas vezes. Era um general da Primeira República. Ele era da Primeira República. Não tinha avacalhação, não tinha palavrão, não tinha intimidade. Um pouco Celso Furtado. Ele tinha a postura formal do Celso. Não quer avacalhação. Fantástico, não é? E nós chamávamos de senador, claro. Senador tinha um título... Era uma figura. Claro, tudo que eu descobria e sabia, ele tinha a versão dele. Mas foi uma experiência fantástica. Eu pensei um dia escrever uma biografia do Prestes, mas tem a do Daniel [inaudível], que é excelente. Muito boa. Sem falar o [dicionário]<sup>7</sup>, uma coisa que eu usei demais daqui. Eu tenho uma grande biografia do Severo, excelente e do Prestes também. Muito obrigado.

D.P. – Muito obrigada.

P.P. – Aí fica para a próxima, não é? Aí eu não terei mais que falar de mim mesmo...

[FINAL DO ÁUDIO pho\_2261\_paulo\_sergio\_pinheiro\_2015-07-14\_02]

---

<sup>7</sup> O mais próximo do que foi possível ouvir.

2ª Entrevista: 26/08/2016

D.P. - Segunda entrevista, com Paulo Sérgio Pinheiro, no dia 26 de agosto de 2016, com Dulce Pandolfi e Américo Freire, do projeto Arqueologia da reconciliação. Paulo Sérgio, vamos tentar hoje concluir seu depoimento, você tem uma trajetória muito rica, fala muito bem, estamos aqui maravilhados. [risos]. Eu queria perguntar a você, para a gente falar sobre anistia, naquele momento sobre a Lei da Anistia, quando a Lei da Anistia é promulgada no governo Figueiredo, obviamente antecedida de uma grande campanha nacional como tem [inaudível] da anistia, se você teve alguma participação nesse momento, parece que você estava no exterior, mas, enfim, como você visualizou esse período?

P.P. - Na verdade, eu devo dizer o seguinte, o período brabo da repressão eu estava em Paris, eu fiquei em Paris, sei lá, até 71, depois quando eu voltei, eu era basicamente dedicado a história do movimento operário, e aí fundamos com Michael Hall, depois Marco Aurélio Garcia foi o diretor, o arquivo Leuenroth, houve até tratativas com Celi naquela época; afinal, nós compramos um arquivo do Edgard Leuenroth que é o maior arquivo sindicalismo revolucionário anarquista, isso que fundou o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) que hoje é uma coisa de primeiro mundo, nível CPDOC, uma coisa maravilhosa. Então, em 74, na verdade, eu estava buscando a colaboração de Severo Gomes para uma pesquisa sobre memória da industrialização em São Paulo. Tem umas anedotas... eu falei sobre o Geisel, não? Aí Severo que era ministro, eu fiquei amigo de Severo por causa de amigos comuns, mas fiquei muito amigo do Severo, desde que eu cheguei aqui, desde que eu cheguei em São Paulo. O Fernando Millan que era um marchand que era amicíssimo dele, o filho dele era meu aluno, e fiquei muito amigo do Severo, e o Severo é ministro do Geisel e aí a gente discute como ele podia ajudar o arquivo Leuenroth, porque quem tinha convênio eram os economistas, os economistas tinham um convênio com o governo extraordinário, nós não tínhamos nenhum. Então fizemos um convênio com a secretaria de alguma coisa industrial, e aí, com isso... mas Severo assume essa responsabilidade. E tem dois eventos curiosos, acho que eu não contei isso, que o Geisel que era detalhista, eu ia dizer tão detalhista quanto dizem que era presidente Dilma, detalhista, o cara, ele tinha fichas dos spas, então os ministros... não dá para enrolar. Dizem que o Severo era o alterego nacionalista do Geisel, sem o autoritarismo, e sem gostar da tortura como ele disse num depoimento que está publicado. Pensei que ele era contra a tortura, mas não era, naquela época. E aí ele chama o Severo e diz: “mas, Severo, eu não estou entendendo, tem esse

convênio aqui com a Unicamp, Memória da história da industrialização, estudando os operários!”, aí o Severo: “mas, presidente, como nós podemos estudar a industrialização sem tratar dos operários?” e aí a coisa andou. Mas não terminou aí. Aí houve uma intriga na Universidade de Brasília porque o coordenador geral de Brasília era o Victor Leonard que era professor da Universidade de Brasília. E tinha um processo no SNI contra ele, dizendo que ele tinha livros russo etc. E aí o Golbery chama o Severo e entrega uma pasta sobre o Victor Leonard, e ele me chama para vir a Brasília, que ele não queria levar a pasta, e aí ele me mostra a pasta. Era uma coisa realmente... é incrível, eu não acreditava no que eu lia de bestialógico de acusações contra o Leonard. Aí o Victor continuou na pesquisa e eu, que eu não queria, passei a ser o coordenador geral da pesquisa. Isso deu numa grande exposição. Em 1979, no Masp, ajudado pela Finep, o Fábio Macedo Soares Guimarães, meu amigo de Rio, e o Mario Machado que bancaram uma linda exposição, que a filha do Antônio Cândido fez, Ana Luiza Escorel, e aí, dois outputs, incríveis, saíram, um, o filme do Lauro Escorel, Os Libertários, cuja premier fizemos no apartamento do Severo. Quer dizer, o governo Geisel financiou um filme sobre os anarquistas, também Os Chapeleiros, do Lauro Escorel. Isso foi possível só porque era o Severo. Tanto que agora na digitalização nova aparece um agradecimento ao Severo, mas no filme que ganhou prêmio, não aparecia o nome do Severo, mas foi ele que bancou. Então eu vivi muito essa convivência com o Severo no governo, que foi decisivo para expansão do acervo do arquivo Leuenroth, que tinha sido comprado pela Unicamp em plena ditadura com o apoio da Faperj, o Zeferino Vaz. O Zeferino Vaz era a figura que uma vez nós convidamos acho em 1979, um seminário sobre história da democracia, sei lá, tinha um título fantasia, marca de fantasia para explicar que na verdade era um seminário sobre autoritarismo. E trouxemos o trouxemos o Eric Hobsbawn entre outras celebridades. E aí tem um almoço com o Zeferino, e o Zeferino Vaz dizendo, ele falava inglês, dizendo para o Hobsbawn: “você sabe, professor, está vendo todos esses jovens aí? Tudo comunista”, sem saber que estava falando com um comunista de carteirinha, “tudo comunista, mas são excelentes pesquisadores”. Esse era o clima. O arquivo foi comprado, eu acho, por um apartamento de quatro quartos em Ipanema, foi o preço do arquivo, e referendado por Antônio Cândido, Fernando Novaes e Azis Simão, que era um belo sociólogo, isso em plena ditadura. Quer dizer, não só o convênio com o Severo, como a Universidade de Campinas comprou o arquivo Leuenroth que foi a base. Então, eu acho que estava metido basicamente nisso. É claro que eu ia a tribunais, mas eu não estava engajado. Na verdade, o meu engajamento era com o movimento operário, partido

comunista, que tinha sido a minha tese no mestrado, depois acho que no doutoramento também, em Paris, aí essa minha fase Partido Comunista, primeiro, movimento operário, repressão ao movimento operário e aí caí nos direitos humanos. E aí quando nós fundamos, quando Severo já estava na oposição, ele ainda nem era senador, fundamos a Comissão Teotônio Vilela. Os sócios fundadores quem foram? Foram o Severo, o Teotônio Vilela já muito doente, andando com aparelhos, ele visitou um cadeião em Campinas, Fernando Millan que era esse marchand, colega de colégio, o Gabeira, Hélio Pelegrino, Glauco Pinto de Moraes que era um pintor e o José Gregório. O único que tinha mandato era o Zé Gregório. E aí o Severo que não perdia uma piada, nós fomos visitar, uma das primeiras visitas um manicômio em Franco da Rocha onde tinha havido um massacre, isso governo Maluf, a gente: “quem vai na frente? Quem fala?”, aí o Severo diz assim, “Paulo, deixemos o José Gregório porque ele é a madre abadessa que cuida das chaves. Aí o único que tinha um cargo político era o Zé Gregório. E a comissão viveu até hoje, 30 anos.

A.F. - É de quando?

P.P. - De 83, é final do governo Maluf, quando houve um massacre de doentes mentais no manicômio judiciário, Antônio Cândido também participou.

D.P. - O Gregório já estava na Comissão de Justiça e Paz.

P.P. - Ele foi fantástico. Esquecer essa etapa... apesar do Zé Gregório vir desde Santiago Dantas.

A.F. - Mas o Montoro não entrou em 83?

P.P. - Isso, ele foi eleito final de 83.

A.F. - Foi eleito final de 82.

P.P. - É, nós pegamos finzinho do governo Maluf.

A.F. - É 82 passagem para 83, por aí, a posse...

P.P. - Não, era janeiro

A.F. - Março, antigamente era março.

P.P. - Aí o Severo, acho que a única pessoa que ele indicou para o governo fui eu. Aí eu fui ser assessor especial. O Montoro estava precisando de alguém para ajudar a escrever um discurso na Medalha da Inconfidência, e aí ele escreveu um discurso, “a nação tem direito de ser ouvida”, teve muita repercussão porque já estava no umbral da campanha pelas Diretas. Aí tem uma outra historinha, não sei se contei, em volta do Severo, o Severo achava que o Montoro precisava ser exposto ao serpentário, no bom sentido, do carioca, que era basicamente o Otto Lara Resende, o Castelinho que é meu primo por bisavó, o Marcito...

D.P. - Marcio Moreira Lopes.

P.P. - Zé Aparecido, e tinha mais alguns que não me lembro. Era para ser na casa do José Honório Rodrigues, era meu amigo, porque eu fiquei amigo do Zé Honório por causa do Marcito, na campanha, foi a única vez que eu participei de uma campanha colocando papel de baixo da porta foi para o Marcito, o Hermano Alves. Marcito e Hélio Pellegrino

D.P. – Marcito antes de 64...

P.P. - Antes de 64, 62 por aí. E aí eu conheci o José Honório Rodrigues; eu disse: “vamos propor ao Zé Honório”, Zé Honório topou, tudo bem, amigo de toda essa gente, mas a mulher dele ficou doente, então outro personagem carioca, Miguel Lins, que é uma figura meio... um grande advogado, de muita gente, aí foi na casa do Miguel Lins; e nesse dia nós fomos a Bienal do Livro e o Montoro adora livro, então, puxa, era para fazer uma passadinha e ficou horas lá, e chegou tardíssimo, o pessoal já tinha entornado... o pessoal já estava excitadíssimo. Aí colocamos o Montoro numa mesinha, e o Montoro sem muito bem perceber os interlocutores, começa a contar as coisas que hoje são vanguarda, as hortas comunitárias, as estradas vicinais e por aí, plantação de laranja, e aí de repente, lá no fundo, o Otto Lara Resende também já estava cheio de ouvir isso, depois de esperar uma hora, aí ele fala: “farol alto Montoro, farol alto, será que você vai liderar a campanha pelas Diretas? ”, aí o Montoro se tomou de brios, “vou, vou... vamos fazer...” isso eu acho que foi o ato fundador da campanha. Depois eu vou dar detalhes, o Montoro foi a alguns comícios com Afonsinho, depois eu fui com ele e o Eduardo Muylaert que era o outro assessor, após Afonsinho, Montoro ficou muito impressionado com a concentração popular, e no avião disse: “nós vamos fazer um comício

pelas Diretas na Praça da Sé, no dia 22 de janeiro de 84”, era 84. Tinha havido já o comício das Diretas no Pacaembu pelo PT, no dia da morte do Teotônio. Até um parêntese, vou contar uma coisinha, era um ícone, não sei se vocês se lembram, naquela época era um ícone o Teotônio Vilela, e o Teotônio queria morrer em Alagoas. Aí a coisa caiu em mim, Montoro: “arranja um avião para levar o Teotônio”, “ah, só tem avião a hélice” disse o chefe da Casa Militar. Eu falei: “olha, só tem avião a hélice, agora, se o senhor quer o senador morra no trajeto, ele vai nesse avião”, “aluga um jato”. Aí alugamos um jato, e tem uma cena maravilhosa, todo mundo chorava em volta, tinha o avião e o Montoro...

D.P. – Ele muito mal, já?

P.P. - Carregado em maca, nem andava. E aí ele sobe com a maca nesse avião, e o Montoro fica na altura das asas se despedindo. É uma foto maravilhosa. O Montoro era também parte dessa conspiração. Você se lembra que o Montoro numa das manifestações de São Bernardo, dá carona ao alemão, que era um líder, não me lembro o nome dele, ele só era senador acho ou deputado, pega o alemão e tira da polícia.

D.P. – [inaudível] e o alemão, eram dois líderes, faziam uma dupla.

P.P. -E o Montoro livra ele da polícia e traz, um ato subversivo. E depois o Montoro como governador, ele tinha uma empatia popular; eu vi ele em cima de Kombi, no palácio que iam invadir, uma vez ele abriu o auditório para uma multidão que estava protestando, ele sabia... ele tinha esse... aí o Severo me indicou para o governo Montoro, e eu fiquei no governo Montoro, e me metia... é ótimo por ser assessor especial porque eu falava em nome do governador, ninguém vai checar se é verdade, com o Fernando Henrique eu fazia a mesma coisa. Ninguém vai checar se o presidente falou. Eu também fazia isso com o Secretário-geral da ONU, porque na verdade, mas ninguém vai desmentir, ninguém vai conseguir desmentir. E eu me metia em tudo de polícia e controle da polícia. Eu acho que...

A.F. - É nesse momento que você entra na temática da violência?

P.P. - Aí fundamos o núcleo da violência quando eu saio do governo, em 87, Núcleo de Estudos da Violência, o NEV, financiado pelo meu ex-colega da Unicamp, que era representante da Ford Foundation, Peter Fry, que naquela época a Ford Foundation estava dando ênfase muito

grande. Na verdade, a ideia foi do Severo, que o Severo muito impressionado com o Women's Rights Watch, que veio ao Brasil naquela época. Quer dizer, a gente tem que ter um centro de pesquisa, o Sergio Adorno que é meu colega, na USP, e eu, aí fundamos o núcleo que hoje tem uns 60 pesquisadores, uma coisa grandiosa, mas foi muito nessa conjuntura. E aí eu fiquei nessa questão da violência, e simultaneamente a isso, vários amigos meus se tornaram embaixadores, tipo Gilberto Sabóia que foi meu contemporâneo na Faculdade de Direito, embaixador alterno. Aí começaram a me enfiar para relator especial, primeiro de Cuba, infelizmente eu não fui aprovado, e depois fui nomeado em 95 para relator especial sobre Burundi. Por que? Porque precisava de um cara que falasse francês, aí o Gilberto dizia que o embaixador do Nepal, que era o presidente: “ele fala até português com sotaque francês, o senhor não se preocupe”. Aí eu comecei os meus 22 anos de infinidade de mandatos na ONU. E eu acho que de uma certa maneira... Não, como eu chego nessa Comissão da Verdade?

A.F. - Mas bem antes disso, você está voando. Queria que você falasse mais do núcleo e a relação do núcleo com a política de direitos humanos. Agora o regime militar terminou, você tem um momento do Sarney, tem alguma relação com o governo Sarney?

P.P. - Tem, tem. Tem uma relação incrível.

A.F. - Como se dá isso aí, onde você está aí?

P.P. - A Comissão Teotônio Vilela leva um programa Mutirão contra a Violência para o Tancredo. Também tem uma história. Se já contei, vocês me digam. O Zé Gregório que eu estive com ele há dois anos, ele contou isso, ele é um conteur, contador de histórias adorável. E o bom do Severo e do Zé Gregório e do Fernando Henrique também, é que eles não perdem oportunidade de contar uma piada. O Fernando Henrique... vai ficar gravado, mas ele adora falar mal de pessoas, [risos] é só ler os dois... de mim ele fala bem, eu fico contente, ele fala bem nos dois volumes que já saíram. Mas o Fernando tem uma capacidade de falar mal das pessoas certas e tem uma piada, não é piada, no Pasquim, o Pasquim entrevista prof. Sergio Buarque de Holanda; e Carlos Eduardo Mota, nosso amigo, você conhece, que tinha lançado Ideologia da Cultura Brasileira, e aí o Pasquim pergunta, está publicado isso, “prof. Sergio Buarque de Holanda, o prof. Carlos Guilherme Motta foi seu orientando de mestrado, de doutorando, agora o senhor está dizendo que ele é o Ibrahim Sued da cultura brasileira?”, aí o prof. Sergio, “eu? Eu nunca disse isso, é o Fernando Henrique que está dizendo que eu disse,



mas é ele que está espalhando”. Eu acho uma coragem extraordinária porque ele não censurou nada das gravações. O que ele fala mal de alguns amigos dele é extraordinário, de mim não, não são poucas [entradas]\*, mas de mim ele só fala bem, o que eu fico muito contente. Então, aí nós levamos uma carta, um programa para o Tancredo, aí tem também uma história...

D.P. - Tancredo candidato?

P.P. - Candidato, já lá com dona Antônia no secretar, e aí dona Antônia: “ele está meio carregado, vocês vêm aqui”, fomos Severo, Fernando Millan, o Gabeira, o padre Augustinho que era um outro fundador da Comissão Teotônio Vilela, só trata de presos, e fomos, chegamos lá, o Tancredo estava recebendo Ulysses e Serra. Aí nós entramos, aí o Zé Gregório que conta essa história, tinha havido um massacre, sei lá o que, latrocínio sério, importante em Minas, e o Tancredo entra com papo da segurança pública: “isso é inadmissível”, aí, segundo Zé Gregório, ele começou a olhar para o Gabeira, aí o Gabeira com um blusão meio rosa, depois desceu para calça listrada e chegou na sandália, aí Tancredo quando terminou esse contato visual: “mas é um absurdo pedirem carteira de identidade, isso é anticonstitucional, nós temos que lutar pelos direitos humanos”, uma maravilha. Aí Tancredo morre, quem faz na verdade para o Tancredo, [hero little]\*, ministro da Justiça, quem escreve o programa do governo Sarney é o Gabeira, em nome da Comissão Teotônio Vilela.

A.F. - O Gabeira faz o que?

P.P. - Ele escreve a primeira iniciativa federal de tentar intervir na segurança pública, que foi o programa “Mutirão contra a violência”, do Fernando Lira, que começou...

D.P. – Ministro da Justiça do Sarney.

P.P. - Do Tancredo, herdou o Sarney. Aí o Cristóvão era o secretário, Joaquim Falcão também tinha alguma coisa por ali. O Cristóvão foi meu colega de quarto em 1964 numa visita da Associação Universitária Interamericana, era uma família rica americana que perguntou aos Kennedys o que fazer para ajudar, “traz os estudantes esquerdistas...”.

D.P. - AUI, meu irmão foi nessa. Você foi em 64?

P.P. - AUI, uma plêiade de pessoas foram. Logo depois do golpe. Vicente Trevas e dormimos no mesmo quarto. Estou dizendo isso, onde eu estava? Sarney, eu sempre lembro, eu escrevi isso em um artigo ou dois, que o Sarney em 1985, ele assina, o Brasil foi um dos primeiros a assinar a convenção contra a tortura, que tinha sido aberta para assinatura muito recentemente. Vou contar também uma historinha, estou bancando o José Gregório e o Fernando Henrique. Nós fomos lá, na época da Comissão da Verdade, Zé Gregório e todos os secretários de ministros de direitos humanos foram fazer lobby nas duas coisas...

D.P. - A Comissão Interamericana para prevenir, punir a tortura ligada à OEA, não é isso?

P.P. - Não, não, a convenção internacional, a convenção da ONU.

D.P. - Não é essa não? Essa é de 86.

P.P. - Essa é logo depois. A da ONU é 85. Tem também que é muito boa essa, mas não foi essa. E o Sarney sempre diz: “eu também assinei o pacto internacional direitos civis e políticos”, e os milicos... era um pacto de 69, os milicos não assinaram nada, e o Sarney... Eu olho sempre essa fotografia. Um parêntese mais para adiante, acho que é minha idade eu contar histórias, mas acho que é divertido, só vou contar mais essa. Aí nós fomos a um presidente do PT, enfim, não vou falar mal dele porque era o presidente do PT do Congresso, nos recebeu e tal, Maia, eu acho, sem grande brilho, mas nos recebeu e tal. Depois fomos ao Sarney que era presidente do Senado, aquela história, sabe aqueles sofazinhos no Senado antigo, todo mundo apertado ali, todos aqueles... seis lá, seis ministros, e foi também a gaúcha, ministra de Direitos Humanos, muito boa ela, uma deputada combativa, Maria do Rosário, foi na gestão Maria do Rosário, aí eu falo isso para o Sarney, o Sarney fala: “eu também assinei o pacto, eu sempre me lembro do seu artigo”, aí cita Voltaire da gratidão e tal, aí ele vai falar com cada um, e quando chega a minha vez de apertar a mão, dá um abraço em mim e me diz no ouvido: “Paulo, aqui não vai ter problema de aprovar o projeto da Comissão da Verdade”. Então o que foi bonito até agora, e esse governo calhorda do vice usurpador enterrou, é essa cumplicidade em todos os governos, desde Sarney até Dilma. Mesmo no governo Collor, o governo Collor é o primeiro presidente a citar a anistia no único discurso que ele fez na ONU. E foi ele que mandou a circular, que eu sei quem fez, foi hoje embaixador José Augusto Lindgren Alves, quem escreveu o discurso foi, você deve conhecer, Gelson Fonseca, que é uma pessoa adorável, contemporânea de Rio de Janeiro, e ele faz uma circular aos postos, dizendo, doravante vocês

têm que receber ONGs de direitos humanos e dar resposta, isso foi o Collor que fez, quer dizer, todos contribuíram. Depois o Itamar também, porque foi a época da Conferência Mundial de Viena. Zé Aparecido não pode ser chanceler e foi o Maurício Correia, de Brasília. Uma coisa formidável, a delegação do Brasil fazia briefings diários, eu estava lá, e tinha de tudo, desde afrodescendentes até gays, pela primeira vez eu vi o governo brasileiro dialogando com ONGs de gays e lésbicas etc., porque eu estou dizendo isso?

A.F. - Isso no governo Sarney?

P.P. - Não, isso Itamar, porque Viena foi Itamar, tudo é meio articulado, quem presidiu a Comissão de redação do Programa de Declaração de Viena, Conferencia Mundial Humanos foi o embaixador Gilberto Sabóia, depois vai ser embaixador alterno em Viena. E depois ele foi secretário dos Estados de Direitos Humanos quando Zé Gregório sai. Então esses governos todos, Sarney, Itamar, Collor por um breve momento, e Lula, especialmente o Lula que foi mais longo, é uma larga continuidade da construção da política de estado de direitos humanos. Desde que eu me meti no governo Fernando Henrique... porque eu fui membro do governo paralelo do Lula, quanto o Fernando Henrique. Mas aí em agosto...

D.P. - Então vamos lá.

P.P. - Acho que saltei muitas etapas.

D.P. - Então conta essa participação aí, nesse governo paralelo.

P.P. - O governo paralelo foi uma ideia genial, eu achei genial, a ideia não foi minha, claro, eu não sei quem teve a ideia, a ideia do Shadow Cabinet inglês, mas lá, eles estão na verdade, tem uma verdadeira alternância vivida permanente com o governo no poder, ou os trabalhistas ou os conservadores. Essa ideia do governo paralelo tinha várias pastas, a minha era direitos humanos e segurança. Quem me chamou foi Marco Aurélio Garcia, que foi meu contemporâneo de Paris, essas coisas, na verdade, tudo que eu fiz...

D.P. - Era montar um programa de governo, o Lula estava querendo...

P.P. - Está escrito ali, programa de direitos humanos.

D.P. - Então montou- se o governo com as várias áreas.

P.P. - E está lá no programa geral de governo a área de direitos humanos.

D.P. - Intelectuais para agricultura, intelectuais discutindo educação...

A.F. - 93

P.P. - E o Lula, com todo respeito, é muito direitos sociais, mas direitos civis e políticos... e aí tinha representante da anistia que tinha que encontrar o Lula, dizia: “Lula, tem que encontrar...”, “não, não, você recebe...”, “é o secretário geral da anistia, você tem que falar”. O problema do Lula é que ele era convencível. Acho que era um pouco de fazer doce, porque na verdade ele está disposto. Depois eu conto mais tarde outra coisa.

D.P. - Mas então você participou desse comitê paralelo...

P.P. - Tinha o Aziz Ab’Saber...

D.P. – Nessa comissão?

P.P. - Tinha esse que foi ministro da Educação da Dilma, da Casa Civil, o economista do PT, Mercadante, tinha Paulo Singer, eram gente muito... era ótimo, eu adorei. E o Paulo Vannuchi que era o secretário-executivo disso. Quem me chamou foi o Marco Aurélio Garcia que foi meu companheiro em Paris, quando ele chegou em Paris eu estava lá. E ficamos muito amigos, até hoje. E o Marco Aurélio me chamou e eu topei. Aí encontrava meus amigos, Zé Gregório...

A.F. - O pessoal do PSDB eles cobravam?

P.P. – “Por que você vai fazer isso? ”, minha mulher mesmo dizia, ”Paulo, você vai abandonar todo esse pessoal? ”, e ela não era ligada ao PT, mas achava que eu não estava fazendo a coisa certa. Mas eu estava possesso com a aliança com os corruptos, tipo Antônio Carlos Magalhães, que Fernando fez para chegar a ser eleito.

D.P. - Mas você chegou a votar no Lula?

P.P. - Eu não me lembro.

D.P. - Você nunca foi filiado partidariamente?

P.P. - Olha, eu participei de um diretório lá em Pompéia que o Zé Alves Moises... mas eu não sei, participei também da fundação do PSDB. Mas eu nunca fui...

D.P. - Não teve vida partidária?

P.P. - Nunca na minha vida. Eu também era assim área democracia cristã, na PUC, mas amigo do Malan e companhia, eu era ampliação deles. Eu nunca fui confiável para nenhum lado.  
[risos]

D.P. - Eu queria voltar para atrás, que eu queria perguntar uma coisa...

[pausa para tirar o paletó]

P.P. – Esse statement, mas acho que é importante, para mim é importante. Porque eu nunca fui confiável também para meus amigos da democracia cristã, nem para AP, porque nunca fiz militância, não me interessou. E no Fernando Henrique eu não dava palpite, só sobre direitos humanos, e com enorme apoio do Fernando. Não sei o que você vai perguntar, depois eu posso falar disso.

D.P. - Pois é, eu queria voltar um pouco da sua trajetória acadêmica, você estava falando da sua tese de mestrado, essa coisa do Partido Comunista, e acaba que você faz aquele livro super bom, sobre 35.

P.P. - Estratégia da ilusão.

D.P. - Exatamente. Minha pergunta é a seguinte, você teve alguma relação... porque esse caminho: movimento operário, PCB, claro que a gente nos nossos estudos a gente sempre está regulada pelas questões que a gente... Você teve alguma relação com o PCB no pré 64? O que te levou escrever “35”? Perdão, fiz duas perguntas juntas.

P.P. - Ah, foi uma moda francesa, grega devo dizer. Porque na verdade era o grande debate sobre a interpretação sobre o fascismo. E a minha tese de mestrado foi com o Nico Poulantzas, que logo depois escreveu um livro genial sobre a ditadura Grécia, Portugal, Espanha. Então, a classe era dividida e todo mundo trabalhava sob Comintern e eu fiquei com o Brasil. E o meu engajamento com os comunistas foi depois que eu voltei. Modestamente, eu publiquei a memórias do Octávio Brandão, do Elias Chaves Neto que era uma figura adorável. Estou lendo

vorazmente, porque o Elias Chaves Neto é uma figura excepcional, porque ele era neto do Elias Chaves Neto, então aquele CE no antigo Palácio Campos Elísios, não tem nada a ver Campos Elísios, era Elias Chaves, que era o avô dele, “veja, Paulo, eu fui preso na Revolução de 24...”, porque o Elias Chaves Neto tem um livrinho, “na sala de duchas do meu avô, que era o basement”, não é maravilhoso? E ele era o editor da revista Brasiliense, e ele era uma figura extremamente modesta, elegantíssimo. Eu publiquei também as memórias dele, Minhas vidas e minhas lutas, e ele falava do primo Caito, o primo Caito era o Caio Prado. Eu também publiquei, localizei e publiquei as memórias do único aluno da escola leninista, em Moscou, que foi outra figura adorável. Ele era um alfaiate elegantíssimo, até a morte dele, o Heitor Ferreira Lima, que depois foi assessor do Simonsen, uma figura humana... fiquei amigo de todos esses, frequentei, eles vieram à minha casa. E simultaneamente, só um paralelo, o Evaristo de Moraes, eu publiquei o livro dele que estava esquecido O problema do sindicato único no Brasil, eu acho, de 52, editora Alfa Ômega. Então meu engajamento com os comunistas foi via Comintern. Eu também, aí fui buscar na Suíça a viúva do Jules Humbert-Droz que foi enviado do Comintern em 1926, América Latina. Então, eu pesquisei, eu virei fellow traveler pelo menos em compaignon de route dos comunistas, mas em termos acadêmicos, de pesquisa. Eu fui instado a fazer isso, quer dizer, eu passei a me interessar por isso em Paris. Agora, o que eu acho engraçado, acho meio bocó falar de si mesmo, mas o que eu acho fantástico, é que na verdade o que eu fiz até agora, desde que eu vim de Paris, eu não planejei nada. Eu tive sempre colocado numa escolha binária, faço isso ou não faço aquilo, Lula ou Fernando Henrique? Acho que eu não me arrependo de ter ficado... eu conheci o Lula graças a Mino Carta que me convidou e a Ana, minha mulher, para comermos uma macarronada com pesto, que o Mino fazia. Conheço o Lula desde 1978. Então isso aconteceu depois, quer dizer, eu fui não pelo Mino, mas fui pelo Marco Aurélio Garcia. E o Lula também me dava absolutamente... O que saiu no projeto, Lula topou. Aí em agosto, Sergio Amaral, também tínhamos um amigo em comum, formidável, que era o Guilherme da Cunha, que morreu, foi para a ONU, e aí o Sergio em agosto em chama para eu colaborar na política de direitos humanos. Porque aí o Fernando Henrique toma a decisão genial, acho que já é no bojo da nossa conversa, de transformar o Sete de Setembro dia dos direitos humanos, para tirar o caráter militar, que esse bocó de mola que é o vice-presidente Temer vai novamente resgatar com patriotada e tudo isso. Então isso é um ato... E a questão é a seguinte, as decisões graves sobre direitos humanos são decisão presidencial, como Programa Nacional de Direitos

Humanos foi decisão do Fernando. Não sei quem propôs, se foi o Zé ou eu ou fomos nós. E o Fernando topa. Então a gente monta o Programa Nacional de Direitos Humanos I, depois quando eu fui para o governo, aí já em 2001, fizemos um novo programa Nacional de Direitos Humanos com ênfase nos sociais. E o Fernando tomou a decisão, senão não teria nada do Araguaia a sentença, de reconhecer jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, graças a qual o Brasil foi condenado pela Anistia. Autoanistia considerada como inválida. Então o Fernando Henrique, isso está no livro, então eu posso contar, eu que propus a ele a criação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Aí o Sergio Amaral me diz assim: “mas, Paulo, estava esperando você, agora você propôs o Zé Gregório!” Não era realista eu, aí ele nomeia o Zé Gregório Secretário de Estado. Que o Fernando criou essa categoria que é um pouco francesa. E também dos secretários permanentes do modelo inglês, *Sécretaire d’Etat*, ficam abaixo dos ministros, ele criou vários. Quer dizer deu um upgrading que era a Secretaria Nacional de Direitos Humanos com o a Flávia Piovesan que equivocadamente aceitou, é uma *capitis diminutio* submetida ao ministro. E o Fernando... Na realidade nós criamos o prêmio de direitos humanos que dávamos no dia sete de setembro. Eu não me lembro de uma proposta...

A.F. - Você lembra da reação militar a isso?

P.P. - O Fernando lidava bem com os militares. Quem negociou a comissão... como se chama? Comissão dos Mortos Desaparecidos?

D.P. - É.

P.P. - Graça a isso, o juiz Moro ganhou ontem uma medalhinha dos milicos. O Zé Gregório não tem uma condecoração militar sequer, ele já foi embaixador, ministro, tudo isso e não tem. Por que? Porque eles nunca perdoaram a Comissão dos Mortos Desaparecidos que foi...

A.F. - Você acompanhou esse processo?

P.P. - Não era da minha pasta, isso é político, isso era muito político, aí era o Zé Gregório. Eu só me metia nas coisas que eu inventava, tipo, Programa Nacional dos Direitos Humanos, número I, número II...

A.F. - Você fundamentava, mas você não era o executivo?

P.P. - Não, o executivo era o Sergio Amaral e os ministros e tal. Nós fizemos o primeiro senso de raça no governo federal. O Fernando topava tudo. O Fernando não precisava ser convencido, isso era a grande vantagem. E, claro, eu conhecia o Fernando desde 1977 em Paris. Paris foi a chave para eu estar aqui hoje. Se eu não tivesse ido para Paris, não estava aqui hoje. Deixa eu te dizer, não sei se você foi contemporâneo deles, a Ana Maria Moscovich e o Silvio Gomes de Almeida.

D.P. - Sílvia está até hoje no SPTA.

P.P. - Eles me chamaram para jantar com o Fernando Henrique, em 67. Enfim... e quando ele me nomeou, que foi Aluísio Nunes Ferreira que chamou, era o ministro da Justiça, hoje eu guardo um obsequioso silêncio sobre meus amigos, ele me chamou, telefonou de Madri, estava jantando com a Ana, consultei a Ana, ela falou, “aceita”. Meus mui amigos disseram: “mas Fernando, você vai nomear esse maluco do Paulo Sergio para a secretaria?”, ele diz assim, “ele vai trazer algumas turbulências, mas eu sei controla-lo”. É um pouco o Severo, não é?

D.P. - Eu até queria falar um pouquinho antes disto. Antes do governo Fernando Henrique, tem alguns momentos importantes. Porque eu acho que do ponto de vista da sociedade civil brasileira, os familiares dos mortos desaparecidos, o pessoal...

P.P. - Decisivos. Eles que levaram.

D.P. - Fundamentais, tiveram um papel... Então ao Brasil é empurrado a assinar o Pacto de São José de Costa Rica, em 92...

P.P. - Em 92 é a ratificação, não é?

D.P. - Ratificação.

P.P. - Em 92 quem é?

D.P. - Collor. E depois da queda do Collor, é criada a Comissão Especial de Anistia.

P.P. - Isso foi Fernando Henrique.



D.P. - Mas é antes do governo Fernando Henrique, Fernando Henrique está ministro da Fazenda, isso é 93. Fernando Henrique ainda não tinha tomado posse.

P.P. - Mas quem vai negociar é o José Gregório.

D.P. - É o Zé Gregório, mas já tem a criação... não é a Comissão dos Mortos Desaparecidos, é a Comissão de Anistia.

P.P. - Ah, sim.

D.P. - Você lembra desse processo, você teve uma atuação?

P.P. - Não. Eu lembro desse processo. Na verdade, a questão é a seguinte, é claro que eu voltei ao Brasil, fui para a Comissão de Justiça e Paz, fazia tudo que Dom Paulo estava metido, mas na verdade como era um outsider em relação aos presos políticos, eu nunca trabalhei com os familiares. Não porque eu tivesse alguma coisa contra, mas, na verdade, a minha militância não foi especificamente sobre isso. Ela, na verdade, só passou a ser tardiamente com Paulo Vannuchi, no PNDH-3 que eu fui com o Luis Alberto Gomes de Souza, e uma figura maravilhosa, ex-deputado do PT que eu não vou lembrar o nome, gaúcho, hoje ele é um consultor de segurança pública, é uma pessoa de primeira ordem, depois eu vou me lembrar, éramos nós três a equipe revisora. E aí eu ajudei a redigir o projeto do eixo sete, que eu acho era Memória e Verdade. Mas isso por um outro percurso, através do Women's Rights Watch, pelas bordas, mas não no envolvimento dos familiares. Agora, eu falei isso várias vezes já, quem segurou a tocha da Memória foram os familiares. Agora, é curioso que no primeiro PNDH-3 uma Comissão da Verdade não apareceu com clareza. Na verdade, porque as comissões começaram a ser fundadas depois... uma das comissões mães que foi a Comissão Sábado, não lembro que ano foi, e na verdade eu comecei a me interessar por isso, não por causa da luta decisiva dos familiares, mas um pouco por causa do Women's Rights Watch, por causa de um negócio que chama [I City jeira]\* International Commission sobre comissões da verdade, que um antigo diretor do Women's Rights Watch se tornou presidente, na verdade eu só vesti a camisa dos familiares, a questão da Memória, com o PNH3, que o Lula tira do programa. Eu escrevi um artigo furioso dizendo, xingando o Supremo, dizendo horrores, e aí o Lula depois me nomeia para Comissão de Redação do Projeto da Comissão de Anistia. E aí estavam lá o Paulo Vannuchi, o Paulo Abraão que era o presidente da Comissão de Anistia,

que hoje é secretário-executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, falei semana passada com ele, tinha os advogados representantes do Jobim, que só criaram obstáculos, o Jobim é meu amigo porque ele é que apoia o PNDH-1 e eu discurssei, não era nada, não tinha nenhum cargo, e eu discurssei no lançamento. O Fernando diz: “e o Paulo fez até um belo discurso”, lá no primeiro volume. Maria Helena Chauí no dia que ela queria falar sobre ela, eu aprendi com meu pai que elogio em boca própria é vitupério. Eu nem sabia o que era vitupério, fui no dicionário. Vitupério é uma ofensa a si próprio, você está contando vantagem, está mentindo, é um vitupério. Mas na verdade, honestamente, eu só vesti mesmo a camisa da Memória e Verdade graças ao Paulo Vannuchi, devemos ao Paulo Vannuchi, aos familiares e ao Paulo Vannuchi, porque se não fosse o Paulo Vannuchi bater o pé, enfrentar os obstáculos, para não usar uma palavra mais forte que eu não quero usar com um amigo meu, que o Jobim, coisas terríveis, que eu também não quero elaborar, mas foram coisas lamentáveis da parte do Jobim em relação a uma pessoa digna, de grande dignidade que é o Paulo Vannuchi.

D.P. - Foi nosso entrevistado também.

P.P. - Ah, foi? Ele é adorável, adoro ele. Paulo é muito meu amigo.

D.P. - As duas entrevistas que estão faltando acabar é a sua e do Paulo Vannuchi.

P.P. - Paulo Vannuchi é adorável e eu lutei muito pela indicação dele para me suceder na Comissão Interamericana. Quer que eu fale da minha entrada na Comissão Interamericana ou não?

D.P. - Quero! Mas queria que você falasse também, como é essa coisa do Fernando Henrique. Organizasse um pouco como é o convite, como você assume a sua atuação nessa Secretaria dos Direitos Humanos? Porque a gente está entrevistando todas as pessoas que ocuparam esse cargo.

P.P. - Ah, que ótimo. Não esqueça o Gilberto Sabóia.

D.P. - Mas Gilberto Sabóia foi...

P.P. - Ele foi do Fernando Henrique.

D.P. – Secretário-geral dos direitos humanos?

P.P. - Foi, o mesmo cargo que eu tive, secretário de Estado dos Direitos Humanos. O Gilberto é adorável. Foi, primeiro, Gregori, Gilberto Sabóia, eu, Nilmário e Paulo Vannuchi.

A.F. - O Gilberto foi pro tempore?

P.P. - Não, a questão é que quando o Aloísio assume, o Aluísio diz ao Fernando Henrique para me nomear, então... foi um pouco cripopó porque nós somos amigos. Gilberto Sabóia ficou sabendo pela televisão que eu era o novo secretário de Estado, então... mas não fui eu o culpado disso.

D.P. - Já tinha o status de ministério?

P.P. - Tinha o status de ministro. Fernando me chamava de ministro, mas o cargo era secretário do estado. Mas depois o Lula deu um upgraiding, aí criou a Secretaria Especial Direitos Humanos, dirigida pelo ministro. Eu queria que isso acontecesse, mas tem sempre a turma em volta do presidente...

D.P. - Você fica quanto tempo nesse cargo?

P.P. - É breve, eu fico acho que final de 2001 até a posse do novo governo. Quase dois anos.

A.F. - Mas você assessorava...

P.P. - Mas, na verdade, desde 95 eu me metia em tudo, nos discursos...

A.F. - Mas você tinha um cargo?

P.P. - Não tinha cargo nenhum, era adorável isso.

A.F. - Você era um assessor do presidente?

P.P. - Tinha um convênio com a Unesco, eu recebia alguma coisa simbólica e eu ficava em torno do Sergio Amaral. Mas na verdade, como o Sergio Amaral sabia da minha legitimidade em relação ao Fernando Henrique...

D.P. - Mas Sergio Amaral é o porta-voz?

P.P. - Ele foi secretário de comunicação, e o secretário de comunicação presidia... houve muitas iniciativas de direitos humanos. Coisa que a gente inventava todo ano, prêmio, campanhas específicas, e tudo isso. Na verdade, eu trabalhei com o Fernando Henrique nos dois governos. Desde agosto de 95 até o finalzinho. Eu também de xereta colaborava nos discursos, aí tem uma...

D.P. - E quando ele decide elaborar o Plano Nacional dos Direitos Humanos, você também...?

P.P. - Eu que fiz a equipe que... o Zé era o secretário nacional de direitos humanos, foi antes do Zé ser secretário. O negócio...

D.P. - O Zé Gregório.

P.P. - José Gregório. O Programa Nacional dos Direitos Humanos foi uma decisão presidencial, levamos ao Fernando, e ele topou.

D.P. - Levamos, quem?

P.P. - Eu e o Zé.

D.P. - Você e o Zé Gregório, os dois levaram.

P.P. - Os dois levamos, ou eu falei para o Zé, leva, não sei quem levou de verdade, não me lembro mais, mas nós inventamos. E o Sergio Amaral também topou.

D.P. - E a ideia era o que, ter...

P.P. - Era ter uma consulta nacional, nós fizemos consultas em quase todos os estados. Depois aperfeiçoamos isso, a Flavia Piovesan foi uma das editoras, e uma pessoa maravilhosa que infelizmente morreu, Paulo Mesquita Neto, um grande... foi uma das melhores teses...

D.P. - Trabalhou muito no NEV.

P.P. - É, ele foi do núcleo, e ele foi meu aluno em Columbia, porque eu dei aula em Columbia também.

D.P. - Isso era discutido no NEV? Tinha uma ligação do NEV com essa política pública?

P.P. - Desde Celso Amorim, porque o Celso Amorim, ministro... Porque na verdade eu também era... sou velho amigo do Zé, mas eu era velho amigo do Zé mesmo. E o Zé queria...

D.P. - Zé Gregório?

P.P. - Zé Aparecido, agora. O Zé Aparecido quando é nomeado chanceler, ele queria que eu fosse ou chanceler por causa do negócio dos direitos humanos ou embaixador em Washington ou ministro da Cultura. Ministro da Cultura não estava na minha preferência, que eu nunca lidei muito com isso. E um dia eu vou fazer... é um pouco gagá o que eu vou contar, mas eu fiz uma conferência no Instituto Rio Branco e o Guilherme da Cunha... o Sergio Amaral era... e o Guilherme da Cunha: “Paulo, porra, você vai ser nomeado chanceler, e você não me diz a mim que te meti nessa área!” Porque eu vi que os embaixadores estavam muito solícitos comigo, mas eu não liguei, mas estava o boato que eu ia ser nomeado. O Zé Aparecido e o Itamar eles se falavam todo dia, o Zé mandava no Itamar, eram unha e carne. E aí um dia em São Paulo o Zé me liga e diz, não consegui, você vai ser ministro da Cultura. Aí o Amaral Neto fez uma campanha horrível, “como o presidente Itamar vai nomear esse inimigo do Congresso?”

D.P. - Inimigo do Congresso?

P.P. - É, porque eu dei uma entrevista no Globo, de ping-pong, dizendo que tinha traficante, eram financiados por traficantes no Congresso brasileiro. O Amaral Neto achou que isso era um pouco demais. E aí, depois eu escutei uma sessão conjunta, o Gabinete do Tancredo tinha me convidado para uma mesa redonda depois disso, fui rainha por um dia, depois que eu tinha deixado de ser, isso estou falando do governo Itamar, e aí houve uma sessão conjunta no Congresso que eu tenho a gravação e o texto, me xingando de canalha e tudo e queriam me processar. Era uma ideia maluca, não podia ser processado, um particular ser processado pelo Congresso. E aí eles nomearam o embaixador. Quer dizer, aí o Zé Aparecido não emplacou isso, aí eu não fui nada. O governo Itamar...

D.P. - Aí você não foi nada nesse momento?

P.P. - Eu fui, mas convidado pelo secretário-geral, fui para Viena e aí interagi muito com a volta do Maurício Correia, agora um novo mesão, ele cria um mesão para a violência. Mas antes disso a minha inserção foi via Fernando Henrique. Porque eu fui ao Fernando quando

soube de Viena, eu fui convidado para fazer um relatório para Viena, eu disse, “Fernando”, chanceler, não é, “porque a gente não faz um seminário com a sociedade civil para discutir agenda, o Itamaraty nunca fez isso na vida”. Sociedade civil para o Itamaraty não existia. Hoje não existe de novo. Aí Fernando disse, “mas porque fazer na USP, vamos fazer lá no Itamaraty”. Aí o José Augusto Lindgren Alves, esse que fez a circular do Collor, as missões, o governo Collor vem depois do Fernando Henrique? Não, vem antes. O Lindgren que já estava metido em direitos humanos, tem vários livros de direitos humanos, então ele que vai ser o foco point dessa... Então fizemos uma grande reunião da sociedade civil no Itamaraty. Aí Fernando quando deixa de ser...

A.F. - Chanceler?

P.P. - Aí o Itamar quer colocar o Zé, mas o Zé fica doente, e não assume e aí o Zé põe o Maurício Correia, indica o Maurício Correia, e depois para ir a Viena, mas o chanceler fica sendo Celso Amorim. E o Celso Amorim convoca o núcleo para fazer os relatórios para os órgãos tratado da tortura do pacto de direitos civis e políticos.

A.F. - Então foi o Celso Amorim que fez a ponte. Que foi meu contemporâneo do Rio, quer dizer, Paris e Rio. Se eu não fosse carioca e não tivesse ido a Paris eu não estava aqui. [risos] Claro que isso também é sinal de uma elite branca que muito rarefeita porque na verdade... ou foram meus colegas de Santo Inácio ou conviveram comigo na PUC.

D.P. - E aí, pronto. Você está lá articulando...

P.P. - Na verdade, começo a me aproximar do governo de uma maneira muito crítica. Quem me deu essa grande chance de ter mais intervenção foi o Fernando Henrique. Eu me lembro de uma cena, não sei quem era, tinha uma personalidade, não era o secretário geral, mas alguém da ONU, e tinha hora que o Fernando tinha que apoiar, aprovar um discurso. E discurso é briga, para você ver o que fica. Eu as vezes perdia. Eu aprendi a perder em ghostwriter, se perde ou se ganha. Mas aí estava na hora, ele ia lá, acho que tem que falar isso, aí ele diz assim para o personagem: “você vê, até a última hora eles ficam enfiando coisas na minha boca!” É um pouco a personalidade do Fernando. Ele, o Fernando, é preciso levar em conta que foi muito ligado a uma organização internacional que eu não vou lembrar o nome, que era uma organização sul-sul ou south-center, não sei, que bradava muito antes da sociedade civil ter um

papel nas transições do papel da sociedade civil. Para mim o livro mais revelador do Fernando é O presidente segundo o sociólogo, que é o livro pelo Roberto Pompeu de Toledo. Você sabe que o governo Fernando Henrique foi quem mais distribuiu assentamentos e quem mais legalizou terras indígenas, mais do que o governo Lula e o governo Dilma somados. E foi o primeiro presidente da República, isso eu participei um pouco, a criar o Gertraf, que era o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado. O José Souza Martins era o presidente de um grupo de trabalho que eu coordenava. Foi a primeira vez ever na história da República que se reconheceu o trabalho forçado. Era uma coisa genial, porque os pilantras que eram delegados do trabalho nos estados problemáticos, eles avisavam aos fazendeiros, então, os procuradores, muitas mulheres com arma e tudo, procuradores federais saíam de Brasília de avião, helicóptero para irem sem comunicar, isso tudo com o aval do presidente da República, a lista suja, tudo isso foi Fernando. Então eu sempre... O Vannuchi disse isso uma vez, eu era candidato a secretário-geral assistente representante do alto comissariado em Nova York, mas eu não levei. Mas eu tive uma conversa com o secretário-geral e o Paulo disse, fala para ele que nós temos essa continuidade... naquela época, 16 anos de uma política de estado. Nunca fui confiável para nenhum partido político, eu nunca me meti no governo Fernando Henrique em política, eu engoli todas aquelas ameaças que ele fez com os cleptocratas, como o Lula e a Dilma também fizeram, então não tem nenhuma novidade. A diferença...

A.F. - Você acha que o Congresso... como foi a relação desse núcleo de direitos humanos com o Congresso? Aí é política, eu sei que é política, mas... Como você avalia?

D.P. - Você falou de qual governo?

A.F. - Governo do FH...

P.P. - De todos. Por exemplo, por que...

A.F. - Algum plano foi... O PH 3 foi detonado.

P.P. - Foi detonado, mas foi detonado... o decreto do Executivo foi hábil porque tirou, depois a gente levou a Comissão da Verdade. Na verdade, porque o Fernando conseguia transacionar com esses escroques, os 40% do Congresso hoje estão submetidos a processos, crime, e o líder do governo, hoje, no governo Temer, o processo é homicídio, não é pouca coisa. Agora, o

Fernando Henrique e o Lula, o Fernando tinha total desprezo por esses cleptocratas, os escroques etc., fisiológico, mas você lendo... Hoje no Valor tem uma matéria do Temer nos dois volumes, muito curiosos. E o Fernando tem reações muito pessoais.

D.P. - A matéria do Temer...?

P.P. - Temer e Fernando Henrique... Temer como líder do PMDB e o Fernando tem uns comentários delicados sobre o Temer, muito curioso. Então, como tanto o Lula... Como o Fernando tinha essa capacidade de transacionar com esses fisiológicos, então não houve problemas no PNDH-1 e nem no PNDH-2. O problema é que o PNDH-3 entrou... acho que nós devíamos ter... chamamos a atenção, coisas que gerariam obviamente conflito com a Igreja Católica e que não precisava, e a gente devia ter, talvez, tivéssemos tido um pouco maior cuidado, não vai dar... algumas coisas de política reprodutiva das mulheres, enfim, era mais uma questão de linguagem do que de posições. Eu acho que houve uma certa... Porque foi um movimento muito maior, houve conferências, eu fui a algumas, conferências estaduais, sociedade civil, governo, nos 27 estados, incluindo Brasília. Coisa séria, não era fajuta, não era, não era congresso da UNE para apoiar, ou do PSD, não era conchavo, era coisa para valer. Mas os pontos eram de grande exigência, como a Comissão da Verdade, emanava dessas conferências. Então o projeto, esse foi o diálogo, não dava para... Acho que eu, talvez, não me lembro dos outros dois colegas, a gente: “isso tem que sair”, mas aí... vai sair e vai abrir uma puta crise com as conferências. Agora, não foi tanto. Quer dizer, o Jobim, o verbo é um tanto... insuflou, foi mais forças armada do que a própria Forças Armadas. Porque se ele tivesse feito quieto, as Forças Armadas não teriam coragem, não tinham. Eles não falam há muito tempo, e os que falam, dançam no governo Fernando Henrique. Então, o Jobim corporificou como espírito das Forças Armadas, e ele que tinha aprovado PNDH-1, discutia com ele, não dá, não é possível, mas era aquela birra com o Vannuchi. E o Lula também não queria que isso azedasse de vez o contato com a igreja e o contato com os militares, quer dizer, então tinha que... Então, evidentemente, ele tirou algumas coisas, mas foram poucas, pouquíssimas coisa que foram maneiradas no texto, o maior foi o que tirou a Comissão da Verdade. Mas eu acho que foi melhor porque foi melhor ter sido aprovado pelo Congresso do que por um decreto presidencial. Quem ajudou isso? Como o DEM vai apoiar isso? Fernando Henrique. Fernando Henrique que era totalmente... o Zé Gregório também tinha se convencido, o Fernando Henrique dava total apoio ao projeto da Comissão da Verdade, deu declarações e tudo, ele



ajudou muito ao diálogo com a oposição ao governo Lula. O PSDB nem se fala, claro, o PSDB não colocou problemas, quem colocou problemas foi o DEM, ia colocar problemas. Mas isso foi amainado graças a liderança do Fernando Henrique. Quer dizer então que a presença do Fernando Henrique plaina até o governo Dilma. Você sabe que os 80 anos do Fernando Henrique, que eu estava lá, a presidente Dilma, manda uma carta “meu querido presidente”, cumprimentando Fernando Henrique, e eles viajaram no enterro do Mandela, houve várias viagens que ela chamou vários presidentes, e também no lançamento da Comissão da Verdade. Estava lá Fernando Henrique e Collor, e eu não reconheci o Collor, tinha tanta plástica que eu não reconheci. Uma vez encontrei com ele em Nova York, tendo Kissinger e um outro entrando no Waldorf Astoria para uma conferência que eu assisti. Ah, era o Kissinger e o Rockefeller, que o Rockefeller falou, marajá, caçador de marijuana. Então, você se lembra que o lançamento da Comissão da Verdade tinha Sarney, tinha Collor, todos os presidentes.

D.P. - Todos estavam lá, foi uma coisa muito bem bolada, eu achei que foi uma coisa para dar força.

P.P. - Foi, e o ambiente era muito cordial da conversa antes. Eu me lembro de uma frase do Leôncio Martins Rodrigues, que no aniversário do Prestes em São Paulo, que estavam... tem uma fotografia que está o Prestes sentado, ladeado por Aldo Lindes e Silva que era o advogado dele, o Fernando Henrique e o Severo. Aí o Leôncio Martins Rodrigues: “esse é o socialismo dos meus sonhos”, não é uma maravilha? Severo Gomes e Fernando Henrique, ministro do Geisel e do Castelo Branco, com Prestes. O Severo Gomes tinha muito respeito pelo Prestes, porque o Prestes... o Severo dizia, ele se comportava como um general. Ele era profundamente cortês, era um general da primeira República. Só o conheci, só o entrevistei no Brasil, muito formal, não tinha intimidade. E o Severo achava isso admirável dos Prestes. Você sabe o que me deprime, não deprime porque eu não fico deprimido por nada, mas o que me condói é que esse mundo que foi construído até o primeiro mandato está sendo posto abaixo hoje. Hoje eu adorei... não posso citar, não vou citar então. É [chatan house]\*, não posso citar o debate, mas, enfim, como num debate político alguém se referia a essa porcaria desse impeachment. Esse impeachment é a implosão de todo esse mundo. Mesmo que a ditadura tenha de certa maneira rompido o que havia desse convívio na República de 46, é um baque, não tem mais arranjos, não tem mais cordialidade de compadrinho, não tem nada disso, mas a nova versão dessa trama... é claro que é uma trama muito inter elite, branca, mas de qualquer maneira ela

ultrapassa as barreiras ideológicas e políticas. Eu acho que a República da Constituinte, da constitucionalidade de 88 manteve isso de uma certa maneira. Que a Dilma com essa carta ao Fernando Henrique, de uma certa maneira, refaz isso. Porque, na verdade, o PT foi um acidente, porque na verdade não era para existir o PT, era para existir um novo partido socialista, Antônio Cândido, Mario Pedrosa, Sergio Buarque de Holanda, Fernando Henrique, Almino Affonso, mas os líderes sindicais teimaram em ter um partido obreirista, criticado por [tai]\*, partido obreirista, e deu no que deu

A.F. - Para o bem e para o mal.

P.P. - Para o bem e para o mal. Mas de uma certa maneira, apesar disso, olha quando eu fazia parte de um comitê, quando Fernando foi candidato pela primeira vez, era um comitê PT e PSDB. Não sei, já existia? Já existia. Era o Bresser, um empresário que foi assessor da Dilma, que eu não me lembro o nome dele, muito alternativo, e a ideia era escolher entre Fernando e Lula, um presidente, um vice-presidente. Mas isso foi até tarde isso, ainda se pensava. Talvez eu seja mais influenciado, na área de direitos humanos essa trama por ideologia, ultrapassando ideologia e partido, a política de direitos humanos acho que vai de Sarney... o Sarney, eu não falo mal do Sarney porque eu tenho especial carinho por ele, por ele ter... foi lá na ONU e assinou, o Brasil foi um dos primeiros signatários, ele apoiou a Comissão da Verdade, com a historinha que eu te contei, depois nós fomos de novo a ele num certo momento, então esses presidentes todos no lançamento, isso é o Brasil dos nossos sonhos, era o Brasil que eu achava consolidado e hoje não está.

D.P. - E hoje está ruindo.

P.P. - Ruindo, esta é a palavra, se desmoronando e de uma maneira, é quando no Império se falava de política regressista. Eu gosto mais da palavra regressista do que retrocesso, é um regresso ao que há mais de desprezível na convivência, na convivência brasileira. Quer dizer, o crime, a mediocridade, é a incapacidade de falar com o povo, a coragem das medidas. O Temer tem o mesmo discurso do Castelo Branco, eu não tenho medo de ser impopular. Claro, sem voto você pode ser impopular à vontade, porque você não vai precisar de voto, dois anos de uma boa... pegou dois anos sem voto. Isso, para mim, é romper tudo que eu vivi. Então aos 72 anos eu me sinto profundamente amargurado por isso. E talvez porque eu não vá ver o retorno.

D.P. - É muito triste.

P.P. - Para toda nossa geração, não é?

D.P. - Você falou uma coisa interessante, diferentemente de 64, como se agora a coisa estivesse mais consolidada. Como se a derrota tivesse sido maior porque você teve rupturas grandes nesse período.

P.P. - Ah, claro.

D.P. - Uma construção de um Brasil um pouco diferente, menos elitista.

P.P. - E o reconhecimento do racismo, o Fernando reconhece o racismo, é o primeiro que fala, e faz políticas afirmativas. Peter Fry, minha querida amiga de infância Ivonne Maggie, todos picharam PNDH-1 por causa das políticas afirmativas que achavam que eram um regresso as políticas racistas etc. Então isso é o Fernando Henrique, o Fernando assume o trabalho escravo e assume o racismo, não é pouca coisa.

A.F. - Por outro lado essa mesma... essa rede que você está construindo, é componente desse golpe. É um elemento, não é um elemento...

P.P. - Eu vou deixar você falar, mas eu não vou falar.

A.F. - É um elemento fundamental, por que? Quando você falou do PT para o bem, deu nisso. O PSDB acabou dando nisso. Enfim, o que é exatamente...

P.P. - Eu não sei se o Fernando algum dia vai ver isso, eu eximo o Fernando Henrique, não é o único responsável por isso. Eu acho que, na verdade, eu acho que é de uma certa maneira o afastamento do Fernando Henrique da liderança política efetiva do PSDB. Você sabe que eu não me sinto à vontade de falar disso porque têm outros... meu companheiro de exílio, ele não estava em exílio, mas ele estava, que é o Aloísio Luis Ferreira e também o Serra que foi meu companheiro de... fui a ele convida-lo, ele se lembra disso, eu disse, o Serra é maluco. Ele ficou 13 anos sem falar comigo porque eu apoiei a Erundina contra o Maluf e ele era candidato também, mas depois ficamos amigos de novo. Mas quando eu voltei a encontra-lo uma vez no Palácio, ele era governador, “eu me lembro da primeira vez que você veio falar comigo”, eu disse: “não é possível”, “você era do movimento solidarista cristão”, que era uma coisa da ala

auxiliar, padre Ávila da democracia cristã, entre AP e... “e aí você veio me convidar para um debate com o Carlos Lacerda”, ele se lembrava do que eu falei, do que eu pedi e o que eu era, é demais. Isso foi em 1972. Eu acho que de uma certa maneira, eu não vou falar em perda porque não quero achar que Fernando não tem nenhuma liderança, mas eu acho que um distanciamento efetivo em relação as lideranças dos que estão líderes no Congresso. Quer dizer, apesar que eu fui a dois comícios de campanha dele porque ele é primo da minha mulher; o Carlos Sampaio, um belo parlamentar, mas pregando a cassação do PT, até o Fernando Henrique se manifestou, não dá para propor isso. Realmente. De uma certa maneira essa decadência do pessoal político que vem depois, que começa no governo Fernando Henrique e vai se agravando, eu acho que o PSDB também participou disso, é a única maneira de explicar o aval que o PSDB deu a esse golpe de estado. Eu não posso invocar o Montoro, eu não sei o que Montoro estaria achando a esse respeito. Eu escrevi um artigo sobre ele no Centerário, nem falei sobre isso. Eu já falei em publiência que não é o PSDB que eu convivi. Por exemplo, pedindo a diminuição da maioria penal para criança e adolescente. Isso não é o PSDB. Quando major Telhada, o matador da PM, como presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo, do PSDB, isso não tem nada a ver comigo, eu estou anos luz desse PSDB, eu falei isso exatamente numa entrevista. Eu tenho muita nostalgia. Eu falei com o Fernando Henrique até agosto do ano passado, que ele era contra o impeachment, desde então eu achei que por pudor de uma certa maneira não falamos mais. Mas agora eu leio os livros dele. [risos]

A.F. - A gente estava falando um pouco sobre o artigo, por exemplo, essa conexão... o tema dos direitos humanos ganhou uma expressão muito forte lá fora, com a participação da guerra mundial e posteriormente. E o impacto desses órgãos multilaterais, na política dos direitos humanos no Brasil, você teria como falar um pouco para a gente sobre isso?

P.P. - Olha, na verdade, tudo é muito recente. Porque tem sempre uma participação mítica do Austregésilo de Athayde na formulação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Eu já pesquisei, pesquisei, nunca achei nada. Ex-presidente da Academia...

A.F. - Ah, sim, eterno presidente.

P.P. - Ele faz parte da delegação naquela época. Mas eu nunca achei... Eu participei de uma tese em Paris de um... ele descobriu alguma coisinha que o Austregésilo colaborou, mas nada

de muito... Na verdade, o Brasil não descobre os direitos humanos depois de 48. Na verdade, nós só descobrimos direitos humanos na ditadura. Que é paradoxal. Porque também o PC, os comunistas tinham uma ideia crítica dos direitos da democracia burguesa, e também o soberanismo reinante, especialmente o Itamaraty, disse tudo como uma conspiração do Norte. Na verdade, nós nos tornamos... porque, por exemplo, o primeiro comissionado da Comissão Interamericana de Direitos Humanos que acontece depois da ratificação do convênio do Pacto São José da Costa Rica, que os militares se recusam a assinar, e no relatório da Comissão da Verdade, com muita delicadeza, porque eu não queria culpa-lo de nada, quem leu o voto contra foi o embaixador, ele não era embaixador nessa época, Marcos Azambuja, pessoa que é meu amigo e que tenho admiração. Então o governo militar que decidiu, e é o Bicudo, no governo Fernando Henrique. Eu dizia, Fernando foi muito sábio, nomeou a principal voz de direitos humanos naquela época para... não vai poder falar do Brasil na comissão interamericana. Depois o Lula repetiu comigo mesmo. Então, eu acho que foi a luta dos familiares e a luta dos presos políticos nos obriga a descobrir, a usar a gramática dos direitos humanos. E faz com que o Estado, Estado Sarney, e a comissão Teotônio Vilela, não digo que fui o ator maior nisso, que o Itamaraty passa pela primeira vez você tem relatórios críticos do Brasil. Tanto que o embaixador Paulo de Tarso Flecha e Lima critica na Folha de São Paulo, esse absurdo de pedir ao núcleo em fazer relatórios, que eram relatórios muito críticos do Brasil, eram relatórios verdadeiros, que o Brasil apresenta. Não foi um, foram vários. Então, a política externa foi flutuante por causa desse núcleo soberanista, quer dizer, pensando que é uma conspiração do Norte. Depois de 93 você não pode mais falar porque nenhuma nação contestou a Declaração e Programa de Ação de Viena, então isso só ocorre... não ocorreu entre 48 e 64. Você não acha nada, não acha nada de direitos humanos nos governos. Não se criticava... quer dizer, alguns jornalistas denunciavam abusos, excessos da polícia, mas não tem nenhuma... O último ato que o presidente João Goulart assina é, curiosamente, a Constituição do CDDPH que agora mudou, era Conselho Nacional de Defesa de Direitos da Pessoa Humana, nem usam, nem usam direitos humanos. Proposta do Bilac Pinto, mas era para investigar comunista, não era para... [risos] Proposta de Bilac Pinto, udenista, que vai ser embaixador da ditadura, perseguindo os exilados, vigiando os exilados em Paris, quando eu estava lá. José Guilherme Merquior na delegação. O último ato da democracia da Constituição de 46 é o CDDPH, que nós oportunisticamente no governo Fernando Henrique, ocupamos e transformamos como se tivesse mandato, convocávamos governador, não tínhamos mandato nenhum, convidávamos governo,

chamávamos a imprensa, e era um circo. Nunca ninguém disse que nós não tínhamos mandato, e não tínhamos nenhum. Isso que é bom você trabalhar... Ao mesmo tempo, num artigo, eu dizia que a fraqueza da política de estado de direitos humanos é que ela depende visceralmente do presidente da República. Olha, os ministros que se tocavam com direitos humanos no governo Fernando Henrique, e o Zé Gregório, claro, tinha uma piada para isso, você vê, nesse governo aqui, quem apoia os direitos humanos? Aí ele falava: “o presidente, o Jobim”, que naquela época apoiava, não era época ainda a época do PNDH- 3, “o Sergio Amaral que executava as coisas, eu e o Paulo, que nem do governo é. Cinco caras. Esses cinco caras que faziam a conspiração”. A gente ampliava... Raul Jungmann, que hoje é ministro da Defesa, também obsequioso silêncio porque eu adoro ele. Ele foi importante. Outro importante, claro, Celso Lafer, ministro, Sardenberg que nós fizemos... quer dizer, o Celso e eu e o Sardenberg combinamos pela primeira vez, por apoio total do Fernando Henrique, as bolsas para os afrodescendentes, que o Fernando estava cansado de branco, só tinha branco no Itamaraty, tinha que por afrodescendente. Lula ampliou e hoje existe, foi um programa maravilhoso. A primeira turma, o Fernando chorou de emoção de ver a qualidade dos 25 primeiros bolsistas, ganhavam US\$ 1 mil por mês, era uma coisa boa, não era porcaria. Hoje, alguns são embaixadores.

D.P. - Tipo um programa de cotas?

P.P. – Pago pelo CNPq. Bolsas, bolsas para fazer o concurso, preferia que fosse cota, mas não dava. Quer dizer, alguns ministros pontualmente entraram.

D.P. - E alguns negros entraram?

P.P. - Claro, claro, vários, graças a isso, senão não entravam, não dá, não tem dinheiro para fazer cursinho. Hoje, felizmente, o concurso não é só Rio e São Paulo, hoje faz concurso quase todos os estados. Isso também democratizou. É claro que com o presidente convencido dos direitos humanos, como Fernando, isso avançou. Agora, se você examina o voto é um voto flutuante, é complicado. Por exemplo, agora mesmo, que me diz respeito, a comissão da Síria, o Brasil sempre apoiou, sempre apoiou. Mas aí já é governo Lula, só governo Dilma, só cinco anos. O governo sempre apoiou. Mas têm outros mandatos de país que o Brasil se absteve. Não quero ser pejorativo, mas é muito errática, é muito errática porque revela um pouco a perspectiva dos próprios diplomatas, e também algumas leituras de política geral do governo,

de convém ou não convém, de outras alianças formadas, não é só a base de direitos humanos que decide. Direitos humanos é estado, onde está direitos humanos tem estado. Eu diria que a aproximação com a sociedade civil foi governo Collor, desde o Sarney, todos começaram a se voltar para a sociedade civil. Então tem maior participação da sociedade civil que nunca teve nas políticas de direitos humanos. ONGs se formaram, como a Conectas, por exemplo, o próprio Núcleo também, demos muito palpite. Esse diálogo em torno da Conferência de Viena foi aprofundado. Mas não é automático; você tem um presidente como o Fernando totalmente identificado... Eu me lembro, às vezes, eu telefonando para Brasília dizendo, como vai votar contra isso, como é possível, não dá, está todo mundo esperando. Vou contar outra anedota que é muito reveladora, dessa certa desconfiança da sociedade civil. Fernando Henrique ia fazer uma visita oficial a Paris e algumas c, Anistia, [inaudível] se aproximaram de mim... Ah, não, vou contar uma coisa antes. A visita a Washington. Eu estava em Notre Dame, acho que foi antes de eu começar a colaborar, o Sergio Amaral me chamou para participar de uma reunião na Blair House onde o Fernando estava hospedado, e era ainda um momento de glória do Fernando Henrique porque tinha acabado de ser eleito, uma expectativa formidável, a Anistia, [inaudível] ali e todos os outros menores, uma variedade grande de entidades de direitos humanos, todas positivas, e aí Sergio Amaral disse: “sai da mesa que você não precisa ficar nisso, o Paulo vai sentar aqui”. Então estou lá ao lado do presidente. E estava um diálogo, assim, chá de academia, entidades de direitos humanos que sempre bateram no Brasil, então estava aquela coisa formidável, de repente o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima se levanta, não vou me levantar por causa do microfone, e diz assim: “presidente, eu quero dizer aqui ao senhor que quem está aqui na sua frente são os inimigos do Brasil, são os inimigos do Brasil, eu quero advertir ao senhor”. Muita petulância. E eu vou me desculpar que eu tenho que sair para preparar a sua recepção. Quando embaixador precisa ajudar a fazer os salgadinhos? Não existe isso. Isso eu acho muito revelador. Segunda anedota, que está contada nos livros do Fernando Henrique. Por isso eu estou tão simpático a ele. Visita oficial do Fernando Henrique em Paris. O [joe suspects]\*, meus amigos dizem: “puxa, o Fernando vai a Paris, será que não dá para você organizar um diálogo com ele?” Aí eu falo dos caras, os embaixadores, não meus amigos que estavam organizando, e aí “ah, não, o presidente não tem interesse, ele não quer organizar essa reunião”, “ah, ele não quer? O senhor disse que ele não quer, eu vou perguntar a ele próprio”. Aí... “claro, organiza essa reunião”, aí chama o Gerson, “organiza essa reunião”. Lá em Paris fomos o Fernando, o embaixador que é um mineiro formidável, era meu amigo

histórico porque eu estava [livre]\* já, ao lado do Fernando Henrique, e uma batelada de familiares, familiares de luta de direitos humanos na Europa, coisa muita emocionante. Tinham alguns exilados brasileiros ainda e tal. Tinha gente protestando, Michel Levi estava jogando terra no MST. Tinha uma tapeceira redonda maravilhosa, uma sala imensa, e o Fernando e eu... interpretava um pouco a vontade do presidente, falava das coisas, aquele mesmo clima extraordinário, e aí alguns embaixadores apressando, e as pessoas emocionadas, era para ficar 15 minutos, ficou uma hora conversando, depois acabou, sabe aquela conversinha depois que acaba. Então esses dois exemplos, eu dou um pouco para ilustrar as resistências. Eu acho que a decisão de acatar a jurisprudência, reconhecer a jurisprudência da Corte era contra os militares, e o Itamaraty que não tinha nenhum entusiasmo sobre isso. Os militares por causa do precedente de não assinarem o pacto São José da Costa Rica. E tem um outro episódio que eu não vou dizer o embaixador porque é meu colega de Santo Inácio, não quero falar mal dele. Mas eu estava na Secretaria de Estado, eu digo: “fulano, vai haver o dia do Rio Branco, foi aprovada a Leque, decreto do reconhecimento, o presidente precisa assinar, eu queria que o presidente assinasse na cerimônia”, “ah, Paulo, você sabe que o dia do diplomata tem uma liturgia toda especial”, eu disse assim “oh, fulano, eu não estou propondo desfile de escola de samba no Itamaraty, no Rio, eu estou dizendo que o presidente vai assinar o ato lá”, aí eu falei com o presidente ele assinou o ato. Quer dizer, então há uma pequena ala do Itamaraty, tipo Gilberto Sabóia, José Augusto Lindgren Alves que tem vários livros, e alguns poucos, hoje tem muitos mais jovens, tem diplomatas pelo Brasil, gente engajada nisso, mas foi um caminho tortuoso. Agora eu acho que há um regressismo muito grande, mas não quero falar do [Serra]\*.

D.P. - Nesse período, governo Lula, já no finalzinho você é nomeado para a Comissão Internacional do Inquérito para a Síria, o que é isso exatamente, porque você é nomeado?

P.P. - Porque eu acho... bom, eu não sou propriamente um calouro nisso, enfim, eu tenho uma boa reputação, não sou um malucão, biruta, eu gosto muito, não sou propriamente um biruta no sistema internacional, quer dizer, desde 95 que eu estou metido nessas coisas, e aprendi muito também. Na verdade, porque o brasileiro tem uma expectativa, o Brasil é um owners broker, isso que eu deveria ter dito, acho que escrevi isso em algum lugar, o Brasil apesar de ter ainda violações terríveis de direitos humanos, sistema judiciário, polícia, esse horror, trabalho escravo, trabalho infantil forçado, nós somos... na França se usa muito a expressão interlocuteur valabel, são interlocutores de confiança, isso que eu deveria ter dito, o Brasil



apesar de todas citações, o Brasil assumiu uma reputação disso, o Brasil conta, sabe? O Brasil tem uma expectativa. Isso resvala para mim e para os brasileiros. O Celso brincando dizia para mim: “mas de novo você...”, eu digo “Celso, não fui eu que me inventei, foi você?” Não estou me oferecendo para nada, eu não me ofereci para nada. Minto, nesse caso eu me ofereci, porque agora a seleção dos relatores especiais... pelo seguinte, no atual Conselho de Direitos Humanos que sucedeu em 2006 a Comissão de Direitos Humanos criada em 1948, graças a Eleanor Roosevelt e outros, e um embaixador francês maravilhoso, que era jovem secretário... não, René Cassan que era uma figura extraordinária, foi ministro do De Gaulle da Justiça, eles são os pais da Comissão de Direitos Humanos. Porque os potentes estavam nada interessados. E a Comissão de Direitos Humanos só vai ter... não estavam interessada em fazer monitoramento de direitos humanos, por que? Por causa do Apartheid na África do Sul, e por causa dos negros nos Estados Unidos. O primeiro relator nomeado para monitorar direitos humanos é para o Chile, em 79, foi fundada em 48. Aí eles eram nomeados pelo presidente da comissão. Mas agora é uma coisa mais democrática, é um processo aberto, você se candidata. Um amigo meu disse: “porque você não se candidata?” Eu disse bom, aí eu me candidatei e fui nomeado. E como eu já era relator especial, me nomearam para a comissão, mas o fato de ser brasileiro... A Síria tinha um bom diálogo com o Brasil, mesmo no começo da crise. Então eles me convidaram para ir a Síria, eu fui uma vez. Eles tinham uma expectativa que eu fosse bonzinho, que eu fosse ser simpático. Não dá. Eu não tomo partido. E aí nunca deixaram a comissão entrar. Eu fui nomeado em setembro de 91, até outubro de 92 eu dialogava com o governo, depois...

D.P. - Você foi nomeado em 2011.

P.P. - Perdão, fui nomeado em setembro de 2011 até outubro de 2012 eu dialoguei com o governo, mas nunca mudei minha posição. A minha posição é que todos são responsáveis por essa guerra, não é o presidente Assad. Quer dizer, hoje a nossa posição, não minha, da comissão, nós somos elogiados pela China, pelo Irã e pela Rússia!

D.P. - Mas você está nesse cargo ainda?

P.P. - Estou. Meu mandato vai até 2017, que é uma comissão... Porque além dos relatores especiais, sei lá, hoje são quase 50, você tem relatores especiais por país, por exemplo, para o Irã tem um relator, para Birmânia tem um relator, e temáticos: tortura, execuções sumárias, tem

materiais tóxicos, tem relator... Eles fazem o que? Eles investigam e apresentam relatórios no Conselho de Direitos Humanos.

D.P. - Você tem uma equipe que trabalha com você?

P.P. - Tenho, 25, 30 pessoas. Causa de grande inveja.

D.P. - E a sede é onde?

P.P. - Genebra. Eu vivo na ponte aérea.

D.P. - Esses assessores estão lá em Genebra?

P.P. - Estão, ficam lá. Aqui não tem ninguém.

D.P. - São brasileiros?

P.P. - Não, são funcionários todos do... o pior, outro dia eu fui a Arábia Saudita que é um dos países mais influentes, eu falo com todos, visitamos todos, a comissão, que são quatro pessoas, era o filho do rei anterior, ele ficou preocupadíssimo que a minha função é pró- bono, eu não recebo, eu não sou funcionário da ONU, eu só recebo... a única mordomia é classe executiva porque eu não entro em avião que não seja executiva. Só para vir ao Rio. Mas sair para o mar, não tem, não dá. 72 anos, 1,98m, não dá para ficar viajando 50 vezes nesse negócio. Porque eu estou falando isso? São quatro, uma americana que era casada com sudanês, ela é mais árabe do que americana, mas é uma figura maravilhosa, Karen AbuZayd, um jurista internacional tailandês, já foi relator especial para... e uma prima dona de muita visibilidade que é a Carla del Ponte, que ela foi do tribunal sobre a antiga Iugoslávia. Então somos esses quatro comissionados, comissários, e eu tenho um coordenador que eu falo todo dia, quando estou em Genebra, e os 25, 30... assessor militar, assessor legal, tem tudo, investigador.

D.P. - Não são todos os países que tem essa comissão, alguns países que estão em estado de calamidade?

P.P. - É, a guerra. Hoje eu acho... tem alguns outros países que tem que não vou me lembrar. Já houve um sobre a Líbia.

D.P. - Vocês vão lá então negociar?

P.P. - Não, não. Negociar, outro papo. Nós só cuidamos de violações de direitos humanos.

D.P. - Mas você negocia com a sociedade, com os governos ou você faz relatórios...?

P.P. - Tem duas partes, tem uma parte que, estritamente, o nosso mandato, que é preparar relatórios, e, também, papers temáticos, nós publicamos um relatório sobre o Estado Islâmico, um relatório sobre esses...

D.P. - Para a ONU?

P.P. - Tudo vai para o Conselho de Direitos Humanos, mas nós também, por iniciativa nossa, eu também brifo, faço briefings anuais ao Conselho de Segurança da ONU, num formato que não é o oficial, a gente sai da sala, os 15 membros vamos conversar durante duas horas. Já fiz isso cinco vezes. Duas vezes a Assembleia Geral também num formato semelhante. O relatório é apresentado para o Conselho de Direitos Humanos. Agora, às vezes, a gente lança em Nova York, agora nós vamos lançar em Genebra, daqui a pouco, no dia 6. Por minha, modestamente, mais elogio de boca própria, por minha prática, nós visitamos as capitais. Dos cinco membros permanentes eu só não fui a Beijing, nesse mandato, já fui antes, mas nesse mandato não. Agora vamos ao Irã, Arábia Saudita, Turquia a gente vai a toda hora. Então, as 20 nações influentes que são os responsáveis por essa carnificina são interlocutores. Os únicos países que nos criticam são: Coreia do Norte, a própria Síria, a Venezuela. Só. A Bolívia as vezes, mas acabei de ir a La Paz, fiz um ilustre lá, a Bolívia e Equador. O Equador a última vez até elogiou. Porque eles têm... É um diálogo interativo, então eu vou lá... sei lá, são 53 membros, 53 membros do conselho, eleitos pela Assembleia Geral. São 196 países, mas só 53 fazem parte. O Brasil não é membro, é candidato de novo. E tudo na ONU é dividido por grupos, ainda existe o grupo da Europa Oriental. Você tem o ocidente e outros, onde está Israel, porque ninguém quer ficar com Israel, América Latina, Grulac, o grupo da Europa oriental, Ásia e África. São seis regiões, acho que perdi um: América Latina, ocidente, Europa oriental, Ásia e África, são cinco grupos. Porque senão não tem maneira de fazer o equilíbrio de votos. Nós apresentamos... é um processo grande de tradução, para o árabe, precisa ser para o árabe que é uma das cinco línguas, russo, o inglês, francês, árabe e o russo, correspondendo aos cinco grupos de certa maneira, não corresponde exatamente, mas cinco línguas e cinco grupos

regionais. Uma interview a imprensa, que é isso que vai ser dia 6, e no dia 19 eu tenho que defender o relatório. São perguntas... pichação só da Síria, somos umas marionetes controlados pelo imperialismo. E a Síria não tem condições de ver... A Karen AbuZayd, agora ela está de licença num cargo como secretária-geral, ela falou para o embaixador da Síria na ONU que é um excelente embaixador, de grande influência no governo, disse, são amigos: “o fulano, vocês deviam se dar conta de que se o Paulo não estivesse lá essa comissão seria inimiga de vocês mesmo, então vocês não deviam reclamar tanto”. Não adianta nada. Na verdade, nós nos recusamos a tomar partido, nunca tomei nenhum partido. Descrevemos... Fomos os primeiros no mundo a falarmos das violações desses que o ocidente chama de moderados. É muito engraçado que as vezes de manhã a gente fala com o embaixador russo, que nos diz o que temos de fazer, depois a gente encontra o embaixador francês que quer que a gente diga outra coisa. A minha prática, talvez eu escreva um manual um dia, a minha prática, e também no Brasil é um pouco isso, não chocar o governo, não faço jogo, manobra secreta, tudo é previsível. Eu cheguei a fazer um seminário com o embaixador sírio dizendo como a gente trabalha, não adiantou nada, porque depois ele saiu. Tudo que nós fazemos... a única coisa que a gente não revela, mas eles sabem, aonde nós vamos. Nós não dizemos “fomos a esse país”, não falamos, mas eles sabem. As nossas jogadas todas, o que vai ser o relatório, as vezes circulamos relatórios para alguns países desse grupo antes de...

A.F. - Esses relatórios são públicos? Esse trabalho sobre o Estado Islâmico?

P.P. - São, está tudo num site, depois eu dou. E se você puser no Google Independent International Commission of Inquiry sobre a Síria, em documentação, está tudo lá, entrevistas da imprensa, tudo. Eu estou fazendo isso há cinco anos, se eu tivesse começado a estudar árabe eu já podia talvez balbuciar algumas coisas em árabe, mas eu não esperava isso, eu esperava que durasse seis meses, cinco anos! Eu acho que vai março, mas eles não têm outra coisa para por. Isso que eu dizia, além de nós houve sempre um enviado do secretário-geral. Primeiro foi o Kofi Annan, que já não era mais secretário-geral, depois foi uma figura maravilhosa, o Lakhdar Brahimi, que ex-ministro das relações exteriores da Argélia, teve muitos mandatos na ONU, uma figura maravilhosa. Os dois se irritaram profundamente, se demitiram, e o atual italiano-sueco chamado Staffan de Mistura, ele é o enviado do secretário-geral para negociações políticas. Quer dizer, nós não divulgamos muito, mas nós trocamos figurinhas, mas eu, minha comissão não tem nenhum papel... quer dizer, nós encontramos com todo

mundo, com os governos, com todos os grupos armados, todo mundo, a gente encontra com todo mundo.

A.F. - O Estado Islâmico inclusive?

P.P. - Não, isso não dá porque são definidos como grupos terroristas pelo Conselho de Segurança, então não dá. E nós também temos um certo instinto de sobrevivência. [risos] Mas que coragem, que coisa extraordinária... eu não tenho coragem, eu sou um pouco inconsciente, eu não penso muito. Porque essa cidade que houve esse atentado no casamento, na Turquia, na fronteira controlada pelo Estado Islâmico do lado da Síria, essa cidade eu vou quase todo ano, nos mesmos lugares, então é um... requer... da minha parte que eu não penso muito, não dá para você pensar, você não anda. Não ia a nenhum lugar porque... Istambul vou toda hora e lá tem bomba.

A.F. - Esteve lá naquela época?

P.P. - Estive pouco, pouquíssimo antes. A minha mulher acho que tem sague frio, quer dizer, santo de casa não faz milagre, ela não se preocupa... em São Paulo. Ela morou um tempo em Genebra quando eu tinha um outro mandato do secretário-geral que era o relatório mundial sobre violência. Tive um apartamento. Mas é complicado, eu não consigo gerir um apartamento, isso ultrapassa... Quer dizer, eu acho que eu sou menos machista do que a Ana acha. Talvez eu seja mais do que ela pensa. A minha posição acho que é de transição. [risos] Transição geracional.

D.P. - Está ótimo. Vamos entrar na Comissão da Verdade? Então, a gente queria saber entre a sua escolha, o funcionamento da comissão, como era o dia a dia, os embates ali e depois eu quero saber da sua expectativa em relação ao resultado da comissão, como foi sua nomeação...?

P.P. - Olha, eu acho que eu devo isso ao Lula e ao Paulo Vannuchi, porque tinha tanta lista. A questão que as pessoas não entenderam bem, sem querer ser pretencioso, é que não podia ser nem familiar, nem membros... não podia ser deputados, senadores, porque as comissões que tiveram isso foram um desastre na América do Sul, foi um desastre. Então, quer dizer, em última instância quem bateu o martelo foi a presidenta. Eu esbarrei na presidenta na posse do primeiro governo Lula, ficamos numa cadeira próxima, cumprimentei-a.

D.P. - Ah, queria tanto de falar desse período. Você estava na posse do presidente Lula?

P.P. - Do primeiro governo; meio deprimente porque sai um ministério e entra outro por outra porta e aí acabou. Você vai para um avião e some, o presidente some, é muito triste. Mas eu já tinha tido essa sensação no final do governo Montoro, você tem que esvaziar as gavetas, é muito triste. Eu não vou mais fazer parte de nada disso, mas... o final da comissão da Verdade teve esse gostinho também, porque a gente tinha uma sede formidável na Associação do Banco do Brasil que era um lugar maravilhoso, e também no gabinete da presidência em São Paulo. Eu acho que eu fui escolhido, primeiro e depois isso deu... umas pessoas desagradáveis achavam que o José Carlos Dias e eu éramos tucanos, quer dizer, eu nunca fui... quer dizer, eu trabalhei no governo Fernando Henrique, mas nunca fui tucano, nunca participei politicamente do PSDB. Na verdade, eu acho que também entrei um pouco porque ela fez uma cota de independentes mesmo, pode ser que na cabeça dela, queria dois tucanos razoáveis, ela tinha muito respeito pelo José Carlos Dias, ela falou para mim. Acho que a Maria Rita Kehl foi escolha dela, a Rosa tinha sido advogada dela num período, depois o José Paulo Cavalcanti, que eu acho que foi sugerido por ali, Rosa e Zé Carlos, quem mais? E alguém que era meu amigo do tempo do Severo que era o ex-procurador-geral da República do Lula, estou bloqueado o nome dele porque nós brigamos...

A.F. - Claudio Fonteles?

P.P. - Claudio Fonteles. Ele até disse que eu ia agredi-lo, eu nunca bati em ninguém. A última pessoa que eu bati foi um menino no terceiro ano primário, numa caixa de areia de sal, depois nunca bati em ninguém, e ele achou que eu ia agredi-lo. Bom, já estou adiantando o clima dentro da comissão. Ah, e uma figura adorável que era o Gilson Dipp, mas ficou doente, doentíssimo e teve que se licenciar, um gaúcho. Não éramos amigos, mas gosto dele. O bom é que na comissão, todos tínhamos relações pessoais. A Rosa trabalhou muito com o Brizola, era amicíssima da mulher do Glauco Pinto de Moraes, que foi da Comissão Teotônio Vilela, a Inês Pinto de Moraes. Eu conheci a Rosa na casa dele em São Paulo, então conhecia a Rosa. José Carlos Dias fomos colegas no governo Montoro e nessa Comissão de Justiça e Paz. O José Carlos Cavalcanti foi ministro interino do Lira, chefe de gabinete do secretário-geral, Maria Rita Kehl uma vez fui entrevistado por ela na Teoria e Debate. Eu conhecia bem ela, gostava dela. E o Fonteles eu o conhecia do tempo que o Severo trabalhou muito com os procuradores

da República, direitos indígenas, era uma das ideias fixas do Severo, e eu convivia muito com o Severo, em Brasília, nos anos 70, com vários... e um deles era o Fonteles, e o Dipp eu tinha um certo conhecimento. Então a minha expectativa é que ia ser um mar de rosas. Mas depois eu li uma entrevista no [inaudível], uns seminários internacionais preparando a Comissão da Verdade e a Priscilla Hayner, ela tem um livro lindo sobre comissões da verdade, e me inspirei um pouco em alguns modelos que ela traçava para o projeto da Comissão da Verdade. E ela entrevistou o Desmond Tutu e ela pergunta: “o que aconteceu de pior na Comissão da Verdade?”, aí ele fala, “a pior coisa na Comissão da Verdade foi a relação entre os membros, era um verdadeiro inferno”. Pois isso foi o clima da nossa Comissão da Verdade, um inferno, um inferno. Porque, na realidade, o Gilson... quer dizer, na verdade, sem eu ser pretencioso, as pessoas não tinham muita ideia do que era montar uma Comissão da Verdade. Então eu achava que tinha que ter um certo planejamento e que o recrutamento do pessoal devia ser para, como na minha comissão de inquérito da Síria, cargos preenchendo os requisitos do trabalho. Mas foi feito ao contrário, cada comissionado indicou nomes de pessoas. Então tinha uma plêiade de advogados demais.

D.P. - De assessores?

P.P. - É, de assessores. Porque, na verdade, nós fomos muito parcos nos DAS, só 14, para não parecer ganância, isso é ridículo fazer com 14, quando a gente terminou tinha cem. O grupo assessor tinha cem pessoas, 14 era ridículo.

D.P. - Chegou a cem por reivindicação de vocês?

P.P. - Não, para não parecer... já tinha tido tanta objeção, a gente fez uma coisa enxuta, talvez achasse que depois a gente aumenta, talvez foi isso. O que acontece, na verdade. E aí o recrutamento da equipe foi muito errática e muito não apropriada, não houve plano, o Dipp era contra plano “para que planejamento?”

A.F. - Cada um tinha autonomia para nomear quem quisesse?

P.P. - Eu me insurtei sobre isso, mas fui voto vencido. E aí você teve um amontoado, um grupo dispare de colaboração, isso, à medida que agregavam mais pessoas foi uma panela de pressão que estourou, várias pessoas saíram, bons colaboradores saíram. E outra ideia totalmente

equivocada foi a coordenação rotativa. Isso surgiu num jantar com a presidenta. Porque ninguém queria indicar alguém. Aí saiu o Dipp, era o primeiro, e aí ia seguindo.

D.P. - Porque você acha que isso foi equivocado?

P.P. - Porque não dá continuidade. Cada coordenador que chegava mudava tudo. O Claudio Fonteles chegou, mudou tudo, depois eu, talvez tenha mudado também, depois a Rosa, a Rosa despediu o secretário-executivo. Eu não vou criticar muito porque é deselegante, mas... O que salvou... O José Carlos Dias foi coordenador, foi menos agitado, foi de normalização. Acho que depois veio o Pedro Dallari que é um grande advogado, ex-parlamentar, ex-secretário de governo, que salvou a comissão. Porque se não fosse o Pedro Dallari colocar em ordem as dezenas de colaboradores, aquilo lá, casa da mãe Joana. E agora, o pior era a tensão. Tanto que o Paulo Fonteles vai embora.

A.F. - Claudio.

P.P. - Paulo Fonteles é um outro militante do Pará, filho de um familiar desaparecido. E o Claudio Fonteles num arroubo abandona, entrega uma carta e vai embora, me acusando, deu entrevista dizendo que eu queria agredi-lo. O que eu era e estava contra e queria abrir um processo contra uma colaboradora eminente da comissão que era a profa. Heloísa Starling. Quer dizer, eu não vou admitir que o procurador abra um processo contra a ex-vice-reitora de Minas, e que era uma colaboradora eminente. Agora, por picuinha e desavenças fizeram um verdadeiro... queriam fazer um inquérito, um IPM quase em relação a ela. Quem salvou foi o Gabinete da presidenta que colocou uma espécie de interventor para salvar, um técnico. E aí que desarmou isso. Aí desarmou isso...aí, não sei a ordem bem, não sei se fui antes ou fui depois. Eu sei que a Rosa veio, e a Rosa de uma certa maneira, ela agravou quando resolveu despedir o secretário-executivo que nós tínhamos escolhido, sem consultar ninguém, ela despediu porque achou que não dava para colaborar. Então essa concepção que cada coordenador precisava ter uma casa civil, cargo de confiança, você não podia ter cargo de confiança numa comissão da verdade que era para durar dois anos. Durou um pouco mais porque nós pedimos uma prorrogação. Quem salvou a Comissão da Verdade foi a presidenta Dilma, do qual faziam uma futrica imensa. Os familiares em São Paulo, um grupo de familiares levou uma carta para nós pedindo a nossa demissão. E a Rosa levou a presidenta uma carta deles pedindo uma recomposição da Comissão da Verdade, querendo que ela tirasse todo



mundo! Quer dizer, a relação dos familiares também foi complicada, agravada pela Rosa. Isso não vai nenhum demérito a qualidade da Rosa como...

A.F. - Concepções diferentes...

P.P. - O problema, a Rosa que é uma grande advogada criminal, ela achava que era levantar o Brasil, era mobilização. Aí a gente dizia: “Rosa, tem que fazer um relatório, se nós não fizermos um relatório essa comissão não existe”. E além do mais havia muito... cada relator usava a imprensa como quisesse. Talvez eu mesmo não tenha escapado. E a Folha contra, por editorial, só fazendo futrica, e o Estado não era a favor...

D.P. - Toda imprensa contra?

P.P. - Toda imprensa contra.

D.P. - A sociedade não tão simpática assim porque...

P.P. - Essa comissão não teria existido se não fosse os familiares, o Paulo Vannuchi, o presidente Lula e a Dilma. É isso. Então, tinha que fazer relatório, e do jeito que ia, não tinha relatório. Nós chegamos quase ao fim de um ano e meio sem relatório.

D.P. - Vocês fizeram uma divisão de trabalho?

P.P. - Não, o Pedro, demos o mandato imperativo ao Pedro, carta branca ao Pedro Dallari.

D.P. - Ele entra num segundo momento.

P.P. - É, ele é nomeado mais ou menos no lugar do Fonteles, porque tinha caído. O do Dipp ela nunca nomeou, porque o Dipp ficou muito doente... o Dipp também deu declarações terríveis dizendo que a comissão tinha chegado ao fundo do poço. Ele ainda era membro da comissão e dizia... Quer dizer, cada comissionado dizia o que vinha na telha. O mais moderado e tranquilo foi o José Carlos Dias, o resto nos quais eu me incluo, eu diria, moderadamente, cada um falou o que dava na telha, o que era totalmente irresponsável. Eu digo, na escala Richter de responsabilidade a minha não é sete, colocaria três.

D.P. – Mas está lá na escala Richter.

P.P. - Entra na escala Richter, terremoto. Aí, antes do Pedro chegar os colaboradores tomavam partido e cada um atuava para desestabilizar o outro, foi um inferno, um inferno. A um certo momento eu disse para a Ana, eu vou sair disso, não está me fazendo bem esse negócio, não aguento, não dá para aguentar.

D.P. - Vocês se encontravam semanalmente?

P.P. - Semanalmente. Quando se era coordenador ficava quase toda a semana, mas era em Brasília. Aí os familiares também criticavam porque não é comissão permanente... bom. A essa altura do campeonato como cada um ia deixar a sua inserção, não podia largar. Quando me nomearam eu disse a presidenta, eu não posso deixar a comissão da Síria, “não, não, é importante a sua inserção internacional” e tal, tudo bem. Então a previsão do Desmond Tutu, a praga do Desmond Tutu, praga não é elegante porque eu gosto tanto dele, mas o vaticínio, fica mais elegante, o vaticínio Tutu realizou-se, mas foi um inferno, um inferno. Isso é comum a todas as comissões, a chilena, argentina, a sul-africana. Mas aqui para mim foi um baque porque éramos todos amigos, supostamente, tínhamos um histórico... foi bom porque eu fiquei mais amigo do Zé Carlos, porque durante o governo Montoro, a Comissão Teotônio Vilela, eu no governo Montoro eu criticava muito o Zé Carlos, “eu me lembro do seu artigo, você falou mal de mim”, ele brincando com isso. Ficamos muito amigos, fiquei muito amigo do Zé Paulo também, que é uma figura também muito especial.

A.F. - Como o Dallari organizava?

P.P. - O mandato ele organizou... o mérito dele foi organizar e ampliar os grupos assessores. Porque também esse inferno era homólogo ao inferno entre os consultores, os experts, todo mundo brigava. E aí, de uma certa maneira, com um certo sentido de autoridade, ele pôs ordem naquela mazorca, que era a Comissão da Verdade. O que eu devo dizer é o seguinte, quem defendeu, quem protegeu a Comissão da Verdade, apesar das tentativas de envolve-la nessa mazorca por alguns dos comissionados, foi a presidenta Dilma. Ela não fez nunca nenhuma interferência e disse, nenhum ministro vai interferir em nada, nunca interferiram, só ajudaram, Mercadante, o Raupp, até está doente, antigo ministro da Ciência, ajudou de mais. O Patriota abriu, tivemos a melhor das colaborações, nós trabalhamos sem nenhuma coisa secreta.

A.F. - E os militares?

P.P. - Aí, eu já falo sobre os militares, aí já é outro departamento. Ela nos apoiou em tudo, concordou com a extensão, deu todo apoio material que nós precisamos, encontrei quatro vezes com ela, duas vezes longas conversas; descobri que ela tem muito bom humor, e é muito agradável, comigo, as quatro vezes. Ela foi o pilar do sucesso, nomearam o Paulo e também nunca interferiu, só interferiu para o bem, quando o Gilles nomeia um técnico de alto nível que pôs ordem nessa... Não tinha roubalheira nenhuma, era tudo alegação falsa, então, o que o Fonteles queria fazer... e a Heloísa continuou, não era só a Heloisa outros também, mas a Heloisa era a coisa mais gritante. Mas eu disse: “Ah, não, isso aqui não vai passar”, eu disse para o Claudio, “você não vai fazer isso aqui”, ele achou que isso era ameaça para dar um soco nele. “Aqui não vai fazer”. Aí ele entregou a carta e foi embora. Quer dizer, a Heloísa, enfim, é minha colega; um processo de intenção, como se dizia em Paris, anos 60, não vai fazer processo de intenção contra a profa. Heloísa Starling, aqui na minha presença, não vai mesmo, não vou deixar, viro a mesa. Então, a questão dos militares, a questão dos militares já tinha sido envenenada, com todo respeito, pelo ministro Jobim. O Celso Amorim teve a melhor das atitudes em termos de franquiar o contrato... Nós tivemos acesso aos comandantes. Quer dizer, os comandantes determinaram alguém, nós tínhamos pontos locais. A Glenda Mezarobba que é uma excelente pesquisadora, era a interlocutora. Nós pegamos arquivos em relação a casos concretos e pedimos a eles para completar, isso foi feito. Agora, um arquivo do Comando das Forças Armadas no Estado Maior foi dado e a Aeronáutica entregou. Foram os únicos papéis. Agora, tivemos acesso por vias transversas, por exemplo, nós descobrimos que tudo tinha sido microfilmado, descobrimos o fichário dos microfilmes pelo Exército, e Pedro foi muito criativo e nós fizemos uma representação contra o uso de bases militares para instalar câmaras de tortura. Nós visitamos uns sete ou oito lugares de câmaras de tortura. Isso graças ao Celso e com os familiares; era uma coisa constrangedora para os jovens oficiais. Isso foi uma coisa que nunca os familiares tinham entrado, e levamos peritos para reconstituir os lugares de tortura, isso está tudo no relatório. Agora, nós só conseguimos ter pistas dos arquivos militares no que foi entregue ao Arquivo Nacional, desde os dos Dops, tudo isso, no governo Collor.

A.F. - Isso que foi microfilmado, vocês chegaram a ter acesso a alguma coisa?

P.P. - Não, quer dizer, o grosso dos Dops do Doi-CODI nunca, isso que era o filé mignon, não. Só por vias transversas.

D.P. - Pois é, mas esse material que eu cheguei até a visitar lá em BH, que Heloísa com a equipe dela...

P.P. - Isso tudo está microfilmado, está no Arquivo Nacional.

D.P. - Mas vocês trabalharam com esses microfilmes?

P.P. - Heloísa ficou ressentida achando que não foi trabalhado. Na verdade, nós durante bom tempo... a Heloísa teve toda liberdade para trabalhar, mas havia algumas dúvidas.

D.P. - Havia resistência também?

P.P. - Não, a explicação não é resistência, talvez desentendimentos, má comunicação. Resistência...

D.P. - [inaudível] delicadeza desse material. Porque como o exército negava, ele dizia que tinha negado tudo, de repente o pessoal descobre os microfilmes. Se você usa esse material...

P.P. - Isso está no Arquivo Nacional, tudo que a Heloísa...

D.P. - Mas se a comissão usasse... não teve uma delicadeza...? Só para entender.

P.P. - A Heloísa se ressentiu...

D.P. - É um material maravilhoso.

P.P. - Agora foi publicado um livro que ela fez, e ela vai publicar outro.

A.F. - Usando o material?

D.P. - Pois é, esse livro sai agora.

P.P. - Heloísa se ressentiu... isso foi publicado, quando eu era coordenador houve uma audiência só sobre isso e isso foi revelado, foi mostrado a presidenta da República, quer dizer, não havia resistência por debaixo. O problema...

D.P. - Mas os militares, eles chegaram a saber disso?

P.P. - Nada, nada.

D.P. - Porque isso desdiz os militares.

P.P. - O Celso Amorim num dos despachos dele, e os militares ficaram danados da vida, diz que os militares reconhecem as violações de direitos humanos. Eu acho que...

D.P. - Mas eu digo em relação ao material que o exército diz que queimou. Que não existe nada.

P.P. - Isso, nada, nunca foi. Tem só esses...

D.P. - Isso é a prova de que aquilo existia.

P.P. – Claro, isso está no relatório, a prova de que houve a microfilmagem e... Havia dúvidas sobre a forma que foi conseguido, que nós não podíamos revelar. Então eu não digo que isso tenha sido decisivo. Por exemplo, se você pega uma das últimas Piauí, tem uma reportagem “O dossiê Assad”, é uma organização americana, fundada pelos britânicos e americanos que eles fazem o seguinte, eles roubam material de Estado do governo da Síria, nós não podemos fazer isso. Eles não fazem entrevista, até nos picham, mas depois nos usam. Vale a pena ler o relatório, é uma boa matéria. Mas uma matéria um pouco exaltando esse trabalho formidável, como se nós fôssemos uns idiotas e não estamos fazendo nada que preste, depois... Tem um embaixador americano com o qual eu trabalhei muito, “não isso depois nos tribunais não vai ser levado em conta”, fiquei danado da vida, xinguei no Departamento de Estado em Washington etc. Então, é evidente que para nós, nós não podemos... estou falando da comissão da Síria, eu não posso usar documento roubado, porque o termo é outro, roubado ou retirado do membro da ONU, não dá, isso joga por terra. Agora, eles que não tem essa responsabilidade de imparcialidade, objetividade... De uma certa maneira, os militares nunca... quer dizer, eu dizia, achar que o militar vá pressionar um biruta como eu, realmente... pressionar como? Não tem... o José Carlos Dias vai pressionar? Advogado de sei lá quantos... não me venha com essa. Não foi resistência de milicos, nem o governo, o governo não falou nada. A presidenta não leu o relatório antes de ele estar terminado. A presidenta só leu o relatório na prova final, e não deu nenhum palpite, nem nenhum ministro. Quer dizer, isso é raro em várias experiências de comissão da verdade. Tem um relatório argentino que até hoje é secreto, não foi divulgado, é secreto. Então, a Heloisa foi um problema da relação da Heloisa com o Pedro Dallari. Eu sempre apoiei tudo isso, eu era coordenador quando isso foi julgado na imprensa, foi muito

divulgado. Mas não está totalmente fora do relatório. Toda pesquisa da Glenda está no relatório, e não haveria razão. Mas houve um estranhamento, já um fiapo do inferno anterior, a relação com a Heloísa ficou um pouco, lamentavelmente, não comigo, mas com outros comissionados, não que não era o Pedro Dallari, uma outra comissionada, então isso azedou.

D.P. - E a divisão temática que eu te perguntei, como vocês fizeram? Maria Rita ficou com a coisa indígena?

P.P. - Eu fiquei... porque o que eu sempre quis na vida, porque eu ia ser diplomata, mas eu falhei no concurso de 64, e depois vi essa colaboração nojenta que o Itamaraty teve com a ditadura, e eu achava que isso devia ser desvendado, então eu assumi, eu disse, eu fico, modestamente é um bom capítulo, porque eu tive a colaboração de vários diplomatas também. O Antônio Mesplé que foi meu aluno na Unicamp, depois a Sílvia Whitaker e um outro diplomata que eu não vou lembrar o nome, ele saiu da carreira, é professor da faculdade de Direito, oh, meu deus, é uma bela pessoa. Então eu fiquei com o Itamaraty e um pouco revendo do Condor, que foi mais a Rosa, eu acho, e um outro diplomata que foi secretário afinal, o último secretário-executivo era o [André Sabóia Martins] Sabóia, nada a ver com Gilberto Sabóia, mas não me lembro o primeiro nome dele. Foram eles e outros assessores que fizeram. A Rita ficou com indígenas, que afinal foram capítulos, como os homossexuais também foram um capítulo, houve um segundo volume de capítulos. O Paulo José Cavalcanti ficou muito com polícia, Zé Carlos não me lembro mais, acho que ficou muito com os presos políticos, refazer os desaparecidos e tudo isso. Pelo segundo volume você sabe, eu não me lembro mais.

D.P. – Vocês decidiram isso... Você acha que foi positivo isso?

P.P. - Se eu cometesse a loucura de entrar numa outra comissão da verdade, eu não decidiria isso tão cedo. Por que isso ocorreu? Porque não houve um planejamento, um recrutamento do grupo assessor. Em parte, porque não estava previsto no orçamento, em parte, pela falta de familiaridade de vários comissionados com que foram as comissões da verdade. Apesar de nós termos feito seminários preparatórios e houve visitas também de interlocutores que vieram. Mas por parte de certos comissionados havia um certo imediatismo da Comissão da Verdade. Outros achavam, como a Rosa, acho que a Rosa achava que a comissão era para sempre, movimentando. Ela e alguns familiares se articularam com a Rosa para tirar os tucanos, eu, imagine, eu e o José Carlos Dias. E tinha muita intriga, os tucanos, houve uma repórter da Piauí

que fez uma reportagem que eu fiquei furioso, porque eu aceitei falar. Eu não dou entrevista mais sobre a Comissão da Verdade. Não sei porque estou falando aqui agora, eu não fui coerente. [risos] Eu recuso tudo, eu não falo.

D.P. - Dia 26 de agosto é um dia que tudo tem que ser dito.

P.P. - É hoje? 24... puxa, passou o suicídio do Getúlio nem lembramos. Eu lembrei depois. Bom, o futuro, eu acho que o relatório, pelo que eu conheço de relatórios da Comissão da Verdade, eu já li muitos relatórios da Comissão da Verdade, outros eu tenho noção do que foram, eu acho que é um relatório que fica em pé, que os livros são defensáveis. Dado todo esse inferno, essa incompetência no recrutamento, da falta de planejamento, do recrutamento dos assessores. Eu não estou criticando, é todo mundo de qualidade, todo mundo da melhor qualidade, mas era um verdadeiro de departamento de uma universidade. Você sabe que departamento é um inferno. No meu departamento de Ciência Política, o mais marxista brasileiro, havia sessões que o companheiro ameaçava de jogar um cinzeiro no chefe de departamento. E outros se dirigia a colega, “você é burra”, coisa de alto nível, nos anos 70 isso. As idiossincrasias dentro da Comissão da Verdade só foram sanadas pelo Pedro Dallari, pelo mandato que nós demos a ele, dissemos a ele, “acaba essa história...” O mandato imperativo dele era básico porque “vamos acabar com essa história de votação”, isso é um desastre, isso foi o desastre. A concepção que elege outro presidente e aí muda o ministério. Não é possível, corta a continuidade, isso é um desastre. A comissão foi salva pela presidenta Dilma porque nomeou o Pedro Dallari. Pedro Dallari tinha o assentimento da comissão, que presidenta democraticamente... havia vários nomes, ela escolheu o Pedro, mas foi do nosso imenso agrado.

A.F. - Vocês influíram?

P.P. - Influenciaram não digo, quer dizer, naquele andar você meter um cara totalmente por fora ia agravar o desastre. A biografia do Pedro, de confiança e um curriculum... foi assessor parlamentar, sabe fazer relatório pelo menos. Não quer dizer que não tenha havido choques com o Pedro, não quero dizer isso, mas que na verdade ele sabia que ia ficar até o final e nós, todo mundo delegou isso a ele.

D.P. - E os desdobramentos, relatório está pronto...?

P.P. - Relatório está pronto...Nós tínhamos ido ao Uruguai, nós fomos a vários países, eu fui ao Chile, Uruguai, Argentina, acho que no Uruguai tinha uma coisa muito imaginativa, a Secretaria do Passado Recente que era para fazer um follow-up, a continuidade das recomendações. E as recomendações, modestamente eu acho que eu colaborei para isso com o apoio do Zé Carlos, são enxutas as colaborações. É claro que cada setor queria uma enxurrada... eu sou... mesmo na ONU não gosto de...

A.F. - Como chamou no Uruguai? Interessante.

P.P. - Secretaria do Passado Recente, bonito, não é? Uma das recomendações... as recomendações, não é só sobre o passado, é sobre o futuro: polícia, prisões, a primeira é anistia, não é bem anular a Lei de Anistia, mas colocamos de uma maneira, enfim, mais fácil de ser feita do que isso. Eu não me lembro mais, é só olhar lá. São umas 20 recomendações. E uma delas é criação da secretaria, não emplacamos esse título, é Secretaria de Segmento as Recomendações.

D.P. - A coisa dos direitos humanos nos currículos escolares.

P.P. - Isso, e a revisão da coisa, que nenhum governo fez, que era a revisão dos currículos das academias militares que continuam dizendo as mesmas barbaridades da ditadura. A continuidade é total num ensino desses. Eu tentei fazer isso, Jobim me conseguiu tudo, era antes da fase agressiva dele contra os direitos humanos, contra o Paulo Vannuchi. Mas não se conseguiu, não se fez nada.

D.P. - Você acha que deveria ter sido criada uma outra comissão?

P.P. - Não, não... jamais, por favor, nem pense. Eu com esse traumatismo, jamais, fui totalmente contra, essa comissão acaba aqui e pronto, fim. Aí propusemos a criação de uma secretaria de segmento.

A.F. - Ligada à presidência da República diretamente?

P.P. - Não sei, na verdade, eu acho que foi ligada a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, para facilitar as coisas. Porque eles já tinham a Comissão dos Mortos e Desaparecidos e tinham também a Comissão da Anistia, para facilitar. E aí o ministro, que para mim foi uma revelação,



um deputado gaúcho, que não vou me lembrar o nome, mas uma pessoa excelente, corajosa, que nós fizemos inclusive uma reunião com todos os ex-ministros para criticar o projeto do Aluísio e do Alckmin de baixar a maioria penal para criança e adolescente, é o sucessor da Maria do Rosário, excelente. E aí ele estava muito apoiando isso, mas aí ele caiu ou saiu, não sei o que aconteceu; e a Dilma fez uma reforma, eu também não me entusiasmei, ela acabou com as secretarias específicas e juntou tudo no Ministério de Direitos Humanos. Eu não critico a presidenta, prestes a ser defenestrada, cassada, de qualquer maneira continuou um órgão encarregado da política de direitos humanos. O último ato do Sottili, que foi o secretário de Estado de Direitos Humanos, foi a criação da secretaria. Mas ele saiu e começou essa interinidade. Eu acho que... nesse governo, jamais, jamais vai ser instalado... Com esse ministro da Justiça, que é esse ministro da Justiça, uma figura sai para cortar pé de maconha com facão, e grava, parece um ninja todo de preto, e quer que a polícia fique com as armas das organizações criminosas. Fora do espírito de diminuir o estoque de armas de circulação, isso não existe na cabeça dele. Não, chega de seminário, precisamos armar mais a polícia.

A.F. - É cheio de pesquisa.

P.P. - É cheio de pesquisa. Quer dizer, com uma zebra desse teor, e a Flávia que eu acho que foi um passo em falso, entrar nesse Titanic já assegurado que foi o governo Temer, enfim, há a esperança de algumas pessoas, “ah, depois que ele acabar a interinidade vai... é um novo tempo”. É um novo tempo? Que novo tempo com esse Congresso de cleptocratas, com essa base de escroques nos ministérios.

D.P. - Como você explica com essa pressão interacional, em certo sentido, principalmente os intelectuais no Brasil, estão numa posição totalmente contrária ao governo Temer, contra o impeachment. Porque você acha que nada disso rebate, qual a sua visão?

P.P. - O que você falou, vou usar a sua metáfora da impermeabilização, teflon, é um governo teflon, nada pega. Olha, protesto internacional houve bastante, eu mesmo escrevi um artiguinho no Guardian, achando que ia ser um acontecimento, nada. Repercutiu mais fora do que dentro. Os artistas, prêmios Nobel, tudo isso, o papa até mandando carta. Na realidade, porque é um golpe disfarçado, como se fala daquelas roupas militares, camufladas, é um golpe camuflado porque segue um ritual jurídico, apesar de vários jornais, a imprensa toda, Liberation, Le Monde, Guardian, o New York Times, chamavam de golpe de esquerda, o New York Times

avacalhou, se você pega as coleções das matérias é uma avacalhação muito maior que a imprensa press release fez, que nenhuma imprensa fez. Se você pega todas as matérias é uma avacalhação em relação ao Temer, é um desrespeito total. Eu acho que a pressão legal mesmo, que a Comissão Interamericana, o secretário-geral da OEA, mas não cola muito, é impermeável um pouco por causa dessa camuflagem jurídicista desse golpe. E também pela legitimação dada pelo setor de esquerda ou centro-esquerda com uma fala, um reconhecimento internacional. Não quero fazer processo nenhum com Fernando Henrique, mas de certa maneira o fato do presidente Fernando Henrique, um intelectual global, reconhecido em toda parte, ter concordado com o impeachment de uma certa forma, acho que confunde um pouco os amigos. E você tem o próprio Cristóvão Buarque, meu amigo desde 64, e os amigos dele de Brasília, todos, antigo reitor de Brasília, gente muito mais ligada a ele hoje do que eu, escreve uma carta, isso confunde muito. O Cristóvão mesmo diz que vai perder, ele também é um intelectual global alternativo, era, pelo menos; então como não houve sangue, não houve tanque, geralmente... e não houve barbaridades como no golpe do Paraguai, similar, que o presidente foi preso, alguma coisa mais agressiva, não houve derramamento de sangue... claro, mesquinaria do Temer de tirar o avião, essas bobagens, tirar assessor, mas tudo é mesquinaria mesmo. O circo, aquele circo da Câmara dos Deputados aquilo foi galhofa no mundo inteiro, e eu estava lá, galhofa no mundo inteiro. Agora, o pessoal não entende bem, “esse pessoal foi eleito? Eles estão lá...”, agora, eles foram eleitos por que? Porque o Supremo Tribunal Federal (STF) cassou a cláusula de barreira de 5%, era mais baixo que na Alemanha, mas era ótimo, esses palhaços não teriam sido eleitos, a maioria desses palhaços. E também o ministro Gilmar Mendes sentar em cima do projeto de reforma da questão da doação de financiamento de campanhas, ele é corresponsável desse circo, o STF é corresponsável.

D.P. - Pois é, eu queria saber sua opinião sobre essa coisa do Supremo?

P.P. - A gente olha com muito respeito para esse Supremo, mas é melhor você se lembrar do Supremo no Estado Novo e na ditadura. Só houve uma pessoa na ditadura que saiu, e era um udenista, eu gostava dele, meu amigo, senador Adalto Luz, grande inteligência, uma figura adorável, que teve aquele lance, aconteceu mesmo, de ele lançar a toga e se mandar, mandar a merda, não disse isso.

A.F. - Mas o Victor Nunes também não foi cassado?

P.P. – Esses foram cassados, grandes figuras, cassaram Victor Nunes Leal, Hermes Lima e o grande Evandro Lins e Silva. O resto ficou lá feito carneiro da ditadura, contestaram tudo. Viram o cerceamento pelos atos institucionais do habeas corpus e não fizeram nada. Então, a gente olha... parece que esse Supremo como foi nomeado pelo Fernando, pelo Lula, pela Dilma, parece que é uma coisa excelsa, não é. A supervisão que o STF fez desse processo foi pífia, não houve supervisão coisa nenhuma. Quer dizer, há processos que estão na mão do ministro Teori, desde maio, ele resolve as vésperas de uma decisão do Senado de avançar. Quer dizer...

D.P. - É tudo orquestrado.

P.P. - Se não é orquestrado, é tolerado, porque o que o juiz Moro fez da liberação das... ele grava ilegalmente as conversas do Lula com todo mundo, com Vannuchi, com a presidenta, tudo isso, e a tarde ele dá para a Globo, e ainda diz: “isso é para que os governados saibam como age o governo”. Ele é o Messias brasileiro? Quem deu esse mandato? E o que o ministro Teori faz, critica, e o Moro pede desculpas. Quer dizer, o Supremo é cúmplice dessa porcaria desse impeachment. Quer dizer, quem são, são os cleptocratas que foram se indispondo com o governo Dilma, o mal-estar. Esses que estão o governo Temer eram da base, ela vai ter que enfrentar... vai ser uma situação desagradabilíssima para eles. Eu acho que ela faz muito bem em encontrar esses cleptocratas olho a olho, Jucá, Jucá foi líder do governo Fernando Henrique, do Lula e da Dilma, e vai votar. Quer dizer, primeiro houve uma conspiração de Palácio, eu comprei até uma enciclopédia, Encyclopedia of Conspiracies, foi uma conspiração de Palácio, ela confiou. Eu não vou dizer isso em público, mas fica aqui só registrado...

A.F. – Então não diga.

D.P. - Então não diga, se quiser desliga. [pausa]

A.F. - Paulo, vamos falar um pouquinho sobre essa avaliação, impactada pelas circunstâncias. Mas queria que a gente pensasse um pouco além. Eu vejo que a gente está construindo um estado democrático de direito, eu acho. A despeito dos problemas, estamos esboçando um estado social, e criamos uma política de estado de direitos humanos de longo curso. Então, construímos políticas de longo curso. Ao meu ver vivemos um processo de democratização. E aí? Mas a gente está passando por essa crise. Você não acha que isso é circunstancial, você não acha que esse leito pode ser retomado?

P.P. - Olha, eu não acho que a astrologia seja uma ciência exata. Eu não creio que seja uma crise circunstancial, porque, na verdade, de uma certa maneira, o que está sendo retomado é o espírito de pré-64. Não no golpe militar especificamente, mas é o reacionarismo explícito, antipopular que foi expresso em toda desqualificação do governo João Goulart. Eu acho que não é crise circunstancial porque ela faz um apelo a um legado que essa construção de uma democracia do estado de direito democrático etc., faz um apelo a esse legado autoritário que a democracia não conseguiu desmontar. Na verdade, nós superestimamos... a sua fala, eu acho, se me permite, superestima a consolidação que não estava pronta. Tanto que eles puderam tomar de assalto, de uma forma, foi rápido, porque basicamente a presidenta foi eleita há um ano e meio, e tão logo depois das eleições os sinais apareceram. Esses sinais formam mal lidos. Eu acho que se fosse uma coisa circunstancial, esse governo interino não teria, logo nos primeiros atos, foi desmontar o Ministério dos Direitos Humanos, em nome de uma racionalização. O orçamento é ridículo. Na verdade, se fez muita coisa com um orçamento que era muito mais simbólico do que real. Claro, os convênios ajudavam etc., mas o problema, até o Zé Gregório falou isso na primeira entrevista, é pôr abaixo a operacionalidade que nós construímos, porque antes do Fernando Henrique não tinha, não tinha conselho de idosos, conselho de deficiente, conselho da criança, não tinha nada, isso tudo foi construído desde o Fernando Henrique até o Lula, e prolongando a Dilma. Na verdade, a continuidade grande é entre o governo Fernando Henrique e o governo Lula. Aí sim você estava nesse processo. Eu acho que o primeiro governo da presidente... o governo Dilma, não vou dizer que a presidenta, de uma certa maneira desconsiderou o PNDH-3. E na verdade o governo Lula retoma... Você sabe que no livro do PNDH-3 são publicados o prefácio do Fernando Henrique o I e o II. Você acha que isso no Brasil existe? Não existe essa tradição de reconhecimento do que o outro governo fez. Está lá até hoje, só ir na internet ver no site, estão lá o artigo do Fernando Henrique, a introdução do Fernando Henrique aos dois. O que expressa muito essa continuidade. Eu acho que essa sanha reacionária que a escolha do dístico positivista é uma coisa de uma ditadura positivista, quer dizer, a ordem e progresso, primeiro a ordem e depois o progresso. É uma coisa constrangedora um governo do séc. XXI escolher uma divisa positivista de 1889, quer dizer, e não se dar conta, isso é constrangedor um governo fazer isso. Eu adoro a bandeira brasileiro, acho um design maravilhoso, as cores, tudo, e tenho simpatia também pelos positivistas; as únicas cidades que tem templo positivista é Paris e Rio de Janeiro, as únicas. Tenho respeito também pelo Comte, fundador da Sociologia e tudo isso. Mas

reanimar esse moto, essa divisa, com uma campanha visual, isso é gaga, é algo... não é a gagazisse que me irrita, o que está por trás dessa gagazisse que é o conservadorismo, é o antipovo, e o machismo. E o fato de você não nomear, depois de todo esse carnaval não nomear uma mulher sequer. Quando perguntaram ao jovem Trudeau, o novo, porque o ministério e dele era tão diversificado, tem tudo, índio, transexual, enfim, que expressa a sociedade canadense, ele disse, nós temos no séc. XXI. Aqui, não, nós regredimos ao séc. XIX com esse governo. Então eu temo que não seja... espero que eu esteja equivocado, mas não é uma coisa circunstancial, eu acho que é uma tomada de assalto do estado brasileiro para um projeto reacionário e conservador. A pontinha do iceberg disso é essa austeridade. Que é um desastre, foi desastre nos Estados Unidos e foi desastre em todos os países que fizeram política econômica de austeridade, como delirantemente esse ministro Meireles tenta fazer, não mudar o orçamento em 20 anos, que autoridade eles têm para resolver sobre as funções futuras! Quer dizer, essa pretensão megalômana de responder pelo povo do futuro, isso é de um reacionarismo, de um conservadorismo delirante. É isso que está no cerne do que você acha que é uma crise circunstancial. E eu acho que com a inelegibilidade do Lula, isso vai ser a cereja do bolo, da medida, porque eles querem é a continuidade, não querem só os dois anos. Eles querem continuar. Agora está havendo um certo tensionamento, felizmente, com o PSDB e o DEM e os cleptocratas do PMDB. Então talvez disso surja... Por exemplo, que coerência de política de austeridade é essa de você dar aumento de 42% para os ministros do Supremo, isso vai para as carreiras, vai para todo mundo, o que é isso? Então, o PSDB e o DEM estão contra, felizmente. Isso é de uma incoerência...

D.P. - No momento que se alega... da crise...

P.P. - E o povo vai ter que fazer sacrifício. Quer dizer, quando o presidente se aposentou com 55 anos, que autoridade moral, e outros do governo, tem autoridade moral para propor uma aposentadoria aos 70 anos. Eles não sabem o que é ser um trabalhador brasileiro. Eles estão governando de costas para a sociedade porque eles não têm condição de falar para a sociedade civil, não tem condição. Isso é o cerne... isso também é outro elemento, componente da política antipopular. A sociedade civil não tem canais. Porque ficar fazendo passeata contra e a favor, não vai bastar. Isso não está no projeto deles. O projeto deles é um projeto autoritário, é um governo de direita autoritário.

D.P. - Foi tipo assim, vamos dar um basta, essa turma já brincou muito.

P.P. - É, concedemos muito, eles nunca conseguiram a chegar a isso pelo voto, agora chegaram pelo golpe. E vão ficar, vão ficar. Essa interinidade prolongada por dois anos, é pouco, eles pensam grande, pensam em mais tempo. Isso é um horror. E quem vai pagar isso é a população. Eles estão arremedando, os mais médios continuaram, aumentaram a Bolsa Família, mas se você compara... saiu na Folha, o que você gasta com os pensionistas das Forças Armadas, são 300 mil, e você compara com o que se gasta com a Bolsa Família, para 10 milhões de famílias, é uma bobagem. Então o que vai ser tirado é a reforma da previdência, é a flexibilização das leis trabalhistas, e esse ministro da Saúde que é representante dos planos de saúde, ele quer dinamitar o SUS, quer criar um planinho aí, mambembe para turbamulta, mais baratinho, mas que não cobre tudo; eles não têm pudor, não tem pudor, esse ministro da Saúde a toda hora dá entrevista dizendo que as mulheres não trabalham, por isso que elas vão aos postos de saúde, isso é uma vergonha. Em termos internacionais, acho que a política externa independente que veio desde os militares, honra seja feita, desde o governo João Goulart, foi mantida de certa maneira no governo militar, e os governos pós-constituente de 88 mantiveram, tanto Fernando Henrique como Lula deram uma expansão enorme a nossa presença as embaixadas, que vão fechar. Outra coisa que me constrange muito é a política de alinhamento com Israel, realmente... logo na primeira, segunda semana votaram contra a Palestina na Unesco, um projeto que o Brasil nem precisava se manifestar, mas é uma linha de alinhamento com Israel, quer dizer, em contraste com a chamada do nosso embaixador em Tel Aviv com a medida correta, quando houve agressão a Gaza. E depois, a desconsideração em relação a uma decisão de uma manifestação da Comissão Interamericana, dizendo que isso é besteira. Isso é mal sinal, isso é mal sinal. Quer dizer, eu digo isso, não que a política de alinhamento automático, por exemplo, com a Venezuela, que eu fui relator da Venezuela durante oito anos na Comissão de Direitos Humanos, e o presidente Chaves nunca me deixou visitar, eu não sou contra uma modificação disso, mas não é da forma que está sendo feita. O Brasil com bullying em relação...

A.F. – Em relação ao Mercosul.

P.P. - Essa questão do Mercosul... Eu acho que a Venezuela não deu conta das obrigações que tinha assumido, mas acho que há outras maneiras de realizar isso, do que...

A.F. - Impedir.

P.P. - Impedir. Eu acho que tem que ter uma coisa de transição. Mas isso, o Brasil... Aquilo que eu falava que o Brasil nas esferas internacionais, não interamericanas, o Brasil owners broker, eu não estou falando nenhuma novidade, várias outras pessoas já falaram isso, o Brasil tem liderança na América do Sul porque ele faz isso de uma maneira light. O Brasil não é um bullying como parece que está sendo, não pode. O nosso tamanho, dada a nossa expressão geopolítica e de prestígio, esse prestígio na comunidade internacional, você não pode ser um bullying em relação aos outros países que não tenha a mesma expressão do que nós. Você precisa exercer isso de uma maneira suave, suave ter modo, isso que deu sucesso a liderança, é uma liderança soft, não é uma liderança... O Mercosul foi fundado nesse espírito, nem sempre o interesse brasileiro prevaleceu sozinho.

D.P. - E os Brics o que você acha, a participação do Brasil nisso aí?

P.P. - Eu acho um tento extraordinário, agora, é importante que o Brasil guarde a sua especificidade como um país democrático. Agora, em termos de globo par eu acho ótimo, acho que é tão importante esse papel do G-20, como da Índia...

D.P. - Nos últimos anos o Brasil teve um papel enorme, ele sai de uma posição totalmente subalterna...

P.P. - E Sul-Sul com a Índia, Ignacy Sachs que é o meu ícone também, que eu tenho enorme admiração, sempre pregou... ele trabalhou muito na Índia, aproximação Índia-Brasil, isso é uma coisa da maior validade. Eu acho que estar num locus de decisão com a China e a Rússia, eu acho que será suicide, atirar nos próprios pés, o Brasil sair dos Brics. A iniciativa do banco... O Severo dizia, nós temos que entrar sempre nessa briga dos grandes, não é ficar no futebol de várzea. E isso o Lula fez, quer dizer, de certa maneira o Fernando também. O presidente Fernando Henrique dialogava muito bem com o Chaves, o Fernando Henrique me dizia que o Chaves causava o maior mal-estar na polícia federal porque quando dava na veneta vinha conversar com o Fernando Henrique, de avião, entrava no céu do Brasil e aí que avisa a polícia federal, e com Cuba a mesma coisa, a política do governo Fernando Henrique em relação a Cuba foi uma política normal, não de tratar Cuba como párea. Então eu acho que o Lula deu uma dimensão no estilo dele, com a capacidade, se tonou também um líder mundial. Não é à toa que o Obama, se lembra de uma reunião que eles tiveram, “that’s the guy”, esse é o cara, presidente dos Estados Unidos, imperador do ocidente, chega para o presidente do Brasil e diz

você é o cara, você é o cara. Isso tem uma certa importância. Eu nunca dei palpite, quer dizer, eu não dou palpite na política externa, primeiro que eu lido com todos... o Brasil não tem que ficar dando palpite no Brasil, o Brasil sempre me apoio em todos esses mandatos, em todos esses governos, o atual interino não sei o que vai acontecer, mas até agora.

A.F. - Seu mandato tem a ver com o governo?

P.P. - Não, na verdade não tem. O governo só... se o Brasil estiver na Comissão de Direitos Humanos, que pode vir a estar, pode votar contra ou a favor. Mas não acredito que o Brasil vá modificar a política em relação a Síria, não vejo... Por isso que eu também quero guardar um certo diálogo respeitoso em relação à política externa, que o Serra afinal chanceler foi meu companheiro no governo Montoro, não gosto de... Quer dizer, com o vice-presidente Temer, apesar de ter sido meu colega, tínhamos uma convivência muito cortês, muito agradável, infelizmente eu não posso guardar um distanciamento que seria mais delicado porque eu acho ele extremamente responsável pela crise que nós estamos entrando. O que eu sempre ouço... vem diretamente dizer alguns amigos dizer... “porque o Paulo...”, na verdade, porque eu acho que aos 72 anos não dá para... eu que nunca participei de política partidária de apoiar uma conspiração desse teor, eu acho lamentável. O que eu acho é que depois que a presidenta for cassada, eu vou guardar um distanciamento maior, mas eu acho que ela merece toda solidariedade, eu acho, se até o papa mandou uma carta para ela, eu acho que ela merece a solidariedade porque não cometeu nenhum crime, pedalada não é crime. E pelo que ela ajudou a Comissão da Verdade, da mesma maneira que eu sou profundamente grato ao Fernando, por oito anos, eu também sou grato a presidenta Dilma pela atitude dela exemplar, ao contrário de vários governantes sul-americanos que eu não quero falar, que interferiram, mudavam, tiravam gente da comissão, encurtavam o mandato, faziam todas as manobras, ela não, foi impecável nisso. Se fosse só por isso eu sou grato, reconhecido a ela e acho que é uma grande injustiça.

D.P. - Paulo Sergio, já estamos chegando no finalmente, queria colocar em dois temas, tem a ver muito com nosso projeto, embora um já até um pouco fora de pauta nessa conjuntura que a gente está vivendo, que a questão a Lei da Anistia e a sua revisão sobre a punição ou não dos torturadores, uma lei que quando foi feita, você sabe, em 79, não era a lei que o Comitê Brasileiro da Anistia queria, foi a lei talvez possível naquele momento e que tem uma leitura ambígua sobre ela, com aquela coisa dos crimes conexos exerce certa desculpa para que os



torturadores não tivessem sido punidos no Brasil. E aí você sabe também que depois teve um grande embate para que essa lei fosse revista, modificada e tal e o Supremo vota dizendo que fica assim mesmo. Então, que queria saber de você um pouco da posição sobre este ponto e o segundo, como falei no início, o projeto da gente chama Arqueologia da reconciliação, eu queria que você discutisse um pouco, rapidamente, essas categorias reconciliação, memória, justiça e verdade, que são os temas do nosso projeto e também os temas da Comissão da Verdade.

P.P. - Claro. Olha, essa anistia pelo caso Lund e pela jurisprudência da comissão e da Corte é uma autoanistia, portanto ela é totalmente inválida e ela tem que ser revogada. Se eu fui oito anos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos a minha posição nunca foi outra. O julgamento em relação a essa anistia é esse, essa é a jurisprudência interamericana e também internacional, hoje. A Corte se manifestou de uma maneira muito clara no caso Gomes Lund, Araguaia; quer dizer, eu repito, isso se deve a enorme luta dos familiares, mas se deve também a decisão pessoal do presidente Fernando Henrique de reconhecer a jurisprudência da Corte. Se o Fernando Henrique não tivesse reconhecido, não quero fazer injustiça com ao presidente Lula nem com a presidente Dilma, dificilmente ela teria sido reconhecida depois. Foi um pouco a autoconvicção, não fomos nós que o convencemos, foi a autoconvicção dele que nós tínhamos que fazer, e fez. Então eu me alinho totalmente com a Corte. Você sabe que eu esqueci a primeira recomendação da comissão, a proposta da comissão ela é engenhosa, porque ela não pretende que o Supremo novamente se pronuncie a respeito. Pena que eu não estou aqui com as recomendações, mas evidentemente que ela tem que ser revista, e não importa que eles tenham cem anos ou 90 anos, acho que os responsáveis têm que ser responsabilizados. E a comissão de certa maneira foi muito explícita nisso quando nós elencamos em três níveis de responsabilidade, responsabilidades maiores high command que são os presidentes da república e os ministros, depois os de autoridade média e os executores, realmente, todos são responsabilizáveis, os sobreviventes. Então eu não vejo possibilidade de reconciliação sem a justiça. Ontem mesmo, ontem, anteontem na Argentina foram condenados à prisão perpétua 28 membros envolvidos na tortura. E nós nunca estivemos tão longe como hoje disso. Mas eu acho que a agitação que a Comissão da Verdade, e tudo que se fez em volta, todas as comissões da verdade, os centros pela justiça e memória etc., e os escrachos da juventude, mas eu acho que a conjuntura do impeachment calou tudo isso. Porque o pessoal tem que fazer tanta resistência

ao impeachment que... mas isso tem que voltar, e tem que voltar pesado esse governo regressista, eu acho que a luta continua. Sabe que eu sempre fugi da... Porque no decreto eu acho que está lá reconciliação, eu sempre fugi da reconciliação porque o relatório não faz nada em relação a reconciliação, porque fazer reconciliação com essa anistia, é piada. Quer dizer, esse espírito que foram aqueles votos lamentáveis do ministro Eros Grau, hoje candidato a imortalidade, junto com Bacha, Academia Brasileira de Letras, que só pouquíssimos estão no quadro de honra, acho que são Ayres Britto, Levandowski, e acho que tem um terceiro que votaram contra, achar que teve um pacto, essa bobajada que não houve nunca o pacto, era um pacto plá plá plá. E contra toda a jurisprudência interamericana internacional, validaram uma anistia que foi uma autoanistia afinal com essa má leitura, má interpretação do crime conexo, e nunca foi isso. Não é o crime conexo sendo perpetrado pelo estado, o crime conexo é ligado a própria materialidade da execução do crime. Eu que não sou nem jurista, sei disso. Então, eu acho que o que é terrível para os familiares é que a luta não terminou. Houve uma certa expectativa, inclusive da minha ícone, figura de dignidade, que é a minha querida Luiza Erundina, que ela fez várias iniciativas achando que a Comissão da Verdade tinha que ser julgamento. Mas nós não julgamos nada, nenhuma Comissão da Verdade no mundo julga. A comissão africana foi sui generis de uma certa maneira, mas ela não julgou, na verdade, ela administrou as confissões de modo a perdoar, mas não houve processo de julgamento, contraditório, defesa, nada, foi um perdão e tal. Houve expectativa no início, que muitas críticas a nós que nós não julgamos, mas a Comissão de Anistia não é para julgar, é para fazer relatório que vai servir, como serve na Argentina, no Chile, para... Eu acho que as recomendações vão ao encontro das expectativas dos familiares, mas acho também que vários grupos ficaram insatisfeitos.

D.P. - A justiça de transição tem várias etapas a gente cumpriu apenas uma delas. A transição pressupõe o julgamento coisa e tal.

P.P. - Pois é. Sem isso... não vem que não tem. Reconciliar? Não tem reconciliação nenhuma com esses torturadores, todos esses, memória e todos esses presidentes e ministros, todos manchados de... inclusive alguns chanceleres, manchados de sangue. Então, eu acho que nós fomos muito claros. Eu acho a comissão, o relatório é muito claro. Eu posso elogiar o relatório porque não fui eu que fiz todo o relatório. Eu acho que o relatório é muito claro. Diante do que nos foi dado como mandato, eu acho que a comissão, superada todas as dificuldades... Porque

eu acho que na verdade... O único quadro realmente pesado que eu fiz nessa gravação foi da Comissão da Verdade, que eu não queria ter feito. Mas eu acho que é importante também um testemunho de aprendizado; e esse inferno que foi as relações, na verdade, como numa peça de Shakespeare, all is well when ends well, na verdade, tudo terminou bem, na verdade, todos contribuíram à sua maneira, ao seu estilo, todos que eu falei contribuíram, Rosa, os que ficaram, o Fonteles não contribuiu, Rosa, Dipp e todos os outros que eu mencionei contribuíram, e é obra também dos cem assessores que foram de uma grande dedicação. Você sabe que eu fiquei muito emocionado porque o Zé Carlos e eu, os outros colegas não puderam ir, nós ganhamos um prêmio que foi dado no dia seguinte, de manhã publicamos o relatório e de madrugada fomos para Buenos Aires para receber um prêmio, as nove horas da manhã, no Palácio San Martin, da chancelaria Argentina, um prêmio, Emilio Mignone, foi um grande militante de direitos humanos, a filha dele desaparecida e tal, foi muito emocionante, porque depois nós fomos almoçar no apartamento dele, que a família preserva e tal, e nós ganhamos esse prêmio Emilio Mignone dado pela Argentina. Também foi um gesto de grande... a Argentina que fez um trabalho melhor, um dos melhores em termos de acerto de contas, nos deu um prêmio. Então foi muito emocionante. O prêmio de certa maneira põe numa segunda instância todas as dificuldades. Eu acho que era difícil... hoje, olhando para trás, eu acho que seria impossível não ter sido o que a nossa prática fez, porque, na verdade, se juntou biografias, experiências diferentes, mas que apesar de amizades e... nunca nós trabalhamos juntos, então forçar... e depois, forçar estrelas a trabalharem juntas é difícil, qualquer diretor de filme sabe que é complicado.

D.P. - Olha, muito obrigada, quero saber se você quer dizer alguma coisa para encerrar a entrevista, a gente quer agradecer muitíssimo, foi um belo depoimento.

P.P. - Eu que agradeço. Acho que eu não merecia tanta atenção. Essa conversa tão longa, me lembrou que na verdade, as vezes tenho dito isso para meus alunos, quer dizer, não dá muito para você prever o que você vai fazer na vida. É claro que você não pode ficar sentado esperando que as coisas venham. Eu acho que eu consegui fazer, como eu disse, um pouco pela própria situação de classe e depois a minha geração que foi pelos caminhos que me permitiram ajudar. Quer dizer, se não fosse o Severo dificilmente eu teria me aproximado do Montoro, que eu nem conhecia. E depois a minha reaproximação com Fernando Henrique também foi por mediadores, quer dizer, o meu percurso é cheio de mediadores. Os mediadores, você espera

que os amigos, não em termos de proteger você, mas de ajudar tomar... Então eu chego a esse nicho que estou profundamente reconhecido desses que participaram da caminhada. Nunca foi uma caminhada solitária, foi uma caminhada sempre em conjunto. Por isso que eu me inquieto e me revolto muito, porque de uma certa maneira essa convivialidade, quer dizer, aquela fotografia do Prestes com o Fernando, Severo, outros momentos desse tipo que a construção democrática ajudou a fazer. Por exemplo, você vê uma coisa muito emocionante que é uma cena do Fernando Henrique se despedindo do Senado, eleito presidente, e assim você vê discretamente uma figurinha vindo cumprimentá-lo do lado [ficou muito emocionado] era o Florestan Fernandes, ele líder do PT, quer dizer... é essa... e o Fernando nomeando o Bicudo, ou o Lula me nomeando depois de oito anos com o Fernando Henrique, é isso que esse governo provisório corta. Porque na verdade foi essa trama, no meu entender, que permitiu a gente ter a ilusão que estava consolidado. Infelizmente não estamos.

A.F. - Ok. Obrigado, Paulo.

D.P. - Super obrigada.

P.P. - Obrigado vocês, vocês de uma certa maneira foi... eu cometer vários vitupérios falando de mim. [risos]

D.P. – Afinal de contas você é o artista, você é nossa estrela.

P.P. - Eu ficaria muito contente de reler...

\*O mais próximo do que foi possível ouvir

[FINAL DO DEPOIMENTO]

